

# CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS



Universidade  
Federal  
Fluminense



**PROPPi**



## Ciências Sociais Aplicadas

### Niterói sob perspectiva: um olhar em cima do pedal

Raquel Marins do Nascimento

(Departamento de Turismo/Faculdade de Turismo e Hotelaria/Grupo de pesquisa Experiências em Turismo e Transporte Ativos – ETTA)

## INTRODUÇÃO

A partir da expansão da ciclomobilidade pelas ruas da cidade fluminense, seja por ações governamentais ou por associações civis, os olhares que antes eram limitados por uma janela de vidro dos veículos passaram a ser substituídos pela imersão local proporcionada ao pedalar. Este projeto teve o objetivo de apresentar a bicicleta no cotidiano da sociedade em Niterói. Para isso, foram desenvolvidos um HQ, uma mostra fotográfica e um álbum.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro resultado, a elaboração da HQ “Amigos do Pedal”, apresenta histórias inspiradas em acontecimentos reais contextualizados em Niterói e seus respectivos atrativos/caminhos turísticos com foco no público infanto-juvenil. Para tanto, utilizou-se o *storytelling* e a ilustração lúdica onde os personagens principais são bicicletas em diferentes formatos, estilos e “faixa etária” que relatam umas às outras suas experiências com seus donos na cidade. A publicação, prevista inicialmente para ser apenas em formato físico por meio de QR-CODE, teve sua ampliação para o impresso (1200 exemplares) a partir de apoio da Coordenadoria Niterói de Bicicleta

(Prefeitura de Niterói) e distribuição gratuita no âmbito educativo infantil pertencente à cidade.



Imagem 1: capa e contracapa HQ “Amigos do Pedal”

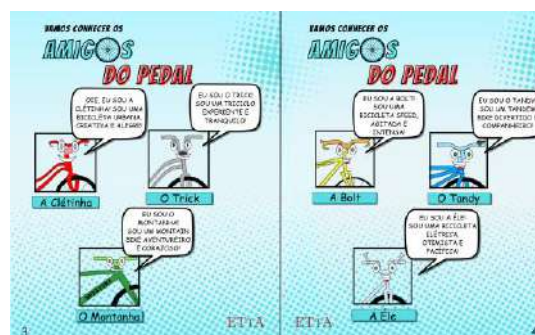


Imagem 2: Páginas de apresentação dos personagens.

O segundo resultado, a mostra fotográfica “Niterói sobre duas rodas: conexões e desafios a partir do desenvolvimento da malha cicloviária”, contempla imagens de ampliação da malha cicloviária recentes (dez ciclovias) acompanhadas de narrativas dos residentes sobre as mesmas. Ressalta-se que as imagens foram produzidas por bolsistas PIBIC durante

estudos de campo, fato que agregou à trajetória acadêmica.

O terceiro resultado, foi o álbum intitulado “Vidas e Pedaladas Inspiradoras em Niterói”. Neste, mostra-se que as mudanças urbanísticas geradas pela ampliação da malha cicloviária na cidade não se trata apenas de quilometragem, mas de vidas transformadas. O álbum inclui diferentes narrativas coletadas por meio do método bola de neve aplicado entre os entrevistados, além de formulário na plataforma Google Forms divulgado com o acesso QR-CODE em cartazes digitais e físicos em diversos espaços. Foram desenvolvidas trinta e quatro narrativas de pessoas comuns, porém extraordinárias, ao relatar suas experiências memoráveis com a bicicleta pela cidade.

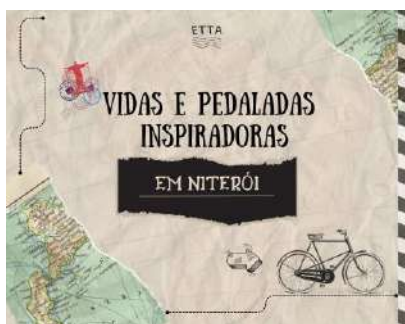


Imagem 3: Capa do álbum “Vidas e Pedaladas Inspiradoras em Niterói”.

## CONCLUSÕES

Os resultados apresentados contribuíram em inúmeras formas para a geração de conhecimento em abrangência. Durante as pesquisas foi notório a ressignificação em pedalar tanto na visão dos contribuintes quanto para os participantes do ETTA, afinal, foi visto na prática os conteúdos produzidos ao longo de anos anteriores compreendendo a relevância da

bicicleta no cotidiano da sociedade. A quebra de barreiras como idade, gênero e distâncias proporcionadas pelas pedaladas revelam um bem-estar pessoal e com o ambiente urbano notório em cada projeto realizado. Logo, a visão da cidade na qual já possui características marcantes muda a partir do momento em que o indivíduo está sobre duas rodas. As rotas pré-existentes se adaptam conforme os caminhos pelas ruas, além de vivenciar o que o espaço oferece; constrói memórias e relata histórias passadas de geração, agregando valor aos conteúdos desenvolvidos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) concedida à autora.

À professora Fátima Priscila Morela Edra por tamanho incentivo e planejamento em orientar cada etapa de modo eficiente e enxergar o “comum” de forma extraordinária. Seu entusiasmo contagiante pelo ETTA transformou minha jornada acadêmica.

À Letícia Moreira Muniz, bolsista PIBIC FAPERJ que propiciou uma grande parceria marcada pela dedicação ao longo deste período.





**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas.

**Título do Projeto:** Mapeamento de aspectos gerenciais de negócios imigrantes brasileiros nos Estados Unidos e habilidades de seus gestores.

**Autores:** Georgia Mariano de Araujo (bolsista do Pibic CNPq) e Eduardo Picanço Cruz (orientador)

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Empreendedorismo e Gestão / Faculdade de Matemática, Prédio 1 / Grupo de Estudos em Empreendedorismo Imigrante.

## **INTRODUÇÃO:**

O debate referente à imigração tem se mostrado cada vez mais relevante e presente nas mídias. O que mais tem-se visto são casos com uma ênfase negativa do fenômeno migratório, no sentido em que mostram preocupação no acolhimento de um grande número de pessoas que abandonaram sua história em seu país de origem. Porém, o empreendedorismo étnico de imigrantes, há algum tempo, vem sendo identificado como fator de mobilidade econômica e diminuição da pobreza entre as comunidades estrangeiras. A discussão de modelos teóricos que mapeiem os possíveis perfis dos diversos tipos de empreendedores imigrantes apresenta-se como uma lacuna teórica. Faltam ainda pesquisas que busquem traçar modelos teóricos ou frameworks mais abrangentes. Dessa forma, este projeto visa tratar a elaboração de um modelo teórico que explique possíveis perfis dos empresários imigrantes. E tal modelo poderá ser adotado por agentes governamentais, da sociedade civil organizada, empresariais e acadêmicos no campo de estudos de gestão e empreendedorismo, tanto no Brasil como nos

territórios a serem objetos de estudo de caso, possibilitando também a sua difusão para outros países a partir das publicações decorrentes dessa pesquisa. Além disso, seguindo essa perspectiva, o presente trabalho poderá também iluminar linhas teóricas que ignoram a criação de riqueza gerada pelos imigrantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Ações de marketing de divulgação para a coleta de dados remotamente trouxeram como resultado um número significativo de resposta. Sendo delimitado 600 respostas para o questionário, conseguimos atingir 652. Com essa margem de aproveitamento, as estratégias futuras é de expandir ainda mais o seu número de respondentes levando em consideração o poder atrativo que os EUA detêm. Então, com objetivo de identificar, nesse primeiro momento, o perfil da comunidade brasileira nos Estados Unidos, no que tange às suas características sociodemográficas e suas motivações de migração, foi realizada uma coleta de dados primária, por meio de uma survey online com brasileiros que vivem nos EUA, veiculando o formulário de pesquisa em grupos das redes

sociais, e fazendo envio de mensagens principalmente no *Facebook* e no *LinkedIn*. Do total dos questionários respondidos, é observado que a maioria dos brasileiros (85%) residindo nos Estados Unidos provém das regiões do Sudeste e Sul do Brasil, e em menor quantidade nas demais regiões brasileiras. Ao analisar o perfil sociodemográfico da amostra, observa-se uma predominância feminina da amostra, onde 64,68% foi de participação feminina enquanto 35,32% de participação masculina. O grau de escolaridade reflete indivíduos brasileiros com nível superior (82%), embora haja 15,5% com apenas ensino médio completo. Destaca-se que indivíduos com pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) totalizam 42,6% dos respondentes. Ao considerar as ocupações atuais desempenhadas pelos respondentes, 58,8% declaram estar trabalhando (para terceiros) e outros 9,4% estão empreendendo. O interessante é que há ainda outros 1,9% que estão buscando oportunidades para abrir um negócio. Outro ponto relevante da comunidade é o fato deles possuírem, em grande parte, a expectativa de permanecerem para sempre no país (58,39%). Ademais, ao serem indagados sobre os motivos atrativos em relação a migrar para os EUA, os respondentes afirmaram razões sobretudo ligadas a melhores oportunidades de trabalho e estudo, assim como relacionadas à qualidade de vida. Outras questões que emergiram relacionam-se a questões amorosas, familiares e até questões políticas. E por fim, ao informar sobre as dificuldades enfrentadas no país, os respondentes afirmam problemas ligados à proficiência do inglês, cultura e burocracia. Há

também os que afirmam aspectos relacionados à saudade, solidão e intolerância.

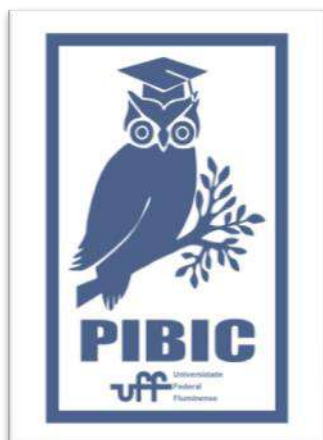
### **CONCLUSÕES:**

A pesquisa aponta para uma tendência de feminização da imigração brasileira para o país, sendo demonstrado também que a maioria dos respondentes estão em faixa etária economicamente ativa, escolarizada, em grande número, possuindo pós-graduação entre *lato sensu*, *mestrado* e *doutorado*. O país atrai brasileiros sobretudo devido às possibilidades de melhores condições de trabalho e de ganhos financeiros. Um outro aspecto importante a pontuar é que há uma parte dos respondentes que não informa sua situação de visto ao chegar no país, possivelmente devido a uma condição irregular ou indocumentada. No entanto, dos que declaram seu visto, nota-se que há um grande contingente que entra no país na condição de estudante ou turista. No tocante às dificuldades, há um contingente considerável que relata questões ligadas à proficiência do inglês, cultura e burocracia. Há também os que afirmam aspectos relacionados à saudade, solidão e intolerância. Os dados angariados mediante a resposta dos voluntários que responderam a *survey* dão importantes indícios sobre o perfil da comunidade de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Não obstante, a etapa posterior de aprofundamento com entrevistas em profundidade com empresários(as) brasileiros(as) no país já foi realizada, mas encontra-se em fase de tratamento e alinhamento das informações a cerca dos traços do comportamento empreendedor e seus aspectos relativos aos

negócios. Em breve, serão publicados os principais achados dessa etapa final do estudo através de artigos, relatório de pesquisa e conteúdos veiculados pelas redes sociais do projeto.

### **AGRADECIMENTOS:**

Aos membros dos Grupos *Facebook* e da rede *LinkedIn* que dedicaram uma parte do seu tempo para contribuir respondendo as *surveys* e as entrevistas em profundidade. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, ao CNPq pelo auxílio-pesquisa no Edital 2022/2023, assim bem como à equipe de pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa Empreendedorismo de Imigrantes: gratidão!





**Ciências Sociais Aplicadas: Direito**

## **O COMBATE À CORRUPÇÃO E A ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**Heron Abdon Souza e Gabriel Duarte Vilela**

**Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/Dep. De Direito**

### **INTRODUÇÃO:**

A corrupção é uma das matérias mais discutidas na realidade brasileira, presente desde o período colonial tomou novas proporções na opinião pública a partir da redemocratização. Buscando pugnar esse histórico problema social e político do Brasil que se estabeleceram operações que investigaram e levaram a julgamento diversos operadores do sistema político brasileiro.

Dentre as operações criadas uma se destacou, a operação Lava Jato, seja pelo apelo popular que havia no momento de sua criação ou pelo grau de importância de seus réus. A operação foi responsável pela condenação e prisão de diversos políticos brasileiros, tendo implicações nacionais e internacionais. O peso dos réus e o apelo popular acabou por se tornar um ponto de atração para os julgadores, sendo seduzidos pelas “vozes das ruas” e se afastando do devido processo legal em nome da glória de condenar ou pelos impactos que essas condenações geram na realidade política do país.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A Lava Jato, e as demais operações que utilizaram de seus métodos, buscavam sempre conduzir a opinião pública de maneira que

houvesse adesão popular as suas decisões. Tal método acabou por envaidecer certos operadores do direito, que acabaram por se utilizar de seu papel na operação para obter fama.

Nesse contexto o Supremo Tribunal Federal iniciará uma série de revisões de sentenças judiciais emitidas contra réus da operação, dentre essas uma se destacará pela envergadura política do réu, a sentença condenatória contra Luiz Inácio Lula da Silva, condenada a 9 anos e seis meses de prisão por Sérgio Moro. O juiz, que posteriormente deixou o cargo, foi um dos principais personagens na condução da operação, sendo na prática o rosto da Lava Jato junto do promotor Deltan Dallagnol, que também deixou o cargo posteriormente.

A revisão da sentença no STF se deu com base em dois pilares: a incompetência do juízo e a suspeição do juiz. O STF examinou por meio do Habeas Corpus 164.493/PR a suspeição que foi baseada em alguns pontos elencados pela defesa e reconhecidos pelo Min. Gilmar Mendes, como redator do acórdão. Dentre esses pontos destacam-se a liberação de áudios entre o paciente e a presidente da República, à época, Dilma Rousseff, decisão que era de competência do Supremo Tribunal Federal, as conduções coercitivas de Lula e

seus familiares, mesmo com eles se dispondo voluntariamente e nunca tendo imposto resistências, a própria sentença condenatória do réu e a o aceite, por parte de Sergio Moro, de um cargo no governo eleito nas eleições de 2018, governo que rivalizava com o réu e que teria sua concorrência no pleito, e a atuação do juiz para impedir o cumprimento de uma ordem de soltura exarada pelo Desembargador Federal Rogério Favreto. Essas e outras condições foram analisadas pelo STF, que concluiu que o conjunto delas indicava a parcialidade do juiz.

Já no caso da competência baseou-se na existência do INQ 4130 que limitava a competência da Lava Jato e da 13ª Vara Federal de Curitiba a desvios cometidos no âmbito da Petrobras. Analisando o processo percebe-se que não havia prova ou evidência que ligasse as investigações contra Lula e os crimes cometidos na empresa petrolífera, sendo a única ligação ambas terem réus em comum. Dessa forma reconheceu-se o juízo como incompetente para julgá-lo, sendo revertidos os efeitos da condenação.

Na mesma operação surgiu um caso ainda não resolvido envolvendo Rodrigo Tacla Duran, ex-advogado da Odebrecht, acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e integrar uma organização criminosa. Duran denunciou um suposto esquema de extorsão na Operação Lava Jato, tal esquema envolveria pagamentos para personagens próximos do ex-juiz Sergio Moro em troca de proteção contra certas decisões judiciais. Além dessa proteção haveria também um acordo em que os réus assumiriam crimes que não cometeram e implicariam outros réus, mesmo sem qualquer envolvimento real, dessa

forma uma série de depoimentos e evidências teriam sido forjadas. Tais acusações ainda estão sob análise, o processo que envolve Tacla Duran foi submetido ao STF, pelo fato de Sergio Moro ter sido citado e ser senador da República. O método estabelecido na Operação Lava Jato acabou por ser replicado em outras operações, a Operação Ouvidos Moucos manteve esse *modus operandi*. Conduzida pela delegada Erika Marena, que anteriormente estava na Lava Jato, a operação investigou desvios de verbas em programas da UFSC, tendo como principal personagem o reitor da universidade, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, acusado de obstrução de justiça. O reitor foi preso e levado para um presídio de segurança máxima, algemado e com os pés acorrentados, teve sua imagem defenestrada com notícias de supostos desvios em valores de R\$ 80 milhões, que posteriormente foram corrigidas pela própria PF ao informar os valores corretos dos supostos desvios. Conduzida de maneira espetaculosa, a operação gerou danos incalculáveis, tendo seu ápice no trágico suicídio do reitor.

## **CONCLUSÕES:**

Observando os fatos expostos pode-se ter uma visão da atuação dos operadores do direito, no caso promotores, juízes e delegados, que procederam para condenar réus, e não buscar o cumprimento da lei, numa busca por autopromoção. O calor das ruas influenciou fortemente em órgãos em que se valoriza justamente o fator contramajoritário, ignorando-se os direitos fundamentais dos réus e prosseguindo em abusos, que se tornarão



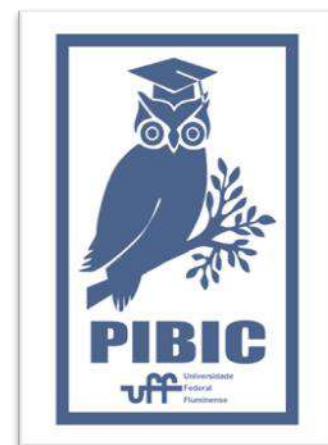
justamente o grande motivo de reversão de diversas decisões judiciais.

Conjuntamente se organizou mídia e poder judiciário, de forma com que agissem coordenadamente para pré-julgar os réus na opinião pública e aumentar o apelo popular por suas condenações. Esse revestimento legal em uma série de irregularidades define o *lawfare*, estratégia que se fundamenta como uma perseguição utilizando os meios jurídicos. Os processos que se utilizaram dessa estratégia serviram unicamente para que seus agentes executores tivessem os louros políticos da prisão, levando protagonismo e se estabelecendo como figuras políticas.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao CNPQ e à UFF, que proporcionaram apoio financeiro a pesquisa.

Agradeço ao professor Doutor Heron Abdon Souza pela oportunidade e por sua orientação e dedicação, que foram essenciais para o sucesso desse trabalho.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto:** A IMPORTÂNCIA DO SEGURO DE CYBER RISKS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA BRASILEIRA

**Autores:** Mirian Picinini Méxas e Karla Siqueira de Oliveira

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Ciências Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

### INTRODUÇÃO:

A internet foi considerada o grande avanço tecnológico e comunicacional da cultura mundial. No entanto, além de benefícios, também trouxe desafios relacionados segurança cibernética.

Sendo assim, a proposta geral desta pesquisa se concentra em compreender os possíveis riscos advindos de ataques cibernéticos, a importância do seguro de “cyber risks” e busca identificar, através de uma Revisão Bibliográfica, as principais vantagens e desafios relacionados à implementação do seguro cibernético.

### METODOLOGIA:

Realizou-se um estudo bibliométrico nas bases *Scopus* e *Web of Science*, entre janeiro e fevereiro de 2023, sendo selecionados 96 artigos, cuja análise possibilitou identificar as vantagens e desafios para a adoção do seguro cibernético.

A partir da análise realizada, criou-se um questionário utilizando a ferramenta *Google Forms* que foi divulgado por meio de mensagens via LinkedIn e WhatsApp.

A pesquisa de campo reuniu 16 respondentes.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como **resultado da análise Bibliométrica**, observa-se, no Gráfico 1, que o maior número de publicações sobre o tema foi em 2021 (19 artigos), devido ao crescimento acentuado da digitalização das informações e da urgência em atenuar os incidentes cibernéticos que aumentaram muito em virtude do contexto pandêmico.

Gráfico 1 – Publicação por ano



Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Com relação aos países das instituições de todos os 243 autores que escreveram os artigos selecionados (96), observou-se que os Estados Unidos é o país com o maior número de pessoas que escreveram sobre o tema, com cerca de 79 artigos, seguido por Reino Unido com 33 artigos e por China com Itália com 15 artigos.

A análise integral dos artigos permitiu identificar as vantagens e desafios da

adoção do seguro cibernético. De forma geral, implementação do seguro cibernético tem como vantagens significativas o fortalecimento da segurança contra crimes de *cyber risks*, fomento da sustentabilidade financeira da empresa ao transferir os riscos para uma seguradora, coberturas da investigação profundada do incidentes, reestabelecimento dos serviços afetados após o ataque ser realizado, notificação, gestão das relações com a mídia e de reputação e proteção da privacidade dos indivíduos para que a empresa não seja responsabilizada judicialmente.

No que diz respeito aos desafios, pode-se destacar a subnotificação dos incidentes cibernéticos, já que as empresas, em geral, preferem não divulgar os ataques maliciosos publicamente. Dessa forma, não há uma boa quantidade de dados para estimação dos riscos, o que resulta no valor alto dos prêmios de seguro cibernético, pois a seguradora opta por precificar de forma mais conservadora. Outros obstáculos são: obscuridade em relação ao que é coberto ou não pela apólice e conscientização limitada das empresas e indivíduos acerca das implicações negativas da exposição aos riscos cibernéticos

Como **resultado da pesquisa de campo**, referente ao perfil das 16 pessoas que responderam ao questionário, observa-se que aproximadamente 81% possuem idade entre 19 e 25 anos, sendo 56% do gênero feminino e 88% deles possuem o Ensino Superior Incompleto como nível de escolaridade.

Com relação à segunda parte da pesquisa, na qual foram analisadas as vantagens e

desafios da adoção do seguro cibernético, seguem os principais resultados.

Com respeito às **vantagens**, 100% dos respondentes concordam que o seguro cibernético ajuda na questão da notificação dos clientes, caso uma violação de dados aconteça e que é um instrumento de proteção imprescindível contra ameaças cibernéticas ao reduzir a lacuna entre esse tipo de risco e as precauções técnicas de segurança adequadas. Mais de 85% concordam que essa modalidade de seguro pode cobrir custos relacionados à investigação da causa de um incidente, fornece responsabilidade de segurança e de privacidade da empresa perante terceiros e que apoia a sustentabilidade econômica de organizações. Além disso, entre 60% e 78% dos respondentes acham que o seguro de *cyber risks* cobre custos de especialistas em computação forense, maximiza os lucros da empresa e lida com interrupção de negócios e restauração de serviços.

Quanto aos **desafios**, mais 70% concordam que a falta de transparência sobre práticas de segurança e incidentes anteriores em decorrência da falta de dados de risco, o baixo limite de indenização, a subnotificação dos incidentes, a assimetria da informação, a dificuldade em estimar o prêmio, a falta de clareza sobre a cobertura, e o que as apólices incluem e excluem,, e o valor do prêmio ser alto são obstáculos a serem superados para a consolidação da adoção do seguro cibernético. Além disso, cerca de 64% concordam que há dificuldades no processo de solicitação de seguro, que falta experiência na liquidação de sinistros,

que a capacidade de resseguro é insuficiente para o negócio de seguros cibernéticos e que a exclusão nas apólices dos riscos que as empresas mais temem, como atos de guerra, são fatores que desafiam a implementação do seguro de *cyber risks*.

### **CONCLUSÕES:**

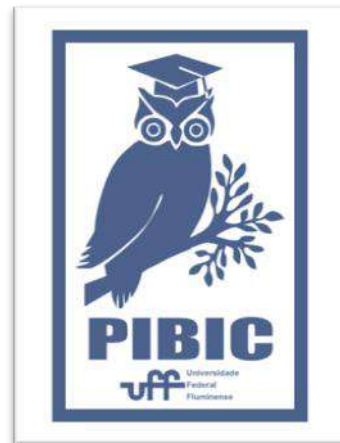
A análise realizada demonstrou a relevância e a modernidade da questão do seguro cibernético, já que, houve um crescimento no número de publicações a partir do ano de 2018 e, sobretudo, em 2021, devido ao contexto pandêmico.

As reflexões apresentadas buscaram mostrar a opinião dos respondentes sobre as vantagens e desafios da implementação do seguro de *cyber risks*.

A contribuição deste estudo consiste em colaborar com novas concepções e conhecimentos, propiciando a expansão dessa temática no âmbito acadêmico, social e financeiro, e sugerindo ações a fim de esclarecer os pontos necessários para que a comunidade acadêmica compreenda de uma forma melhor essa temática e para que seja minimizada a complexidade da tomada de decisão dos gestores desta área nas empresas.

### **AGRADECIMENTOS:**

Fica aqui o agradecimento ao CNPQ pela concessão de bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa Institucional (PIBIC), direcionadas ao graduando, conforme os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, por meio do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF 2022/2023 da PROPI.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**TÍTULO DO PROJETO: POLÍTICAS SOCIAIS DIRIGIDAS À**  
**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**Autores: Breno Nacif Sepulvida (bolsista PIBIC UFF/ CNPq);**  
**Mônica de Castro Maia Senna (orientadora)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social Niterói/ PPS –**  
**Programa de Pós-graduação em Política Social/ NAP – Núcleo de Análise e Avaliação de**  
**Políticas**

## **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho apresenta um recorte no âmbito do projeto PIBIC, cujo objetivo central é analisar as intervenções públicas dirigidas à população em situação de rua no município de Niterói. O foco aqui é dirigido às mulheres em situação de rua, buscando investigar as vulnerabilidades sociais mais relevantes identificadas entre as mulheres em situação de rua no município de Niterói e analisar o processo de 'rualização', incluindo suas características distintivas, bem como as (frágeis ou inexistentes) políticas públicas a elas direcionadas. Parte-se do reconhecimento de que a existência da população em situação de rua simboliza as múltiplas e complexas dimensões decorrentes da extrema desigualdade social na sociedade capitalista, particularmente em um país marcado pela inserção subordinada, periférica e dependente no capitalismo global. Embora o fenômeno não seja exatamente uma novidade, sua expansão vincula-se a elementos estruturais do capitalismo e suas formas de produção e reprodução social. Estimava calculada pelo IPEA (2022) apontava a existência de 281.472

pessoas em situação de rua no Brasil. No município de Niterói, lócus do estudo, dados do CadÚnico indicavam 700 pessoas em situação de rua cadastradas em junho de 2023. Trata-se de uma população heterogênea, mas marcada pela pobreza extrema, perda de vínculos familiares e o uso da rua como forma de sobrevivência e moradia. Compreende-se que as mulheres em situação de rua apresentam uma série de vulnerabilidades específicas, muitas vezes invisibilizada em face da predominância masculina. Contudo, sua existência e resistência nas ruas necessitam ser (re)conhecidas e enfrentadas. A pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa, contemplando: pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com uma amostra de 39 mulheres, das quais 04 se declararam como pessoas trans ou travestis.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Ao traçar o perfil das entrevistadas, nota-se a predominância de mulheres jovens (entre 18 e 39 anos de idade, com 51% do total). A maioria das entrevistadas se autodeclarou como pardas ou pretas, o que ressalta a conexão histórica

entre a população em situação de rua e o racismo estrutural como legado da escravidão no Brasil. Conflitos familiares emergiram como a principal causa da situação de rua para muitas entrevistadas, sublinhando que a violência acompanha a vida dessas mulheres desde antes de se encontrarem em situação de rua. A violência sexual também foi uma preocupação proeminente, com relatos frequentes de tentativas de estupro. A falta de políticas públicas que abordem a empregabilidade dessas mulheres leva muitas delas a recorrerem à exploração e ao trabalho sexual como uma forma de sobrevivência nas ruas, o que amplia os riscos substanciais para a vida dessas mulheres. A gestação para mulheres em situação de rua é uma questão complexa, abrangendo questões jurídicas, médicas e morais. Embora os dados da pesquisa revelem que a maioria das entrevistadas já teve filhos, a disponibilidade de apoio social abrangente durante a gravidez e após o parto é praticamente inexistente, exceto por um número limitado de vagas em instituições de acolhimento. No que diz respeito à saúde, embora as entrevistadas relatem um acesso razoável a exames preventivos, o período menstrual representa um desafio particular, com dificuldades no acesso a água potável, banheiros e higienização adequada nas ruas.

## **CONCLUSÕES:**

Este estudo lançou luz sobre as complexas realidades enfrentadas por mulheres em situação de rua no município de Niterói. Analisamos suas vulnerabilidades sociais e os

desafios únicos que essas mulheres enfrentam durante o processo de realização. Os resultados revelam uma série de questões críticas que demandam atenção urgente por parte das políticas públicas e da sociedade em geral. Destaca-se a necessidade premente de políticas públicas específicas que abordem as complexas realidades enfrentadas por mulheres em situação de rua em Niterói. Essas políticas devem abordar não apenas as questões de moradia e empregabilidade, mas também as preocupações relacionadas à violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva e higiene pessoal. Somente com uma abordagem holística e sensível às necessidades específicas dessas mulheres, podemos trabalhar para reduzir as vulnerabilidades que enfrentam e garantir uma qualidade de vida digna para todas as cidadãs, independentemente de sua situação de moradia.

## **REFERÊNCIAS:**

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: IPEA, 2022.

SENNA, M.C.M. (coord.). Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas públicas para a população em situação de rua. **Relatório de Pesquisa**. Niterói: UFF, 2023. Texto digitado.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq e à UFF pelo apoio financeiro em forma de bolsa de iniciação científica.

Às mulheres em situação de rua, por aceitarem participar do estudo.





## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

### MEMÓRIA SOCIAL DA ADOÇÃO NO BRASIL: DO NORMATIVISMO DO CÓDIGO DE MENORES DE 1979 ÀS PÁGINAS DOS JORNAIS DO BRASIL E CORREIO BRAZILIENSE

**Discente: MARIANA NUNES DE OLIVEIRA**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra LETÍCIA VIRGINIA LEIDENS**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ / ICM**

#### **INTRODUÇÃO:**

O cenário das famílias passou por reconfigurações sociojurídicas e estruturais ao longo dos tempos. Atualmente, percebe-se a redefinição dos papéis sociais de cada membro familiar, o reconhecimento das diversas formas de ser família, assim como a substituição da hierarquização para a verticalização como modelo interrelacional que reorganiza a relação familiar. Nesse cenário, a adoção como modalidade para criar famílias com filhos, muito evoluiu, mas se insere socialmente como problemática, diante do contingente quanti e qualitativo de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento. A pesquisa buscou subsídios históricos para mapear a presença massiva de aspectos identitários raciais e etários, das crianças e adolescentes, no caso, crescidas, negras, com irmãos e doentes, que (ainda) permanecem nas instituições de acolhimento e reverberam, de algum modo, a rejeição social na prática da adoção. Para tanto, utilizou-se o contexto histórico da implementação do instrumento que

inaugurou a discussão mais ampla da adoção, qual seja, o Código de Menores de 1979.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir do estudo da obra “A Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs, que trouxe aportes teóricos para construção do debate que envolve a construção de uma memória coletiva sobre temas sociais que nos permeiam, foi correlacionado suas ideias junto a uma pesquisa quanti e qualitativa realizada no acervo *on-line* da Biblioteca Nacional (Jornal do Brasil e Correio Braziliense) – no espaço temporal delimitado de 1970 a 1981, a partir de notícias que precisam como o instituto da adoção foi debatido e anunciado à época e naquele espaço jornalístico. Compreender o passado é ponto crucial para analisar o presente – a memória coletiva de uma sociedade, em apoio às individuais, é ponto notório de importância para investigar o agora. Para isso, tracejaram-se palavras-chave, juntamente à demarcação do espaço temporal vinculado à promulgação do Código de Menores de 1979. No período



delimitado, duas foram as palavras-chave utilizadas para fins de análise dos dados, “Adoção” e “Código de Menores”. Após uma análise em separado dos jornais, passou-se à análise dos dados a partir da transcrição das 75 notícias encontradas.

## **CONCLUSÕES:**

O Jornal do Brasil veiculou um conglomerado de matérias mais expressivo em comparação ao Correio Braziliense. Além disso, foram encontradas mais matérias antes da promulgação da legislação. No Jornal do Brasil, foram veiculadas 44 notícias até 1978, 6 notícias em 1979 e 13 após a sua publicação do Código de Menores de 1979. Já, o Correio Braziliense, antes do Código foram encontradas 8 notícias e, no ano de 1979 apenas, 4. Interessante que, após 1979, nenhuma notícia fora veiculada pelos jornais. Assim, foi pertinente: os motivos sociais e individuais, que se desenvolvia o instituto da adoção. Em um montante de 8 matérias, das 75, 5 foram destacadas como resoluções para as questões sociais e, apenas, 3 como modelo de “construção familiar”. Isto é, por “questões sociais” observou-se que 1 versava quanto à solução à questão do aborto, 2 para evitar a “superpopulação” e 2 como solução para as crianças órfãs de guerras, ressaltando que nenhuma notícia enfocou a preocupação e atenção à criança ou adolescente. Enquanto, as demais 67 notícias trouxeram debates procedimentais e destaque para a nova legislação. Outro aspecto pertinente da análise, foi o olhar pelo qual os adotandos eram percebidos pela sociedade. Em 12 matérias

analisadas: 75% davam ênfase à imagem da criança para adoção, como um infrator ou abandonado, ao passo que, tão somente, 3% destacavam à orfandade. Evidencia-se, que a partir deste contexto, se iniciou uma elaboração daquilo que compreendemos por memória social da adoção. Assim, as fontes jornalísticas delimitadas neste tempo e espaço puderam ser confrontadas com biliografias jurídicas e estudos da implementação do Código de Menores de 1979. A construção de entendimentos, práticas coletivas e comportamentos muito se aproximam da perspectiva sociojurídica de uso do instituto no tempo. De lá para cá, muitas mudanças, novos paradigmas foram implementados gradativamente. No entanto, alguns aspectos ainda perduram. Destacamos o papel da adoção para a solução de problemas sociais, o que inclui o abandono e aborto, além da busca dos pretensos pais por crianças e adolescentes com biótipo definido, cor branca, bebês e sem doenças e irmãos.

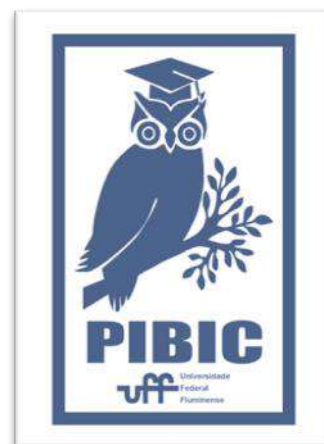
## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Letícia Leidens, ímpar à abertura e à inserção no meio acadêmico de pesquisa. Inegável é o aprendizado ao decorrer das pesquisas, das investigações e dos debates/diálogos propostos, com agradecimento, tal-qualmente, à UFF e CNPq. Ainda, não há de não se recorrer a minha companheira de pesquisa, Tamiris Ribeiro Moreira Corrêa, a qual compartilhou inúmeros aprendizados e diversas descobertas no presente estudo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**.  
São Paulo: Centauro, 2004.

HEMEOROTECA DIGITAL. **Fundação  
Biblioteca Nacional**, 2022. Disponível em:  
<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.  
Acesso em: 10 ago. 2022.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Poder Judiciário e violência contra a mulher: análise das inovações para julgamento com perspectiva de gênero**

**Dra. Fernanda Andrade Almeida**

**Emelly Pereira Riker e Lais Naomi Sardelli Samezima**

**Departamento de Direito de Macaé**

## **INTRODUÇÃO**

Em 1976, a *socialite* Ângela Diniz foi assassinada pelo então companheiro, Doca Street. No julgamento, a defesa do réu sustentou que a única responsável pelo crime era a própria vítima, por ser uma “mulher fatal”, contrária à moral e aos bons costumes da época, e que o homicídio realizado, na verdade, seria uma legítima defesa da honra de seu companheiro. Mais de 40 anos depois, durante uma audiência, a *influencer* Mariana Ferrer teve o seu relato como vítima de violência sexual desacreditado pela defesa do acusado, que elaborou uma argumentação com foco na “reputação” e “histórico sedutor” da vítima, utilizando como base fotos com suposto “teor sexual” existentes nas redes sociais da *influencer*.

Apesar de não serem diretamente conectados, os casos se assemelham pelo modo como foram tratados no Poder Judiciário. Observa-se que as relações de gênero existentes na sociedade patriarcal têm reflexo na produção da Justiça, na medida em que essa esfera reproduz estereótipos, preconceitos e discriminações. O projeto tem como objetivo analisar as inovações estabelecidas ou propostas, em âmbito Legislativo e no Judiciário, para um julgamento com perspectiva de gênero.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram analisados os seguintes documentos legislativos: (a) Lei nº 14.245/2021, estabelecida para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo; (b) Projeto de Lei n. 781/2021, que objetiva alterar o Código Penal, estabelecendo que não se considera em legítima defesa o ato praticado com a suposta finalidade de defesa da honra ou da imagem do autor do crime ou de terceiros, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; e o (c) Projeto de Lei nº 2325/2021, que pretende alterar o Código Penal e o Código de Processo Penal para excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social, e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

Também foi analisada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779, que proibiu o uso da tese da

legítima defesa da honra em casos de feminicídio.

Por fim, foi estudado o Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, produzido em 2021 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva funcionar como um guia para julgamento sob as lentes de gênero.

Para a presente pesquisa, interessa, sobretudo, a utilização do Protocolo do CNJ no Sistema de Justiça Criminal (SJC), tendo em vista as violências contra as mulheres que são objeto da investigação.

A característica androcêntrica do SJC reproduz uma carga estigmatizante, em que as mulheres estão condicionadas biologicamente como um membro de um gênero subordinado, visto que as concepções dos papéis sociais ligados ao feminino não são relacionadas naturalmente às esferas políticas, econômicas e de justiça (ANDRADE, 2009, p.64). No tratamento de vítimas de violência sexual há uma diferença no acolhimento de acordo com um *status* atrelado à “honestidade” da mulher, ou seja, se ela corrobora com a construção moral exemplar do modelo patriarcal (SOUSA, 2017, p.16). Quando uma mulher não se enquadra nas regras de condutas que lhe são atribuídas, o seu depoimento – o principal elemento probatório, na maioria das vezes – perde a credibilidade. Assim, o espaço do Tribunal, que já atua muitas vezes como um agente revitimizador – pela carga traumática atribuída à reclamante toda vez que é necessário repetir os fatos da violência sofrida (VILHENA e ZAMORRA, 2004, p. 120) – falha

no seu papel de promover um acesso à justiça igualitário e imparcial.

## CONCLUSÕES

Conclui-se que a lógica da culpabilização das mulheres vítimas de violência de gênero, tanto na esfera particular quanto na esfera pública ainda é muito presente e atual.

Ideais sociais de “vítima perfeita”, comportamento adequado, e subordinação das mulheres, historicamente, colocaram o feminino em um lugar de valor inferior. Isso contribui para os números elevados de violência contra a mulher, como consta na pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que indicou que cerca de 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vitimadas em 2022 (SOUZA, 2023).

Assim, percebe-se a importância do estudo do tema e da divulgação das inovações mencionadas no texto.

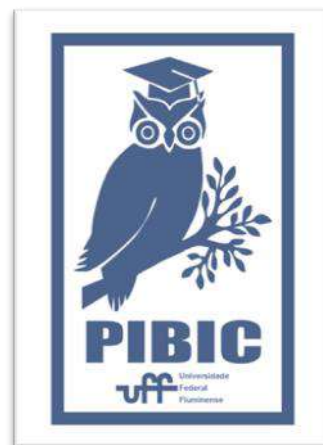
## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 48, p. 71-102, 2005.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017.

SOUZA, Ludmila. Mais de 18 milhões de mulheres sofreram violência em 2022. Agência Brasil, 2023.

VILHENA, Junia de; ZAMORRA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 115-130, 2004.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Produção científica brasileira sobre Agatha Christie: elaboração de indicadores de citação**

**Maria Cecília Brandão da Silva; Michely Jabala Mamede  
Vogel**

**Departamento de Ciência da Informação – Instituto de Arte  
e Comunicação Social – GCI/IACS**

#### **INTRODUÇÃO:**

A Ciência da Informação (CI) estuda dos fluxos de informação presentes em cada etapa da construção de um saber, a comunicação científica. Esta é considerada o único comportamento comum a todos os cientistas independentemente da sua área.

A Análise de Citações, subárea da Bibliometria, a partir da lista de referências de uma produção científica (como livro, artigo de periódico, teses, dissertações etc.), possibilita a mensuração das fontes de informação utilizadas, como o tipo de documento, o idioma e os periódicos mais citados. Utilizando estes indicadores, é possível saber como se dá a comunicação científica de uma área do conhecimento, bem como indicar as influências acadêmico-científicas, as preferências dos autores, relacionamentos autorais e institucionais, comportamentos e interesses e assim por diante.

Atualmente, a literatura policial tem ganhado reconhecimento acerca dos estudos literários científicos, tanto que foram criadas associações responsáveis por reunir pesquisadores do gênero, periódicos científicos voltados ao tema e publicação de antologias. É fácil associar esta trama à Agatha Christie, britânica nascida em

1890 e falecida em 1976, autora de mais de 100 livros dispostos – em sua maioria – sobre literatura policial. Christie é nos dias de hoje a autora com maior número de publicações, traduções e adaptações nas mídias sobre o tema policial, sendo ela considerada um ícone além de seu tempo. No entanto, mesmo que Agatha Christie possua um vasto material para estudos científicos, capazes de explicar o grande fenômeno que ela é e todos os contextos que a cercam, no Brasil, tais pesquisas ainda são escassas.

Nosso objetivo foi mapear e conhecer as influências intelectuais que orientam a produção científica que abordam Agatha Christie no Brasil.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No total de 1.498 citações coletadas, foram identificados 833 diferentes autores. A elite de pesquisa é formada por 23 autores com maior produtividade sobre Agatha Christie e é responsável por 467 obras citadas. Agatha Christie, além de tema é a autora mais referenciada, com 243 obras citadas, seguida de Edgar Allan Poe, com 24 vezes, e Arthur Conan Doyle com 21 citações. Estes três autores são

intimamente relacionados à Literatura Policial. Os demais autores possuem variações de 18 a 10 vezes, estabelecendo padrões de repetições posteriormente.

Quanto ao gênero, 831 citações são trabalhos de homens e 552 de mulheres, o que contrasta com o indicador de citação na qual a autora mais citada é uma mulher, a própria Agatha Christie. A colaboração entre homens e mulheres é escassa em comparação

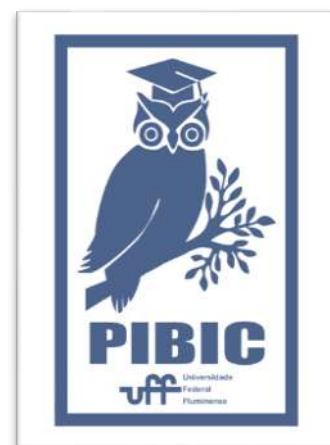
Livros são 60% documentos mapeados, seguida por Capítulos de livros (12,7%) e Artigos de revista científica (12,6%).

Quanto ao idioma, o Português correspondendo a 67,1%, o Inglês aparece em segundo lugar, no entanto, sua incidência se dá com menos da metade que o Português, apresentando apenas 419 citações e 28% do total, o que é surpreendente considerando que o objeto é britânico. Espanhol e Francês apontam proximidade, com 2,7% e 2,1% respectivamente, enquanto o 0,1% do total.

Sobre a vida média e obsolescência, a amplitude temporal estabelecida pelo resultado da análise é de 182 anos, partindo de 1839 com apenas uma citação, sendo então a mais antiga, até 2020, também com só uma citação e, portanto, a mais recente. Além disso, há uma notável frequência de documentos sem data identificada (96) e alguns datados após 1900, mas que não especificam o ano exato (19-, por exemplo). O ano que teve a maior quantidade de citações - desconsiderando os documentos sem data - foi 2011, com 62.

Do ponto de vista cronológico, foi possível identificar documentos citados desde os anos 30 do século XIX, contudo um terço da produção

citada é do período de 2001 a 2010, tendo crescido especialmente desde os anos sessenta e setenta.



## CONCLUSÕES

:

A literatura policial possui produtividade e é um fenômeno mundial capaz de atrair a curiosidade de inúmeros leitores e o interesse científico se espelha nesse fenômeno, contudo, no Brasil até então não há muitas obras que orientem este tema. Além disso, a Análise de Citação é pouco aplicada à área de Literatura pelos pesquisadores.

A definição da Literatura Cinzenta é de grande importância ao projeto, visto que a dificuldade com nossa acessibilidade ao material necessário afeta diretamente na construção do estudo, assim como sinaliza um grande impasse para a CI.

Foram poucos meios viáveis de entrar em contato com autores, especialmente a indisponibilidade de e-mails ou o não retorno destes para a coleta do material; além disso a inconsistência nos formatos de citações, especialmente perante ao longo período temporal onde as normas de padronização sofreram mudanças.

Compreendeu-se que a relação temporal nos estudos sobre Agatha Christie é bastante atual, ainda que sua amplitude parta do século XIX.

**AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq e à UFF pela bolsa concedida, e a todos os autores que responderam nossa pesquisa e enviaram cópias de seus trabalhos.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: INVENTÁRIO DE VALORES URBANOS NA**  
**REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**  
**Autoras: Bianca Lopes Silva (bolsista)**  
**Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)**  
**Departamento de Arquitetura – TAR/EAU**

## **INTRODUÇÃO:**

Este resumo apresenta os resultados do projeto de pesquisa “Inventário de Valores Urbanos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (vigência 2022-2023), que a exemplo de propostas anteriores, aprofunda pesquisas, metodologias e análises da tese de doutorado da proponente (TAVARES, 2016). Em abordagens anteriores, o objeto de estudo dava ênfase à relação entre o formal e o informal na cidade do Rio de Janeiro, a abordagem atual estende o recorte para a Região Metropolitana Fluminense, mais especificamente ao município de São Gonçalo. Como instrumentos de reflexão e análise, a elaboração de Mapas de Valores Urbanos, ou seja, sínteses cartográficas com o registro do levantamento de informações oficiais sobre os territórios estudados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

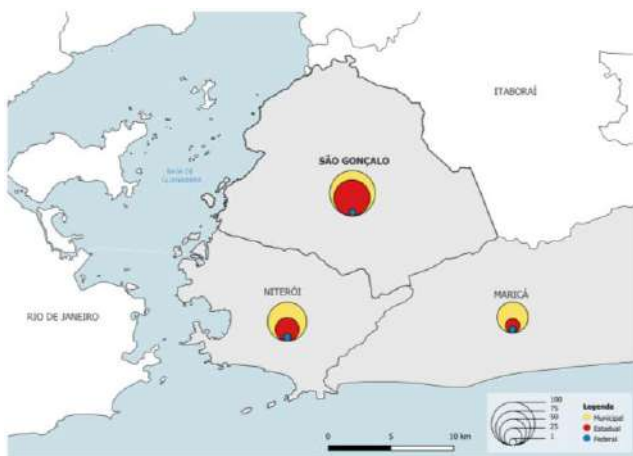
Dois recortes geográficos foram inicialmente definidos como estudos de caso: a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, a partir dela, os municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá. As informações sobre os municípios de Niterói e Maricá foram apropriadas comparativamente, no contexto regional. De maneira mais específica, o foco se deslocou para o detalhamento de dois bairros de São Gonçalo (Neves e Jardim Catarina), considerando-se também a escala do município (subdividido em distritos).

Os Mapas de Valores Urbanos foram idealizados originalmente para “ilustrar” a desigualdade na distribuição de infraestrutura e serviços públicos, visualizada por meio de elementos gráficos inseridos em localizações específicas no território. Para efeitos de demonstração, a ênfase recaiu somente sobre os “valores urbanísticos” e, dentre estes, os equipamentos de educação.

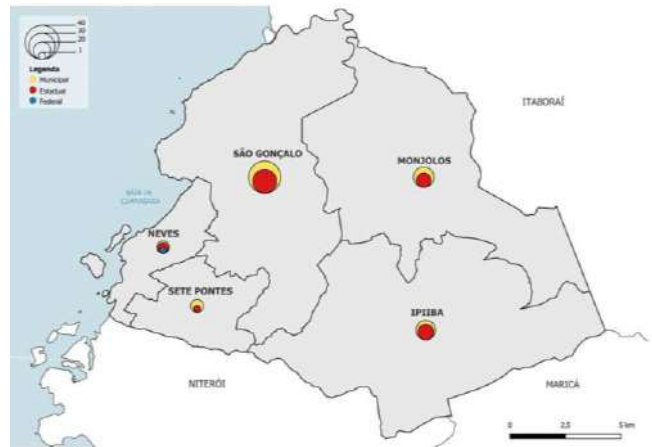
Corroborando com Maricato, Andrade e Ferreira (2022), é possível analisar a distribuição de equipamentos urbanos visando à avaliação de sua capacidade (ou não) de desenvolver as potencialidades humanas, especialmente a de crianças e jovens em idade escolar. Por isso a escolha, nesta pesquisa, dos equipamentos de

educação da rede pública. Segundo os autores, os indicadores de educação regrediram durante a pandemia da Covid-19, agravados pela tradicional exclusão urbana e territorial.

Assim, as três escalas territoriais (região, município e bairro) foram apropriadas cartograficamente, com mapeamento e análise da distribuição dos equipamentos de educação, especialmente os da rede pública. Foram levantados dados quantitativos para comparação entre municípios e, sobre São Gonçalo, foram produzidos mapas nas escalas macro (distritos) e micro (bairros), com informações detalhadas sobre as escolas nas esferas federais, estaduais e municipais distribuídas no território. Os mapas deram materialidade às informações previamente organizadas e geraram possibilidades de análise da distribuição dos equipamentos de educação, no município e nos bairros escolhidos como estudos de caso.



Distribuição de equipamentos de educação pública em Niterói, São Gonçalo e Maricá.



Distribuição de equipamentos de educação pública em São Gonçalo, por distritos.

## CONCLUSÕES:

Ao final desta vigência da pesquisa, tornam-se relevantes algumas considerações “conclusivas”. No que se refere às dificuldades encontradas, destaca-se o acesso restrito a informações sobre alguns municípios. Além disso, a divulgação tardia de dados do Censo 2022 impossibilitou sua apropriação, portanto, é possível que algumas análises tenham sido prejudicadas pela defasagem de tempo (os dados são do Censo 2010). Tais dificuldades levaram à relativização de informações, bem como a suposições que devem ser ratificadas posteriormente.

É importante destacar que a ênfase dada à escala de bairro (especificamente no município de São Gonçalo) permitiu observar com mais precisão a distribuição de equipamentos urbanos no território, no caso, as escolas da rede pública; sem perder de vista a interação com outras escalas. Por fim, a elaboração dos Mapas de Valores Urbanos permitiu aguçar a percepção das

estudantes envolvidas para as desigualdades de acesso aos bens e serviços públicos, mas também em relação à ausência de políticas públicas que possam interferir nessa realidade. Logo, espera-se contribuir para que graduandos em Arquitetura e Urbanismo, como futuros agentes de produção do espaço urbano, possam ampliar a sua capacidade de reflexão e de atuação como reivindicantes de direitos coletivos.

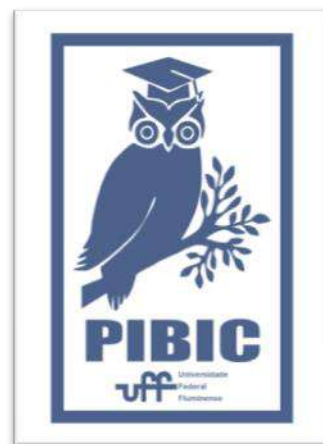
### **AGRADECIMENTOS:**

Os agradecimentos são direcionados aos responsáveis diretos pelo desenvolvimento desta pesquisa. Ao CNPq e à PROPPI-UFF, o meu reconhecimento pelo fomento e divulgação do conhecimento produzido na academia. À minha orientadora, Ricarda Tavares, agradeço pela oportunidade, pelos ensinamentos compartilhados durante o processo e principalmente pelo comprometimento em fazer ciência com o objetivo de impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas. Por fim, agradeço às demais estudantes envolvidas, que como colaboradoras e por meio de debates e busca de informações ajudaram a realizar esta pesquisa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

MARICATO, E.; ANDRADE, I.; FERREIRA, J. S. W. A rede pública que pode transformar o Brasil. *Jornal GGN*, 22 de ago. de 2022.

TAVARES, R. L. D. *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU-UFF, Niterói, 2016.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**BIBLIOGRAFIAS COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA E  
PATRIMÔNIO INTELECTUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS  
BIBLIOTECAS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA**

**Aline dos Santos Drummond Xavier, Gonzalo Rubén Alvarez**

**Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e  
Comunicação Social/Universidade Federal Fluminense**

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a situação atual do controle bibliográfico nacional (CBN) nas bibliotecas nacionais (BN's) dos países da América Latina (AL). Na primeira fase, correspondente à abordagem quali-quantitativa, analisou-se: (a) as legislações vigentes sobre depósito legal (DL), (b) a existência de uma bibliografia nacional corrente e atualizada, (c) de forma comparativa, a realidade das bibliografias nacionais das BN's dos países ibéricos Espanha e Portugal. Dito comparativo respalda-se nos laços históricos, políticos, culturais e sociais que ligam os dois países à AL. Na segunda fase, correspondente à abordagem qualitativa, (d) evidenciou-se, a percepção das BN's da AL perante o valor e função social das bibliografias, comparando-as com as dos países ibéricos. Conjuntamente, os resultados visaram ampliar as discussões sobre o papel social das bibliografias nacionais como instrumentos de memória e preservação do patrimônio intelectual na AL.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto atual, percebeu-se que todos os países da AL possuem legislação sobre DL. Em 75,0% destes, o DL encontra-se contemplado sucintamente em leis correlatas diversas, representando uma falta de comprometimento governamental com a memória e o patrimônio intelectual via instrumentos de preservação como são as bibliografias nacionais. Em 55,0% desses países, inclusive, as legislações sobre DL são obsoletas, restringindo-se, tão só, à custódia de publicações textuais e, em alguns casos, impressos. Por outro lado, em 25,0% dos países, o DL é regulamentado por legislação específica ou atualizado por meio de legislações complementares, que inclui as publicações eletrônicas analógicas e/ou digitais. Tal situação demonstra, pelo menos em tese, que alguns governos estão empenhados em preservar a memória e o patrimônio intelectual, visto a importância da custódia e difusão das obras registradas no âmbito nacional. Evidenciou-se um avanço na modernização do DL na AL, mas ainda insuficiente para a corporificação de uma bibliografia nacional corrente e atualizada no âmbito das BN's. Algumas poucas bibliografias nacionais identificadas representam, tão só,

iniciativas públicas e/ou particulares isoladas que não prosperaram ou que foram compiladas retrospectivamente, permeadas pela falta de tradição e descumprimento das leis vigentes. Em termos comparativos, nos países ibéricos, o DL é regulamentado por legislação específica e atualizada, incluindo publicações impressas e digitais nas suas bibliografias, acessíveis no site institucional das BN's. 73,0% das onze BN's da AL respondentes consideram o DL e o CBN parcial ou totalmente eficientes para preservar a memória e o patrimônio intelectual de forma adequada, promovendo a manutenção de bibliografias nacionais correntes e atualizadas, embora 18,0% os considerem ineficientes. Tal resultado reflete os esforços dispensados para modernizar o DL e o CBN, contribuindo para reduzir, em tese, a invisibilidade bibliográfica nos países da AL. Em termos comparativos, a BN do país ibérico respondente manifesta a eficiência do seu DL e CBN, propiciando a produção e manutenção de uma bibliografia nacional corrente e atualizada para a sociedade. Na pesquisa, verificaram-se semelhanças entre as legislações sobre DL de 45,0% dos países da AL e países ibéricos, respaldando-se em diretrizes internacionais para aprimoramento do CBN no seu campo de ação. Justamente, nesse quesito, a realidade é bem discrepante, perante a inexistência de uma bibliografia corrente e atualizada nos países da AL. Diante da situação atual, as BN's da AL têm demandado esforços para promover ações de conscientização sobre a importância do DL e CBN para a preservação da memória e patrimônio intelectual no contexto nacional.

## CONCLUSÕES

Os resultados demonstraram que, embora a modernização do DL e CBN tenha melhorado, em tese, a eficiência destes, ainda os esforços não são suficientes para manter uma bibliografia nacional corrente e atualizada no contexto das BN's da AL. Os avanços na modernização da legislação são decorrentes de um alinhamento às diretrizes internacionais para aprimoramento do DL e CBN, aproximando-se, cada vez mais, das práticas biblioteconômicas dos países ibéricos. Embora a situação atual se apresente como favorável, demonstrando um progresso na conscientização da importância da preservação da memória social e do patrimônio intelectual, ainda é preocupante diante da problemática que historicamente se alastra pela AL, relacionado com a invisibilidade bibliográfica.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, meus familiares e amigos. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento. Às BN's participantes da pesquisa.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **História das Agências de Notícias Brasileiras e das Agências de Notícias**

#### **Estrangeiras no Brasil (1874-1958)**

**João Pedro de Almeida Sabadini (bolsista); Pedro Aguiar Lopes de Abreu (orientador)**

**Departamento de Comunicação Social, IACS/UFF**

#### **INTRODUÇÃO:**

O objetivo da pesquisa foi compor uma história das agências de notícias brasileiras e das agências de notícias estrangeiras atuantes no Brasil, de forma a fornecer um referencial coeso a ser incorporado à historiografia do jornalismo no país. Incluem-se aqui dois ramos distintos, porém somados: as agências de notícias estrangeiras que operaram no Brasil e/ou forneceram serviços à imprensa brasileira e as agências de notícias fundadas no Brasil e geridas por brasileiros de 1874 até 1958.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

O estudo baseia-se em pesquisa hemerográfica, tendo como fontes os acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pelos quais foram realizadas consultas em busca de informações. O intervalo pesquisado foi dividido em períodos, para os quais se localizaram as seguintes quantidades de registros sobre agências:

- 1874-1889: 88 (brasileiras), 35 (estrangeiras)
- 1889-1899: 8 (brasileiras), 10 (estrangeiras)
- 1900-1909: 11 (brasileiras)
- 1910-1919: 27 (brasileiras)
- 1920-1929: 16 (brasileiras)
- 1930-1939: 37 (brasileiras)
- 1940-1949: 29 (brasileiras)
- 1950-1958: 15 (brasileiras)

As buscas para agências estrangeiras no século XX ficaram para a segunda parte da pesquisa.

Os registros localizados foram tabulados em 10 planilhas, indexados, analisados e embasaram a construção de uma narrativa histórica sobre as agências de notícias operantes no Brasil entre 1874 e 1958.

Em 1874, Manoel Gomes de Oliveira, até então um amanuense e banqueiro falido, fundou a Agencia Americana Telegraphica (AAT), no Rio de Janeiro. A agência tem suas primeiras menções publicadas nos jornais em 11 de fevereiro daquele ano. Os registros na imprensa mostram que a AAT prosperou até começar a concorrência com o escritório conjunto da Havas com a Reuters, aberto em junho do mesmo ano. Com isso, a AAT passou a buscar novas fontes de renda, como uma espécie de "plano por assinatura" pelo qual clientes recebiam uma parte do lucro ao final de determinado período. Contudo, a prática foi denunciada como loteria ilegal e, por decisão judicial, em meados de 1875, a AAT se vê obrigada a fechar as portas. Apesar de sua curta e conturbada existência, a AAT foi a primeira agência de notícias brasileira e, até onde alcançam os registros, possivelmente também da América Latina.

Em 1888, foi criado o Centro Telegraphico da Imprensa (CTI), a segunda agência de notícias brasileira, na forma de consórcio empresarial.

Dois anos depois, o jornal *O Brazil* noticiou o encerramento das atividades do CTI. “*O Paiz* acabou com o CTI e tem agora um serviço especial exclusivamente seu”, publicou o jornal, indicando não uma interrupção do serviço, mas sim uma transformação do consórcio no Serviço Especial de *O Paiz* (SEOP) – ou seja, uma continuidade institucional.

A pesquisa localizou o nome do jornalista Quintino Bocaiúva em todas as três empresas (AAT, CTI e SEOP), evidenciando uma linha de continuidade entre elas que, até agora, era desconhecida pela bibliografia.

Entre 1876, quando a Reuters deixa o Brasil, e 1918, quando a norte-americana United Press é assinada por *O Imparcial* (RJ), a francesa Havas detém o monopólio de fornecimento de noticiário geral internacional para a imprensa brasileira. A única outra agência estrangeira atuante no país nesse intervalo (desde 1885) é a britânica Comtelburo, especializada em informações mercantis e financeiras.

Em 1909, o poeta Olavo Bilac abriu uma nova empresa, a Agência Americana, contando com um empréstimo de 27 contos de réis (cerca de R\$ 3,5 milhões atuais). A forma como a verba foi direcionada provocou críticas na imprensa (em especial na *Gazeta de Notícias*), e Bilac desligou-se da empresa, passando a direção a Oscar de Carvalho Azevedo. A AA teve bureaux em todos os países da América do Sul e mais alguns na Europa (Lisboa, Londres, Paris e Gênova). Funcionou até 1930, quando foi forçada a fechar pelo governo revolucionário.

A entrada das agências dos EUA, United Press (UP), em 1918, e Associated Press (AP), em 1919, rompe o monopólio da Havas e abre postos de trabalho que capacitam profissionais brasileiros no jornalismo de agências. Entre eles, nessa fase, estiveram Sérgio Buarque de Holanda e Austregésilo de Athayde.

Em 1926, Américo Facó fundou a Agência Brasileira (AB), ligada às correntes de oposição à República Velha, que saíram vitoriosas em 1930. No entanto, gradualmente a AB foi cooptada pelas potências do Eixo, passando a distribuir propaganda nazi-fascista, e acabou fechada pela ditadura de Getúlio Vargas em 1942, quando o Brasil rompeu com a Alemanha e a Itália.

A Reuters voltou ao Brasil em 1940, quando a Havas foi tomada pelos nazistas na invasão da França, e ficou até 1958. No mesmo ano, a UP fundiu-se com a INS, do grupo Hearst, e passou a se chamar United Press International (UPI).

### **CONCLUSÕES:**

O levantamento feito até agora demonstrou a riqueza da história das agências de notícias no Brasil. Notam-se o pioneirismo do país na América Latina e empresas nacionais de grande porte, em desproporção com a atenção que recebem na historiografia de referência da imprensa brasileira. A segunda parte da pesquisa, na vigência 2023/2024, contemplará o intervalo de 1958 a 2024, quando se dá o sesquicentenário das agências de notícias no Brasil.



**Ciências Sociais e Aplicadas**

**Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social: Um balanço necessário**

**Autores: Carlos Daniel Vasconcelos, Giovanna Oliveira e Regina Bienenstein**

**Departamento/Unidade/Laboratório: PPGAU/UFF-NEPHU/PROEX/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

O presente relatório reúne os resultados da pesquisa intitulada “Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social: Um balanço necessário”, iniciada em 2021 e finalizada em 2023, vinculada aos Editais PIBIC/CNPq do período de vigência, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/PROEX/UFF). A pesquisa identifica e analisa ações de ATHIS realizadas nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro e desenvolvidas por diferentes agentes públicos e privados, como municípios, universidades públicas e privadas, escritórios e terceiro setor - cooperativas e ONG's -, além das iniciativas dos moradores, associação de moradores e movimentos sociais de moradia.

O recorte temporal da pesquisa se dá a partir de 2008, data da aprovação da Lei nº 11.888 de 2008, a qual assegura, às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Conforme apontado por Regina Bienenstein (2014, 2016, 2017, 2019), a prática da assessoria/assistência técnica tem aparecido em diferentes formatos e abrangências. Pode ser ação individual ou ação coletiva. Pode ser iniciativa do agente público ou ser ação exclusiva de arquitetos e engenheiros, assim como tratar a questão da moradia numa perspectiva interdisciplinar.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos e entrevistas para que, com isso, fosse possível identificar inicialmente as ações de ATHIS. Para tanto, foram levantadas informações específicas sobre cada ação, chegando-se aos resultados que estão organizados em dois tópicos: (1) ATHIS em Niterói e (2) ATHIS no Rio de Janeiro.

### **1. ATHIS EM NITERÓI**

Em Niterói, como forma de combater o déficit habitacional da cidade, foi criada a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (Lei Nº 3073/2014). No entanto, os investimentos se resumem a uns poucos conjuntos habitacionais,



sempre a partir do programa Minha Casa Minha Vida. Atualmente, dois conjuntos, Jardim das Paineiras, no bairro Badu, e Poço Largo, no Sapê, se encontram com as obras paralisadas, sendo alvo de ações de depredação.

A pesquisa identificou 15 experiências de ATHIS, boa parte delas foram ações de abrangência coletiva e 13 foram desenvolvidas por universidades (UFF, Unilasalle e Estácio de Sá), uma pela ONG Soluções Urbanas e outra pela iniciativa do MTST. No entanto, nenhum desses projetos foram implantados.

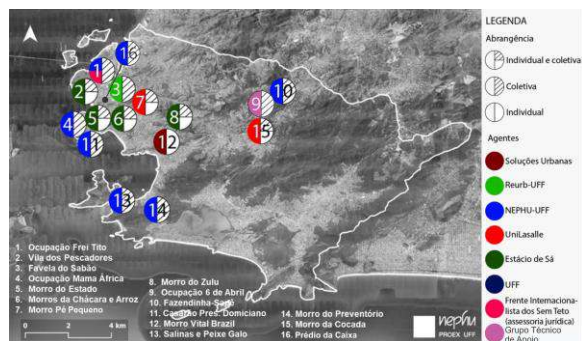


Figura 1: Comunidades Assessoradas em Niterói.

## 2. ATHIS NO RIO DE JANEIRO

No Rio de Janeiro, um dos marcos para a política habitacional foi o Plano Diretor de 1992 (Lei Complementar N° 16/1992), que criou o Grupo Executivo de Assentamentos Populares, a partir de onde se propõe um dos principais programas municipais destinados à habitação: o Favela-Bairro, que objetivava incorporar as favelas ao tecido urbano existente e teve êxito em 168 favelas e loteamentos, no período de 1995 a 2008. Em 2010, o programa foi substituído pelo Morar Carioca, que não foi implantado.

A pesquisa identificou 14 ações de ATHIS, sendo 9 desenvolvidas por universidades, 4 desenvolvidas por organizações como a

Fundação Bento Rubião, a Arché Projetos Participativos, o Grupo Técnico de Apoio e a assessoria de um arquiteto autônomo. Aqui também, destaca-se uma maior abrangência em ATHIS coletivas.

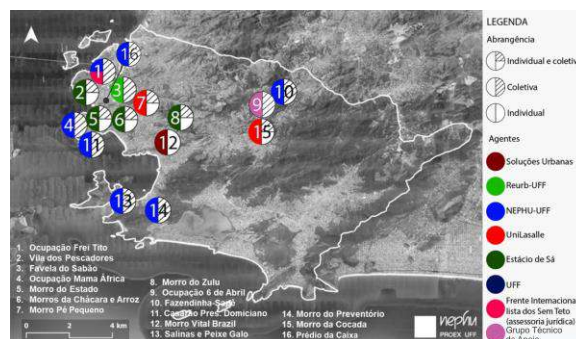


Figura 2: Comunidades Assessoradas no Rio de Janeiro

## CONCLUSÕES:

O método de produção e a reflexão desenvolvida, a partir da elaboração da listagem de agentes cujas ações de ATHIS seriam examinadas na pesquisa, reforçam a importância da construção de uma política habitacional que priorize as áreas populares a fim de garantir o direito à moradia plena e o direito à cidade. Um dos principais intuídos da pesquisa é democratizar as informações obtidas posteriormente, a fim de expressar a importância da articulação de ensino, pesquisa e extensão através do compromisso da universidade pública e socialmente referenciada.

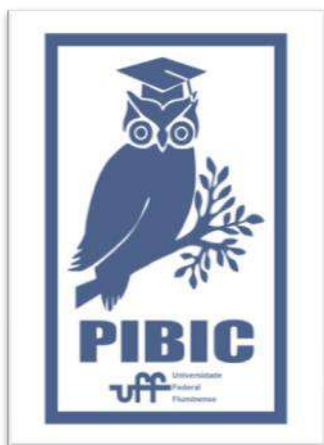
Esses dados explicitam o panorama de como a política habitacional está sendo desenvolvida, ou melhor, negligenciada, Além de servirem como instrumento e respaldo à luta pelo direito à moradia. A partir de seus resultados, é possível

também perceber a importância de identificar e analisar as ações de assessoria técnica em habitação de interesse social, diante da desigualdade socioespacial presente nas cidades brasileiras.

Ao final da pesquisa, percebe-se que, por mais que a Lei de Assistência Técnica seja um marco importante, sua aplicação ainda é muito tímida, o que demonstra a falta de interesse do Poder Público para as questões relativas à moradia e ao direito à cidade, privilegiando a cidade como uma mercadoria. Indicou também a importância da contribuição da universidade para o amplo acesso a direitos pela classe trabalhadora.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Importante agradecer ao apoio do CNPq e da Universidade Federal Fluminense que têm apoiado grupos de pesquisa e extensão como o NEPHU, enfatizando assim atividades que contribuem para uma universidade pública e socialmente referenciada.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Estudos de usuários da informação: Noções, debates atuais e interlocuções com a organização do conhecimento**

**Fabiane de Lima Damas e Suellen Oliveira Milani**

**Departamento de Ciência da Informação**

#### **INTRODUÇÃO:**

A premissa dessa pesquisa é a de que uma forma de estimular os usuários a entenderem melhor o domínio do conhecimento com o qual têm contato e a comunidade discursiva a qual pertencem, volta-se a explicar como se dá a construção, manutenção e uso de bibliotecas e sistemas de informação, incluindo os sistemas de organização do conhecimento. Nesse cenário, os catálogos de bibliotecas e sistemas de informação podem ser usados como ferramentas pedagógicas.

Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar pontos em que os estudos de usuários e os estudos de organização e representação do conhecimento se encontram na literatura da área e, então, identificar quais são os debates atuais e de que forma eles podem auxiliar na promoção de catálogos mais inclusivos, pela perspectiva dos usuários.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes fontes de informação secundárias: 1. Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação; 2. Bases de dados Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text; 3. Bases de dados KO Literature Review; e 4. Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações. As estratégias de busca foram construídas a partir da combinação dos termos: estudo de usuários da informação; comportamento informacional; práticas informacionais; e organização do conhecimento; organização da informação; sistemas de organização do conhecimento.

Para a análise dos documentos selecionados, utilizou-se a técnica do *close reading*. O objetivo da aplicação dessa técnica foi a observação dos fatos e detalhes dos documentos ao “lê-los mais de perto”.

Assim, partiu-se de uma carência de literatura para propor a identificação da noção, dos debates atuais e das aproximações teóricas entre as áreas de Organização do Conhecimento e de Estudos de Usuários da Informação a partir de uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

As estratégias de busca empreendidas recuperaram 134 documentos. Após análise dos seus títulos, resumos e palavras-chaves, 100 documentos foram desconsiderados por serem pouco ou não pertinentes aos objetivos da pesquisa. De modo que, ao final, obteve-se uma seleção de 34 documentos, isto é, 25,4% dos

documentos recuperados no levantamento bibliográfico. As referências bibliográficas foram, então, elaboradas de modo a subsidiar a discussão dos resultados e viabilizar a consulta pelos leitores interessados.

Em seguida, foi realizada uma análise temática e, a partir dessa análise, estabeleceu-se as seguintes categorias representando as principais interlocuções entre as áreas de Estudos de Usuários da Informação e Organização do Conhecimento observadas:

1. Premissas da Organização do Conhecimento e da Ciência da Informação;
2. Processos de representação e recuperação da informação;
3. Sistemas de organização do conhecimento;
4. Serviços de referência e interfaces;
5. Comunidades discursivas;
6. Qualidade da informação e da representação da informação na Web.

A primeira categoria abrangeu os aportes teóricos e metodológicos já sedimentados na área de Organização do Conhecimento. A segunda categoria abrigou, principalmente, reflexões sobre as abordagens epistemológicas dos processos de representação temática, como a Indexação, por exemplo. É relevante considerar os aspectos dos processos de representação porque pela identificação das necessidades dos usuários pode-se otimizar os sistemas de recuperação da informação. A terceira categoria agrupou estudos com enfoque nas características dos instrumentos utilizados para a construção dos catálogos. Já a quarta categoria contemplou os estudos que investigam a interação dos usuários com os sistemas informacionais, suas interfaces e as

tecnologias de informação e comunicação. A quinta categoria lança luz aos grupos sociais marginalizados que coexistem e constituem as dimensões culturais, sociais e históricas da sociedade. E a última categoria refere-se a um tema atual e relevante para a Ciência da Informação.

## **CONCLUSÕES:**

Conclui-se que os estudos de usuários e os estudos de organização e representação do conhecimento são abordados na literatura da área como complementares, mas essa aproximação geralmente está subentendida, não explicitada.

Os debates atuais foram observados a partir das categorias estabelecidas e abrangem os processos e os instrumentos de representação do conhecimento, bem como a qualidade da informação e o ambiente Web.

Confirmou-se a seguinte premissa: para a promoção de catálogos mais inclusivos é fundamental compreender quem são os usuários da informação no contexto (espaço e tempo). Essa compreensão, no contexto de bibliotecas e sistemas de informação, se dá a partir de estudos específicos sobre domínios do conhecimento e comunidades discursivas.

Sugere-se que pesquisas futuras investiguem quais são os métodos e as técnicas para coleta e análise de dados para a realização de estudos de usuários da informação que têm sido utilizados, no Brasil, em contextos de bibliotecas e sistemas de informação. Outro tema interessante inclui a análise de comportamentos informacionais de comunidades discursivas

como os povos tradicionais brasileiros, por exemplo, que seguem na luta por representação e representatividade.

Por fim, espera-se que essa pesquisa traga subsídios para outras reflexões críticas e éticas nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) pela concessão da bolsa que possibilitou a produção desta pesquisa e agradeço especialmente à professora Suellen Oliveira Milani, que auxiliou imensamente na orientação neste percurso.



**Grande área do conhecimento: Serviço Social**  
**Título do Projeto: “Novas” e “velhas” formas de trabalho –**  
**Plataformização e escravidão contemporânea.**  
**Autoras: Carolina Boechat e Rannielly Silva**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Serviço Social Niterói**

## **“NOVAS” E “VELHAS” FORMAS DE TRABALHO – PLATAFORMIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.**

### **INTRODUÇÃO:**

Este projeto de pesquisa está incluído no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Direitos Humanos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social. Fundamentado em estudos sobre o trabalho escravo contemporâneo, nosso objetivo visa entender as condições de exploração da força de trabalho no Brasil por meio de dados secundários e relatórios de fiscalização, em foque no trabalho do setor de delivery através de aplicativos em Niterói e no Rio de Janeiro.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

As pesquisas analisadas demonstram que a maioria é jovem, negro e do sexo masculino, uma força de trabalho racializada e precária. O resultado parcial confirma que o quadro regional se assemelha ao nacional.

Os entrevistados, todos do sexo masculino, em ambos os municípios. Em Niterói, a grande maioria eram negros (50% se autodeclararam

como preta e 37,5% como parda) e 12,5% brancos. Já na cidade do Rio de Janeiro, tivemos 80,8% de negros (34,6% pretos e 46,2% pardos) e 19,2% de brancos. É importante destacar que na capital fluminense, 61,5% dos entrevistados relataram utilizar bicicleta alugada, 23,1% bicicleta própria, 3,8% bicicleta própria ou alugada, 7,7% moto própria e 3,8% moto própria ou bicicleta alugada ou própria. Já Niterói, que foram 52% bicicleta própria, 4% bicicleta motorizada própria, 28% moto própria e 16% moto financiada.

Sobre à escolaridade, no Rio de Janeiro, 23,1% possuíam nível superior incompleto, 3,8% superior, 23,1% ensino médio incompleto, 46,2% ensino médio e 3,8% ensino fundamental incompleto. Em Niterói, a escolaridade dos entregadores foi 52% com ensino médio, 12% possuíam ensino médio incompleto, 16% tinham ensino fundamental, 8% fizeram o ensino fundamental incompleto e 8% o ensino superior e 4% tinham superior incompleto.

Sobre acidentes laborais, no Rio de Janeiro, 46,2% já sofreu algum acidente que impediu a conclusão da entrega, em Niterói tivemos 48%

respostas positivas sobre acidente durante o percurso. No que se refere à saúde física e mental, dos respondentes do Rio de Janeiro, 7,7% afirmaram que passaram a sentir dores na coluna, 3,8% sofrem de ansiedade, 3,8% emagrecimento, 7,7% estresse, 3,8% dores nas pernas, 3,8% afirmaram possuir dores na coluna, depressão, ansiedade e dores nas articulações, 3,8% destacaram possuir dores na coluna e ansiedade, 3,8% Circulatórios; dores na coluna; ansiedade; 3,8% todas as opções e 57,7% não apresentam nenhum problema. Em Niterói, 8% sentem dores na coluna, 4% ansiedade, 4% perda de peso, 4% estresse e ansiedade, 4% ansiedade e dores nas pernas, 4% ansiedade, dor nas articulações e insônia, 4% estresse com o trânsito, 4% problemas circulatórios, ansiedade e dor na perna, 8% estresse, 4% dores na coluna e estresse, 4% dores na coluna e cansaço extremo e 44% não apresentam nenhum problema. Ainda sobre este aspecto, na cidade carioca, 30,8% realizam uma jornada de oito (8) horas diárias, 15,4% fazem catorze (14) horas de trabalho diárias, 3,8% acima de catorze (14) horas, 23,1% doze (12) horas, 15,4% dez (10) horas, 3,8% seis (6) horas e 7,7% abaixo de seis (6) horas. Os dados de Niterói, neste quesito, foram de 44% pessoas que trabalham doze (12) horas diárias, 12% trabalham catorze (14) horas, 24% realizam uma jornada diária de oito (8) horas, 12% trabalham dez (10) horas diárias e 8% trabalham abaixo de seis (6) horas diárias.

Sobre os rendimentos, no Rio de Janeiro, 38,5% fatura por semana, uma média entre R\$500 e R\$800,00, 19,2% entre R\$300,00 e R\$500,00, 15,4% entre R\$151,00 e R\$300,00, 15,4%

recebem acima de R\$800,00 por semana, 3,8% de R\$1000,00 a R\$1200,00 e 7,7% entre R\$61,00 e R\$150,00 por semana. Cerca de 40% possui rendimento mensal de R\$ 2.000,00 a R\$3.200,00, sem descontar custos fixos semanais para manutenção, a exemplo de conta como telefone, plano de dados e outros 26,9% responderam que equivale a um custo semanal aproximado de R\$120,00, 53,8% entre R\$120,00 e R\$300,00 e 19,2% entre R\$300,00 e R\$600,00 de custo semanal.

Em Niterói, os rendimentos são mais baixos, 44% fatura por semana, uma média entre R\$300 e R\$500,00; 32% entre R\$500,00 e R\$800,00; 12% entre R\$151,00 e R\$300,00, 4% recebem entre R\$61,00 e R\$150,00 e 8% acima de R\$800,00. Um pouco mais da metade possui rendimento mensal R\$1.200,00 a 2.000,00, sem contabilizar os custos semanais supracitados, que 36% gastam em média R\$120,00; 32% pagam entre R\$300,00 e R\$600,00 e 32% têm o custo entre R\$120,00 e R\$300,00.

## **CONCLUSÕES:**

Observamos o cenário anterior ao pandêmico, de precariedade e ausência de políticas públicas, de geração de emprego e renda aptos de assegurar a vida. A realidade dois anos pós pandemia é de uma atual escassez de vagas de emprego, alta nos preços da cesta básica, inflação dos bens essenciais e fome. Esse cenário aumenta as jornadas e degradação. Com a captura do fundo de consumo e vida, além de não terem remuneração que garanta o mínimo, são lesadas em acidentes, transtornos

psicológicos, sua expectativa de vida se reduz. As jornadas exaustivas são consideradas formas da escravidão contemporânea, de acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Dinâmica socioespacial e capacidade institucional na provisão de serviços coletivos urbanos: a mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes**

**Antonio Carlos Monteiro Macedo / Érica Tavares**

**Departamento de Ciências Sociais – COC**

**Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais - NESA**

**INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Norte Fluminense**

#### **INTRODUÇÃO:**

O presente estudo faz parte do projeto “Dinâmica socioespacial e capacidade institucional na prestação de serviços coletivos urbanos: a mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes”, que tem como objetivo analisar os serviços de mobilidade urbana neste município, sob a ótica da capacidade institucional e dos princípios da reforma urbana e do direito à cidade.

A proposta metodológica empregada para este estudo envolveu pesquisa bibliográfica sobre os conceitos e estudos empíricos relacionados ao tema, levantamento de dados a partir de fontes secundárias, análise documental, mapeamentos temáticos e pesquisa de campo.

A mobilidade urbana é uma das dimensões básicas para garantir as condições de reprodução social na cidade. É cada vez mais importante pensar com base científica as políticas e ações que visam melhorar as condições de mobilidade urbana nas cidades, pois estas são essenciais para ampliar a disponibilidade de lugares, bens, recursos e oportunidades para todos – aspecto fundamental para pensar uma cidade

transformada (Oliveira, 2011; Vale, 2020; Rodrigues, Bastos 2022; Ribeiro, 2022).

Do ponto de vista da capacidade institucional e do federalismo brasileiro, conceito discutido no projeto mais amplo, podemos identificar que os serviços de mobilidade urbana no Brasil são de responsabilidade do município, mas devem estar de acordo com as diretrizes legais localizadas no nível federal, como a Lei de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12).

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em 2022, o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) realizou uma pesquisa com aplicação de questionários, abordando as condições de vida em Ururáí. O foco da pesquisa foram as situações de inundação, as condições de moradia e infraestrutura, as características sociais, econômicas e demográficas da população local, bem como os aspectos relacionados à mobilidade residencial e à mobilidade cotidiana, que são o centro deste estudo.

Este resumo se concentra na parte da pesquisa de campo realizada em Ururáí, que faz parte do primeiro subdistrito, distante cerca de 12 Km da

área central da cidade. A localidade possuía 2.600 domicílios e uma população de 8.800 pessoas em 2010, segundo Censo do IBGE deste ano. Foi realizada uma pesquisa quantitativa de *survey* com uma amostra de 160 domicílios.

A respeito do principal meio de transporte usado nos trajetos casa-trabalho (figura 1), foi identificada a forte dependência do transporte público por meio dos ônibus coletivos, demandado por 67% dos responsáveis nos domicílios pesquisados, em menor medida está o uso do carro particular (9%) e das bicicletas (8%); os demais modos de transporte não ultrapassam 5%.

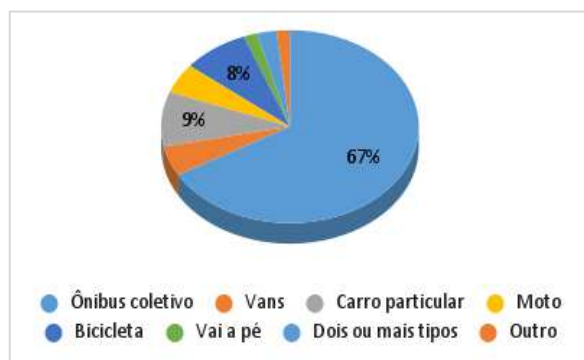


Figura 1: Principal meio de transporte utilizado pelo/a responsável no trajeto casa-trabalho – Ururáí. Fonte: NESA/UFF 2022.

Já o trajeto casa-escola é realizado majoritariamente a pé (65%), em segundo lugar por meio de ônibus coletivo (16% e já tomando um público de estudantes com maior idade) e 8% é realizado de bicicleta; os demais modos de deslocamento não ultrapassam 4% do total (figura 2).

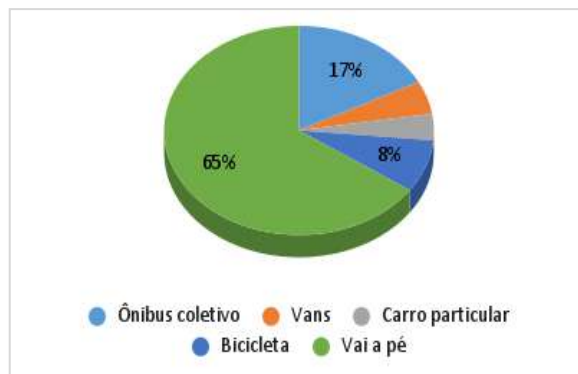


Figura 2: Principal meio de transporte utilizado pelas crianças e/ou adolescentes no trajeto escola-casa – Ururáí.

Fonte: NESA/UFF 2022.

Sobre o transporte público que serve à localidade, a avaliação dos moradores de Ururáí é bem parecida com a dos moradores da área urbana de Campos (visto em outra parte da pesquisa), uma vez que 69% avaliam o transporte público como ruim/muito ruim, 20% classificam como regular e somente 7% avaliam como ótimo/bom (figura 3).

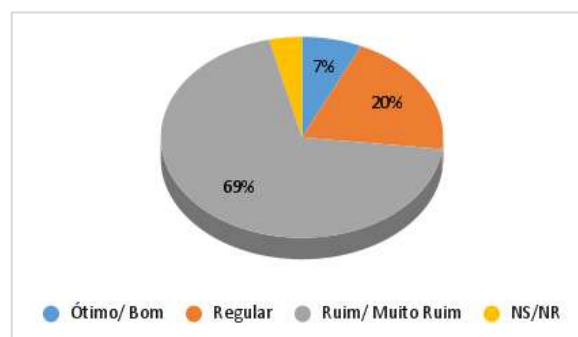


Figura 3: Avaliação do transporte público que serve o bairro – Ururáí.

Fonte: NESA/UFF 2022.

Foi evidente que os habitantes locais enfrentam dificuldades relacionadas à disponibilidade de coletivos, oferta limitada de horários, condições precárias dos ônibus, altos custos das tarifas e superlotação, revelando os desafios diários que enfrentam ao se deslocarem pelo município. No

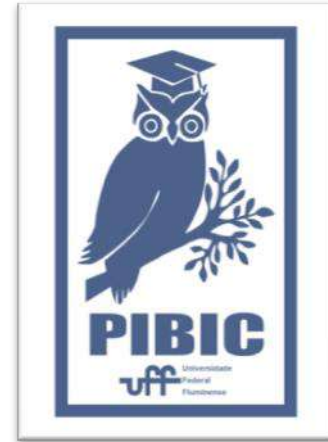
entanto, destacou-se que o transporte coletivo predomina como o principal meio de transporte no trajeto casa-trabalho, estabelecendo uma maior dependência desse meio e a necessidade de investimentos no setor em Ururáí.

## **CONCLUSÕES:**

Em resumo, este estudo destacou a importância do transporte público, especialmente os ônibus coletivos, na mobilidade urbana da localidade de Ururáí, situada em Campos dos Goytacazes. Os resultados da pesquisa indicam que a população local enfrenta desafios significativos em relação à qualidade e acessibilidade desse serviço. A maioria dos moradores avalia o transporte público de forma negativa, destacando a necessidade urgente de melhorias.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à equipe do NESA - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, por fornecer o ambiente ideal para o desenvolvimento do projeto e por promover discussões enriquecedoras sobre as questões cruciais para o nosso tempo. Minha imensa gratidão também vai Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFF, que tornou possível o meu envolvimento ativo em pesquisas acadêmicas. Agradeço ainda à Professora Erica Tavares, minha mentora neste percurso, quero expressar minha sincera apreciação.





## Direito

### Adolescentes do município de Macaé em conflito com a lei: percepções a respeito de sua vulnerabilidade

Kelly Ramos Moreno e Lúcia Souza d'Aquino

Departamento de Direito do Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé

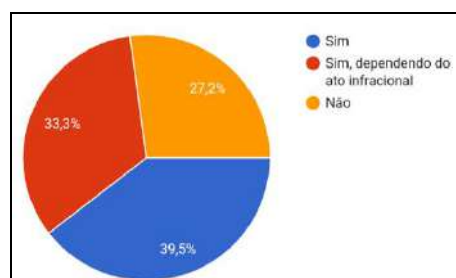
## INTRODUÇÃO:

As impressões da sociedade e dos adolescentes a respeito da delinquência juvenil podem ser conflitantes. Essa pesquisa tem por objetivo geral, verificar se existe esse conflito e quais fatores geram impacto na delinquência juvenil e na opinião da sociedade a respeito do tema. Para cumprir o objetivo proposto na pesquisa, foram feitas entrevistas com 81 membros não identificados da sociedade, que responderam a um questionário online a respeito de suas crenças e percepções a respeito da delinquência juvenil, bem como entrevista pessoal com a psicóloga que atende no CRIAAD – Macaé e análise de relatórios presentes no local.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Primeiramente, foi perguntado sobre a redução da maioridade penal.

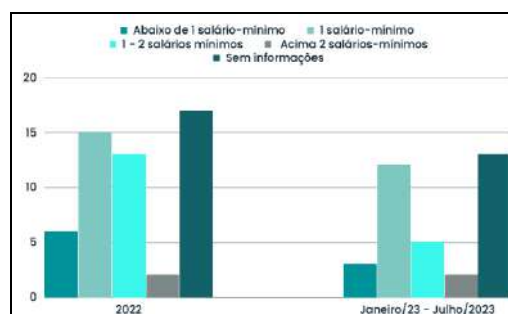
Gráfico 1 – Redução da maioridade penal



Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora

72,8% dos respondentes são a favor da redução da maioridade penal, e 33,33% entendem que depende ao ato infracional praticado.

Gráfico 2 - renda familiar dos adolescentes que ingressaram em 2022 a julho de 2023

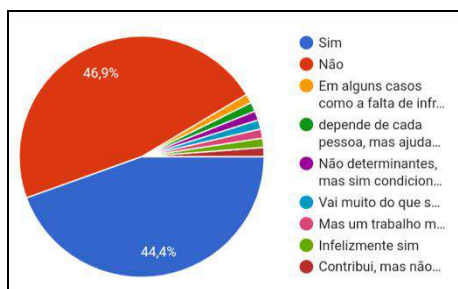


Fonte: CRIAAD

O gráfico 2 apresenta informações da instituição sobre o quantitativo de 100 adolescentes que ingressaram durante o período de 2022 a julho de 2023. Dentre eles, a maioria possui baixa

renda, boa parte inferior a um salário mínimo para a família.

Gráfico 3 - O acesso à educação e ao trabalho podem ser considerados fatores determinantes para a prática de um ato infracional?



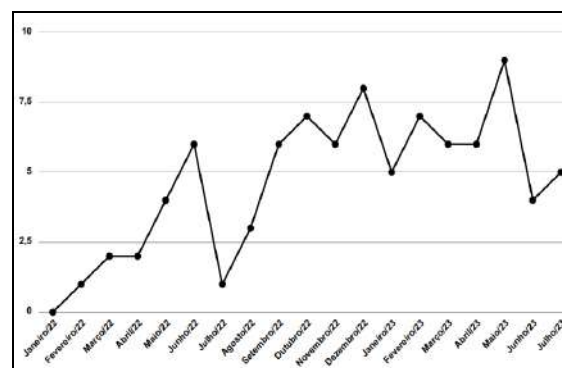
Fonte: Questionário elaborado pela pesquisadora

Os participantes do questionário evidenciaram a falta de estrutura, incentivo e fiscalização escolar, dando ênfase à precariedade de ensino pela falta de profissionais, equipamentos, apoio didático e outros. O gráfico 3 nega majoritariamente o impacto da educação e a falta de oportunidade no ambiente de trabalho como fonte das práticas infracionais. Em contrapartida, o CRIAAD destaca entre as dificuldades, a distorção escolar e a insuficiência financeira, dando enfoque à obrigatoriedade da instituição ao comparecimento escolar, auxiliando no desenvolvimento acadêmico e trabalhista, obtendo como exemplo os dados de uma adolescente de 18 anos que está na primeira série do ensino fundamental, levantando indagações se a obrigatoriedade possibilitou ingresso na escola.

A permanência das organizações criminosas nos bairros periféricos facilita o ingresso no trabalho legal de crianças e adolescentes. O Conselho Nacional de Justiça (2015) indicou que o ato infracional mais praticado no ano foi o

tráfico de drogas, seguido de roubo e furto; já em 2012, o principal ato era o roubo com 40% e 32% o tráfico de drogas no Brasil. Em contrapartida, o levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) indicou que em 2021 os principais atos eram o roubo e furto. Entretanto, no CRIAAD durante o período descrito, constatou que mais de 50% ingressaram devido ao tráfico de drogas.

Gráfico 4 - Quantidade de adolescentes que ingressaram em 2022 a jun. 2023



Fonte: CRIAAD

O gráfico realça um aumento significativo de janeiro e junho de 2022, decaindo no mês posterior devido o afastamento dos adolescentes por suspeitas de COVID-19. As dificuldades mencionadas pela instituição estão relacionadas com a falta de transporte para o convívio familiar e para atividades externas (cursos, encontros, oficinas e outros), indagando os conflitos com as prefeituras por agregar adolescentes de outros municípios (contendo exceções) e não possuir transporte. Ademais, realça como elementos facilitadores as inscrições em cursos do DEGASE e profissionalizantes no CETEP e FAETEC.

Em relação à faixa etária das informações do CRIAAD, 49% têm 17 anos, 30,6% com 16 anos, 12,2% com 18 anos e 7,1% de 14 a 15 anos, apontando que aproximadamente 7,1% dos jovens possuem filhos e 64,30% são primários e 35,4% são reincidentes, podendo apresentar mais de uma reincidência.

### **CONCLUSÕES:**

O que se percebe pelo resultado das entrevistas realizadas pelo formulário e a realizada no CRIAAD é uma diferença grande entre a compreensão da sociedade e dos profissionais e jovens a respeito de sua situação.

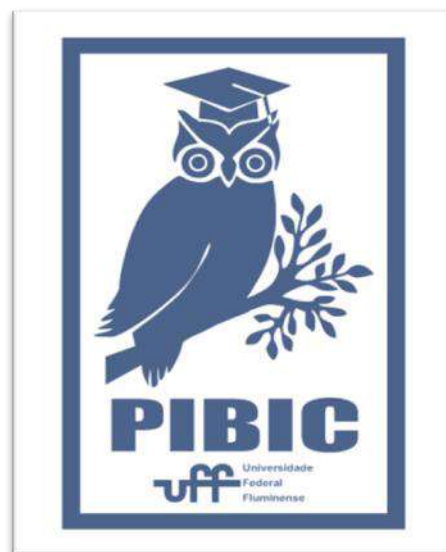
Os resultados favoráveis à redução da maioria penal demonstram uma visão focada na punição, e não na reabilitação. Por outro lado, a psicóloga entrevistada foi firme ao ressaltar o papel importante da educação na reabilitação, bem como o fato de que os adolescentes prefeririam um trabalho a estar envolvidos na criminalidade e que nas oportunidades em que conseguiram estudar após o período no CRIAAD, não houve reincidência.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao PIBIC - UFF pela oportunidade de pesquisar sobre a tema da minha pesquisa, foi de suma importância para a complementação dos meus conhecimentos, permitindo com que pudesse investigar e comparar as visões que o público tem sobre os jovens.

Agradeço à minha orientadora pelas instruções passadas ao longo da pesquisa, palestras entre outros, que me fizeram compreender o público

alvo e como se deve investigar, principalmente pelo apoio semanal que foi importante para o meu crescimento pessoal. Agradeço ao



DEGASE e CRIAAD pelas informações fornecidas e apoio.

Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** Juventude e Suicídio no Cotidiano Midiatizado

**Autores:** Carolina Peres (bolsista) e Renata Rezende

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Comunicação Social/Jornalismo  
Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS)

## **INTRODUÇÃO:**

As redes sociais são muito populares pois representam um espaço de catarse, ou seja, um local em que os usuários podem relatar sentimentos, desabafar sobre diversas situações e serem acolhidos por outras pessoas, de forma a ocasionar a sensação de pertencimento a uma coletividade (REZENDE, 2015). Apesar desse uso benéfico, elas também podem possuir um impacto negativo na saúde mental dos indivíduos, e os jovens são mais vulneráveis a esse lado prejudicial da tecnologia. Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior e Ana Lúcia Vieira (2020) sinalizaram que a juventude e a adolescência, são um período de desequilíbrios e instabilidades que torna as pessoas pertencentes a essa faixa etária mais suscetíveis ao desenvolvimento de transtornos psicológicos.

Uma das possíveis consequências desse adoecimento é o suicídio. Segundo relatório divulgado pela OMS, em 2021, todo ano o número de óbitos por suicídio supera os por HIV, malária, câncer de mama, guerras e homicídios. Outra importante pesquisa, do IPEA, publicada em 2013, mostra que as mídias se configuram como o terceiro motivador de

suicídio, depois somente do desemprego e da violência.

Nesse contexto, se estabelece uma conexão entre juventude, mídia e suicídio. A pesquisa **Juventude e Suicídio no Cotidiano Midiatizado** buscou identificar as influências que a exposição às redes sociais possui no suicídio de jovens e em como o tema é abordado, além de investigar o papel desempenhado por tais espaços na redução das taxas de mortes autoprovocadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Selecionamos 12 jovens influenciadores que se encaixam no perfil estabelecido previamente (em etapas anteriores) para realizar entrevistas em profundidade, a fim de obter dados que apresentem uma visão mais individualizada e direta sobre o tema do suicídio. Buscamos aqueles que relataram tentativas de suicídio ou abordaram questões de saúde mental em perfis nas redes digitais Instagram, YouTube e TikTok. Entramos em contato com esses jovens para saber de seu interesse e disponibilidade.

Influenciador	Link de relato	Seguidores	Contato	Observações
Dominique Claudine (@dominiqueda.)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=JzrCaYUdU">https://www.youtube.com/watch?v=JzrCaYUdU</a>	188 mil no Instagram e 268 mil no YouTube	Contato:dominiqueda@gmail.com	
dorukai (@dorukai)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=8N2rncp9y0A">https://www.youtube.com/watch?v=8N2rncp9y0A</a>	414 mil no Instagram e 1,21 milhões no YouTube	dorukai@nomia.com	
Liamara Moreira (@liamaramoreira)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Kas7mW1DUU">https://www.youtube.com/watch?v=Kas7mW1DUU</a>	280 mil no Instagram e 366 mil no YouTube	Não encontrou um email	Ela relatou a história dela com a depressão e também contou que já pensou um certo tempo em suicídio.
Igor Tassin (@igortassin)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=7epOvTAQY7s">https://www.youtube.com/watch?v=7epOvTAQY7s</a>	137 mil no Instagram e 2,51 mil no YouTube	contato:igortassin@gmail.com	
Andressa Damiani (@damianandressa)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=K50F_ujns1Q">https://www.youtube.com/watch?v=K50F_ujns1Q</a>	174 mil no Instagram e 1,18 milhões no YouTube	contato:damianandressa@gmail.com	
Elari Viana de Anunciação dos Santos (@elariavsc)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ZkKUS6Amn7I">https://www.youtube.com/watch?v=ZkKUS6Amn7I</a>	2,294 no Instagram (perfil privado) e 470 no YouTube		Já participou de um podcast sobre saúde mental em 2021.
Aline Lívio (@alinelivio)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=veeP7ruvudico">https://www.youtube.com/watch?v=veeP7ruvudico</a>	38,1 mil no Instagram e 8,36 mil no YouTube	contato@alinelivio.com.br	
Júlia Azeiteiro (@juliazk)		450 mil no Instagram e 8,1 milhões no TikTok	juliazk@nasa.com.br	Nunca chegou a ver relato dela especificamente sobre tentativas de suicídio, mas ela já falou várias vezes sobre seu tratamento para a depressão e transtornos alimentares, além de

Figura 1: Print - Levantamento de influenciadores do YouTube, Instagram e TikTok (parte 1)

				ser muitas vezes alvo de comentários maliciosos. Então acho que seria uma entrevista interessante.
Rodrigo Sotelo (@rodrigossotelo)		106 mil no Instagram e 592,1 mil no TikTok	rodrigossotelo@nasa.com	Ele faz vídeos mostrando o seu dia a dia na recuperação da depressão e ansiedade. No caso dele as redes sociais funcionam como uma forma de incentivo, então pode ser uma perspectiva legal de explorar.
Jennyfer Milla (@jennyfermilla)		634 seguidores no Instagram e 35,4K no TikTok	Não encontrou um email	Ela também faz vídeos mostrando sua rotina sendo uma pessoa com depressão, mas acaba uma abordagem humanizada em alguns vídeos.
Pamela Lucchesi (@pamelalucchesi)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=QmVn7qg7p0k">https://www.youtube.com/watch?v=QmVn7qg7p0k</a>	11,6 mil no Instagram e 14,4 mil no YouTube	Pamela.lucchesi@nasa.com	
Russely Melo (@russelymelo)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=SMiCc_Ajop9kI">https://www.youtube.com/watch?v=SMiCc_Ajop9kI</a>	2,024 no Instagram e 1,17 no YouTube	Não encontrou um email	

Figura 2: Print - Levantamento e influenciadores do YouTube, Instagram e TikTok (parte 2)

A partir do que percebemos nesses influenciadores, elaboramos o questionário de perguntas para as entrevistas.

- Pedir para se apresentari - Nome, idade, de onde vem e afins.
- Quando você começou a publicar vídeos e compartilhar o seu cotidiano na internet?
- Por que?
- Como foi esse início?
- Você usa muito as redes sociais?
- Como é a sua relação com elas, pra além da produção de conteúdo?
- O que te motivou a compartilhar sua história de tentativa de suicídio?
- A gente sabe que nas redes sociais é muito comum que a gente compartilhe só os momentos bons, mas compartilhar uma fragilidade como é lidar com a depressão e a tentativa de suicídio não é algo que vemos por aí com frequência. Como foi essa experiência pra você?
- Como é a sua relação com os seus seguidores?
- Já ajudou alguém sobre o tema?
- Prá você, o uso das redes é de certa forma terapêutico? Ele te ajuda?
- O vídeo com seu relato foi publicado já há alguns anos, então, como você se sente em relação a essa história hoje, já tendo passado por isso tudo?
- Deixar uma mensagem para os jovens, que estejam passando por momentos de fragilidade.
- Perguntar se tem algo mais a dizer

Figura 3: Print - Questionário de perguntas para entrevistas em profundidade

Conseguimos realizar entrevistas com três influenciadores: Russely Melo, Igor Tassin e Jennyfer Milla, todas pela plataforma de videoconferência Zoom e com duração entre 40 e 50 minutos. Apesar dos influenciadores entrevistados serem de regiões diferentes e de os três possuírem contextos de vida divergentes, houve muitas semelhanças em seus relatos.

## CONCLUSÕES:

De forma bem sucinta, percebemos que: **1)** As falas de todos os entrevistados estão em concordância com a questão das redes sociais como um espaço de catarse, pois todos expressaram o quanto elas os ajudaram a falar sobre seus sentimentos e desabafar, funcionando como algo, de certa forma, terapêutico. **2)** Ao mesmo tempo que funciona de forma terapêutica para eles, seus conteúdos ajudam outras pessoas que passam por situações parecidas, mostrando que as redes podem ser úteis na prevenção do suicídio. **3)** Outro ponto em comum entre as três entrevistas é o medo e a vergonha de falar sobre saúde



mental com pessoas próximas. **4)** O uso das redes sociais também pode ser consideravelmente prejudicial para a saúde mental das pessoas, levando à comparação com outros usuários e à ansiedade.

## REFERÊNCIAS:

JÚNIOR, Clodoaldo Moreira dos Santos; VIEIRA, Ana Lúcia. A influência das redes sociais nos casos de suicídio entre jovens e adolescentes brasileiros e o seu aumento durante a pandemia. ., 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/332002/a-influencia-das-redes-sociais-nos-casos-de-suicidio-entre-jovens-e-adolescentes-brasileiros-e-o-seu-aumento-durante-a-pandemia>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LOUREIRO, Paulo R. A.; MOREIRA, Tito Belchior; SACHSIDA, Adolfo. OS EFEITOS DA MÍDIA SOBRE O SUICÍDIO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA PARA OS ESTADOS BRASILEIROS. IPEA, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2264/1/TD\\_1851.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2264/1/TD_1851.pdf). Acesso em: 16 jan. 2023.

REZENDE, R. A catarse cotidiana: performances dramáticas no Facebook. Culturas Midiáticas, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/24498>. Acesso em: 16 jan. 2023.

## AGRADECIMENTOS:

À Universidade Federal Fluminense pela possibilidade de realização desta pesquisa. Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa destinada à aluna Carolina Peres e à Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), que financia o projeto ampliado (**Juventude e suicídio: percursos midiáticos e suas interfaces com a Educação**) cujo eixo temático da pesquisa (Juventude e Suicídio no Cotidiano Midiatizado) pertence.





**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E OS GOVERNOS**  
**LULA (2002-2010): OS LIMITES NO ATENDIMENTO AOS**  
**DIREITOS SOCIAIS VOLTADOS AO SEGMENTO LGBTQIA+**  
**AUTORES: ADRIANYCE A. SILVA DE SOUSA E GABE**  
**MOREIRA THOMAZ**

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL/ DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI**

**INTRODUÇÃO:**

O presente artigo reflete acerca da relação entre a estratégia democrático popular, os Governos Lula (2003-2010) e, possíveis avanços para a pauta LGBTQIA+ nestes governos. Nossa pesquisa, balizada no método materialista histórico-dialético, e realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, identifica a ênfase, na via democrática, nos Governos Lula, como a única forma de acesso possível dos trabalhadores, enquanto classe social, aos direitos. A contraparte desse processo é uma tendência de esvaziamento mais crítico e autônomo da classe trabalhadora e, do segmento LGBTQIA+, em particular.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como parte da “nova esquerda” e da estratégia democrático-popular, uma ênfase democrática assumiu centralidade no PT e nos governos petistas. Neste contexto, como bem expresso por Mansur (2021), a estratégia democrático-popular é realizada, mas também metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento, tornando necessário “superar a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

Os impactos sobre o segmento LGBTQIA+ verificam-se no enraizamento da concepção de que o importante era perseguir o possível. Sendo este possível, identificado como um conjunto de condições que, supostamente, poderiam ser efetivadas de imediato, sem necessidade de transformações societárias de caráter mais amplo.

Na análise dos documentos identificamos duas questões sobre as quais a reflexão crítica se faz necessária. Uma primeira, que se refere a articulação que, nos governos Lula, vai expressar a estratégia democrático-popular, na efetivação das reformas que a burguesia não realizou, e, que para o segmento LGBTQIA+ essas “reformas” são fundamentadas a partir de uma concepção de Direitos Humanos na qual, os “Direitos Humanos constituem condição para a prevalência da dignidade humana, e que devem ser promovidos e protegidos por meio de esforço conjunto do Estado e da sociedade civil” (BRASIL, 2009a, p. 22).

Uma segunda, diretamente associada a primeira, e, que aprofunda, ao nosso ver a democracia de cooptação sobre o segmento LGBTQIA+, quando a especificidade das suas lutas, - que expressam opressões concretas, - não é generalizada para a compreensão da

necessidade da emancipação humana, sendo diluídas numa visão acrítica de sociedade civil que se articula-se harmonicamente a um Estado também desprovido de luta de classes.

Em ambos os casos, se para a classe trabalhadora em geral, os governos Lula significaram o apaziguamento da luta de classe face a resignação na esfera do cidadão consumidor, quer nos pareceres, que estas determinações para o segmento LGBTQIA+ particularizam-se ainda mais num resignar-se apenas ao “direito a ter direitos” como analisou Santos (2005) restringindo, no nosso entendimento, a questão ao formalismo e a participação democrática, esvaziado pela institucionalidade, via conselhos, ou pela legalidade, face ao direito positivo.

### **CONCLUSÕES:**

Ainda que não desconsideremos que nos Governos Lula (2002-2010) efetivamente existiram em quantidade significativa (se comparada com governos anteriores) ações que iam ao encontro das pautas do segmento LGBTQIA+. Cabe ponderar, que nessa perspectiva, o segmento LGBTQIA+ nas lutas “pelo direito a ter direitos” se fragmenta em um conjunto de instituições formadas por “ativistas” defensores da democracia e dos direitos humanos, voltados, necessariamente, para a efetivação do espaço público e de uma espécie de bem comum. E, dessa forma, o que se efetivou para a classe trabalhadora como um todo, e, para o segmento LGBTQIA+ em particular, é a negação de um projeto revolucionário que considere a diversidade humana só possível de se realizar numa sociedade emancipada do jugo do capital.

### **BIBLIOGRAFIA**

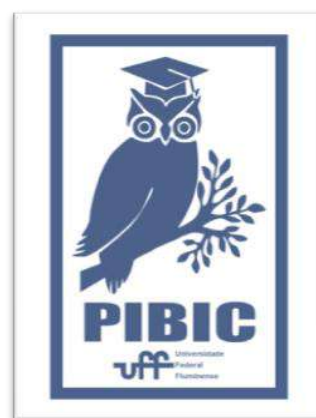
BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - Brasília: SEDH/PR, 2009a. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdf/pndh3\\_programa\\_nacional\\_direitos\\_humanos\\_3.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdf/pndh3_programa_nacional_direitos_humanos_3.pdf)  
Acesso em: 20/07/2023.

MANSUR, Isabel. Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

SANTOS, Silvana Mara Morais dos. O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005. 334fs.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ





## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

**GIULIA DE OLIVEIRA VIRGILIO**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI**

#### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa desenvolvida em 2022/2023 é continuação do projeto desenvolvido desde 2021. O principal objetivo foi analisar a relação entre o processo de financeirização das políticas sociais e a política de Assistência Social, buscando identificar quais as formas de expressão concreta que essa lógica vem se espraiando por meio de serviços e programas e observando a relação da política Assistência Social com o conjunto das políticas de Seguridade. Parte-se da hipótese de que a financeirização das políticas sociais compõe traço particular do novo padrão de enfrentamento da questão social brasileira sob neoliberalismo, se destacando como tendência que marca a emergência de aspectos novos das políticas sociais, pondo-as a serviço do capital financeiro.

Essa é uma pesquisa qualitativa que utilizou como recursos a revisão bibliográfica, a análise documental e a busca em sites de jornais e revistas para atualização de dados. Este movimento investigativo visou estabelecer as relações estruturais entre o processo de financeirização e a política de assistência social no cenário recente, com foco no contexto da pandemia da Covid 19.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Partindo-se das conclusões fase anterior da pesquisa, entendemos que a financeirização na Assistência Social é um aspecto particular da financeirização das políticas sociais, compreendida como um processo que relaciona as ações assistenciais e mecanismos de expropriação financeira (Lapavistas, 2009), principalmente com estímulo à bancarização e acesso ao crédito, por meio da centralidade do monetarismo via transferência de renda. Isso ocorreu em meio a um processo de desmonte da política tal como fora concebida e implementada a partir de 2004 como SUAS em todo território nacional.

Após a crise de 2008, novas formas de expropriação de direitos sociais aprofundaram as tendências de financeirização das políticas sociais, criando novos nichos de acumulação via monetarização e privatização de serviços, programas, reforçando o papel de agentes financeiros na gestão da área social.

Essa tendência se aprofunda após o golpe de 2016, que configurou um contexto de aprofundamento do ajuste fiscal, pelo impacto da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o novo regime fiscal, congelando os gastos primários, outras investidas conservadoras ajudaram a compor o quadro de

desfinanciamento e precarização da assistência social.

Em 2020, com o início da crise sanitária, e aprofundamento da crise econômica, política e social que o país passava desde o governo Temer, houve degradação das condições de vida com aumento do desemprego e da informalidade, além do aumento da pobreza e do país voltar ao Mapa da Fome.

A assistência social teve papel fundamental na garantia de sobrevivência da população durante a pandemia, mesmo considerando todo o sucateamento sofrido nos últimos anos.

Em meio à situação de calamidade instaurada com a pandemia, diante da pressão por auxiliar a população devido a perdas materiais e paralisação de atividades econômicas, foi lançado o Auxílio Emergencial em abril de 2020, que nos primeiros três meses chegou a atender 67,2 milhões de pessoas.

O governo Bolsonaro, percebendo o efeito político do Auxílio Emergencial, em dezembro de 2021, deu fim ao antigo Programa Bolsa Família e o substituiu pelo Auxílio Brasil, programa de transferência monetária que teve vigor até o fim de seu governo. O programa nasce sob a pressão da pandemia e do pleito eleitoral, sem nenhuma relação com a Seguridade Social, com a política de Assistência Social ou mesmo com uma política mais estruturada de combate à pobreza, com uma articulação “pelo alto” (Boschetti, 2022). Essa falta de estruturação gerou grandes problemas para o SUAS, pois não levava em conta o número de pessoas por famílias como critério para distribuição do valor do benefício, o auxílio levou ao aumento do número de famílias

unipessoais e ao aumento das filas de usuários nos CRAS.

Outra medida que reforça a financeirização na assistência social foi a aprovação, em junho de 2022, da Lei 14.431 de agosto de 2022, que aumentou a margem para empréstimos consignados a beneficiários de programas de transferência de renda (BPC idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e do Renda Mensal Vitalícia-RMV) e liberava a contratação por beneficiários do programa Auxílio Brasil (PAB). Dados do Ministério da Cidadania informam que 9,5 bilhões de empréstimos consignados foram concedidos entre 10 de outubro e 1º de novembro de 2022 (COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022).

Tal movimento pode ser entendido como expropriação financeira, a qual pode ser entendida como uma nova forma de expropriação advinda do capital portador de juros, exigindo o aumento da dependência dos trabalhadores ao sistema de crédito (ASSIS, 2017).

## **CONCLUSÕES:**

O reacionarismo e o conservadorismo após o golpe de 2016, avançando ainda mais com o governo Bolsonaro, reforçou a centralidade do monetarismo via transferência de renda. A pandemia coadunou para esse reforço com o lançamento do Auxílio Emergencial, cujo cenário de calamidade reforçou as saídas mais imediatistas em detrimento nos investimentos na estruturação do SUAS. Como expressão máxima desse contexto tivemos o fim do antigo Programa Bolsa Família e o lançamento do Auxílio Brasil, que funcionou no calor das

eleições como chave política de captação de votos, mas reiterando, em seu formato, a monetarização e financeirização dos serviços e a concepção conservadora de Assistência Social.

#### **REFERÊNCIAS:**

ASSIS, R. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização. *Argumentum*, Vitória/ES, v. 9, n. 3, p. 52-64, set./dez. 2017.

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da Assistência Social em contexto de crise do capital. *Argumentum* (Vitória), v. 8, n. 2, p. 16-29, maio/ago. 2016.

COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. *Relatório do Grupo Técnico de Desenvolvimento Social*. Produto 2. Relatório Final. DF: Brasília, dezembro de 2022.



**Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação**  
**Título do Projeto: O potencial da gamificação como instrumento para a Educação Crítica para as Mídias no Ensino Superior da área de Comunicação e Informação**  
**Alexandre Farbiarz, João Victor dos Santos Oliveira**  
**Departamento de Comunicação Social / Laboratório de Pesquisa Aplicada em Mídia e Cotidiano**

## **INTRODUÇÃO:**

A gamificação é realidade nos mais variados níveis de educação. Neste trabalho, pretendemos direcionar nossa atenção às instituições de Ensino Superior, para os cursos da área de Comunicação e Informação no Brasil para estudar e entender as práticas de gamificação e como elas podem contribuir para uma formação crítica das mídias para os estudantes.

Procuramos, especialmente, por trabalhos que, além de explicar as práticas gamificadas, suas estruturas e mecânicas, trouxessem consigo um relato de experiência da aplicação da gamificação nas disciplinas. Com isso, buscamos nos mais variados repertórios científicos, revistas, anais de eventos etc.

## **METODOLOGIA:**

Para iniciar a pesquisa, saímos atrás de artigos que trabalhassem práticas gamificadas no Ensino Superior para que fossem filtrados os trabalhos que entram no recorte de estudo proposto. Primeiramente, foram mantidos os textos que trabalhavam a gamificação nas

disciplinas da área de Comunicação e Informação que foram encontrados e tratassem da educação no Brasil. Após, partimos para procurar os textos que trouxessem um relato das experiências dos professores na aplicação da prática gamificada com suas turmas.

Com os textos selecionados, foi montada uma tabela com tópicos específicos que deveriam ser analisados. Sobre as questões pedagógicas: procurávamos se eram mencionadas, primeiramente; quais estratégias ou metodologias pedagógicas foram usadas para o desenvolvimento da prática gamificada, se mencionava letramento crítico ou midiático e os resultados esperados e alcançados.

Sobre as questões da prática gamificada: nos atentamos à estrutura da gamificação aplicada pelos professores; as mecânicas de jogos utilizadas e os resultados esperados e alcançados. Por fim, quanto às relações da prática gamificada com as questões pedagógicas: procurávamos se as disciplinas eram presenciais ou remotas; como as mecânicas da gamificação dialogam com as práticas pedagógicas e, finalmente, como relacionam as questões pedagógicas e a prática gamificada com o conteúdo da disciplina.

Para facilitar uma comparação entre os textos, as células das tabelas eram grifadas com cores: verde para quando a informação constava no artigo, amarelo para quando tinha a informação, mas incompleta ou insuficiente e vermelha para quando o artigo não trazia a informação procurada. Dessa forma, ficou mais fácil de visualizar o quadro com as informações buscadas nos textos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Dos resultados que tivemos pudemos observar a forte relação que as práticas gamificadas tem com as questões pedagógicas. Dos textos analisados, 78% mencionam e desenvolvem as estratégias ou metodologias utilizadas para desenvolver as práticas gamificadas, os 22% restantes mencionam, mas não desenvolvem ou trazem dados incompletos.

Sobre a questão do letramento crítico ou midiático, os resultados obtidos foram ainda mais variados. Em 56% dos textos analisados, os autores falaram sobre desenvolver uma prática que pudesse proporcionar ao aluno um olhar crítico (nesse caso, nem todos foram específicos quanto críticos para as mídias), 22% comentam sobre formação crítica, mas não desenvolvem e 22% não falam sobre o assunto.

Analisando os resultados que os autores apresentam dos estudantes, o que vemos é uma boa aceitação das práticas gamificadas. A maioria das respostas colhidas foram que os alunos tiveram um bom aproveitamento da disciplina da forma como foi ministrada. Outra resposta que observamos foi que a prática gamificada melhorou o

engajamento dos alunos e que eles se sentiram mais motivados pelo jogo do que se estivessem em uma disciplina não gamificada.

## **CONCLUSÕES:**

Embora tenhamos poucas publicações sobre práticas gamificadas na área de Comunicação e Informação, pudemos, a partir dos materiais encontrados, observar o grande aproveitamento das mais variadas formas de gamificação, desde modelo de RPG (Role Playing Game) até jogo de tabuleiro pudemos encontrar nos artigos estudados.

Outro ponto a se observar é a preocupação de alguns autores com o desenvolvimento de uma proposta didática que desenvolva um olhar crítico dos alunos, contudo, não foram em todos os textos que esse tópico foi desenvolvido ou citado.

Por fim, percebeu-se que os artigos analisados tratavam majoritariamente de práticas de gamificação em turmas de primeiro período de Jornalismo. As duas únicas exceções foram as poucas menções a turmas de Publicidade e Propaganda e uma única menção ao curso de Relações Públicas.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas**  
**Título do Projeto: REVISITANDO OS GOVERNOS DILMA**  
**ROUSSEFF (2011-2016): OS CONDICIONANTES**  
**EXTERNOS DA DESACELERAÇÃO ECONÔMICA E DA CRISE**  
**Autora: Jéssica Hudson de Souza Costa (bolsista)**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Economia**

### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa teve como objetivo examinar a desaceleração econômica e a crise que ocorreram durante o governo da então presidente Dilma Rousseff (2011-2016), adotando uma abordagem que considera diversos fatores como explicativos desse período. Muitas análises realizadas sobre esse período concentram-se frequentemente em críticas direcionadas às decisões políticas e econômicas internas, sugerindo que essas decisões foram as principais, e às vezes as únicas, causas da crise nesse período.

Uma dinâmica oposta é observada ao analisar a perspectiva em relação à política econômica durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), na qual muitos economistas atribuem em grande parte o sucesso do crescimento durante esse período ao contexto internacional, especialmente ao aumento dos preços das commodities, enquanto minimizam o impacto das políticas econômicas internas.

Essa discrepância evidencia uma contradição evidente. Se o cenário externo desempenhou um papel decisivo durante o período de crescimento econômico, por que não seria igualmente relevante durante a fase de

desaceleração? Portanto, a pesquisa tem como objetivo lançar luz sobre os fatores externos que contribuíram para a crise durante o governo da presidenta Dilma, buscando uma perspectiva que vá além das críticas tradicionais às políticas internas de seu governo.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No último ano, as etapas da pesquisa sob minha responsabilidade são referentes aos dados de exportação do Brasil. Durante este período foram coletados os dados de exportação dos municípios brasileiros de 2005 a 2020. Esses dados brutos continham informações sobre as exportações de todos os municípios brasileiros, organizados anualmente com detalhamento da descrição dos itens exportados. A fonte desses dados foi o Comex Stat, um portal que fornece estatísticas de comércio exterior do Brasil, que pode ser acessado no portal através do seguinte link: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

Após a coleta de dados, iniciou-se o processo de tratamento, que foi dividido em várias etapas. Primeiramente, criou-se as bases de dados separadas para cada ano dentro do período mencionado, abrangendo de 2005 a 2020. Em seguida, utilizamos ferramentas disponíveis no

Excel para analisar os dados em cada uma dessas bases. A partir dos dados brutos, identificamos os municípios produtores dos seguintes bens: açúcar, minério de ferro, petróleo, soja e milho. Além disso, avaliamos o índice de concentração de exportação de cada produto nos principais municípios produtores.

Depois foram avaliados os ciclos econômicos para exportação desde o primeiro governo Lula até os últimos dados disponíveis, que são do ano de 2022. Para isto, foram analisados os dados pelo site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Através dele foram obtidos os seguintes dados mensais de exportação para produtos manufaturados, semifaturados, produtos básicos e valores totais de exportação. Os valores analisados foram dos preços de exportações e quantum de exportações. Desta foi possível verificar uma tendência de aumento de preços e quantum no período dos governos Lula, porém a tendência se inverte durante o governo Dilma, corroborando com a tese desenvolvida.

### **CONCLUSÕES:**

A pesquisa que foi desenvolvida visou demonstrar como o setor externo foi impactante para a configuração da crise durante o governo da presidenta Dilma. Os indicadores, da forma que estão se apresentando, se tornam necessários para corroborar com a tese desenvolvida.

### **AGRADECIMENTOS:**

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha sincera gratidão ao professor Victor Leonardo por ter confiado em mim como sua bolsista. Quero expressar minha profunda apreciação pelo valioso ensinamento que ele me proporcionou e pela paciência que demonstrou ao esclarecer minhas dúvidas ao longo do projeto.

Também desejo expressar minha gratidão pela oportunidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal que este projeto me proporcionou. Reconheço a importância de iniciativas como o Programa de Iniciação Científica para o avanço da ciência no Brasil e, igualmente importante, para apoiar a permanência dos estudantes na faculdade.

Este projeto me ofereceu a oportunidade única de adquirir habilidades e conhecimentos específicos que não seriam acessíveis em outro contexto, desempenhando, portanto, um papel fundamental em minha formação acadêmica.

Por último, mas não menos importante, gostaria de estender meus agradecimentos à Universidade Federal Fluminense (UFF), que tem sido uma instituição de apoio fundamental não apenas para mim, mas também para muitos de meus colegas. A UFF proporcionou a estrutura necessária para nosso crescimento, independentemente das adversidades que enfrentamos.





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Política Pública de Resíduos Sólidos e Cooperativas de**  
**Catadores de Materiais Recicláveis: uma Análise do Modelo de**  
**Coleta Seletiva no Município de Volta Redonda-RJ**  
**Melissa Paiva Valério e Thais Soares Kronemberger**  
**Departamento Multidisciplinar-VMD/ Instituto de Ciências**  
**Humanas e Sociais - ICHS**

## **INTRODUÇÃO**

O projeto "Política Pública de Resíduos Sólidos e Cooperativas de Catadores de Recicláveis em Volta Redonda-RJ" investiga o papel do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do Sistema de Coleta Seletiva (CACS-VR) na implementação da política de coleta seletiva na cidade. Este arranjo institucional envolve diversos agentes sociais, com foco nas Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, que desempenham um papel fundamental na coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos.

Em Volta Redonda há três cooperativas de materiais recicláveis: Cidade do Aço, Folha Verde e Reciclar VR. O projeto visa também a analisar a organização social, aspectos socioeconômicos e sócio-políticos dessas cooperativas. Além disso, analisa como essas cooperativas se alinham com os objetivos da política municipal de coleta seletiva destinada a promover a inclusão social e econômica dos catadores cooperativados. Outro aspecto relevante do estudo é a identificação dos mecanismos governamentais utilizados para a implementação das ações previstas no sistema de coleta seletiva municipal.

Este estudo encontra sustentação na Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece

a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta lei atribuiu aos municípios a responsabilidade de implementar e gerenciar especificamente a destinação de resíduos sólidos, incluindo a elaboração de planos de gestão integrada para redução, readequação e destinação final de resíduos sólidos. A PNRS também prevê a fiscalização dos órgãos federais e estaduais e a responsabilidade dos geradores de resíduos pelo seu gerenciamento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em Volta Redonda-RJ, a coleta seletiva foi transformada em política pública com a promulgação da lei municipal de 2020, incluindo catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, alinhando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). O CACS-VR foi criado com a finalidade de supervisionar e aperfeiçoar essa política pública.

No âmbito deste projeto, considera-se a implementação uma fase crucial no ciclo de políticas públicas, envolvendo interações entre diversos atores sociais, incluindo beneficiários, burocratas e órgãos estatais, seguindo um modelo "*bottom-up*".

Percebe-se que os arranjos institucionais desempenham um papel crucial nesse processo, coordenando atores e interesses e garantindo estruturas adequadas para tomada de decisões, como o desempenhado pelo CACS-VR, unindo diversas partes interessadas na implementação da coleta seletiva. (LOTTA, 2019).

## **CONCLUSÕES**

O CACS-VR desempenha um papel democrático para discussão da política pública e exercício do controle social, envolvendo diversos atores, com foco na participação das cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis.

A colaboração entre múltiplos atores, como destacado por Pires e Gomide (2014), é vantajosa para a eficácia das políticas públicas, resolução de desafios e compreensão das questões abordadas. Isso se relaciona com a democracia participativa, em que diferentes atores sociais são importantes para a capacidade do Estado.

O CACS-VR pode ser considerado uma conquista do ponto de vista institucional para a política de coleta seletiva, reunindo representantes da sociedade civil, Poder Executivo, Universidades, Defensorias Públicas e Ministério Público do Trabalho. A participação das entidades de apoio e dos beneficiários da política pública equilibra as relações políticas e desempenha um papel de fiscalização e acompanhamento perante à gestão pública municipal. No entanto, algumas lacunas são notáveis, como a ausência frequente de algumas Secretarias Municipais relevantes no

Comitê e a falta de resolução de demandas das cooperativas, o que pode ser explicado pela falta de encaminhamento, frágil capacidade técnica e política, além de baixa priorização da política pelo Executivo Municipal.

Desde a sua criação, o Comitê passou por mudanças significativas, evoluindo para se tornar uma instância deliberativa de acompanhamento da coleta seletiva, conforme previsto na Lei Municipal nº 5.762/2020. Percebe-se que sua eficácia é prejudicada pela não regularidade das reuniões, frágil planejamento e organização das pautas de discussão; ausência de participação de representantes da gestão pública municipal em diversas áreas. Contudo, tem adquirido importância com a presença das cooperativas de catadores e entidades de apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao PIBIC/UFF pelo apoio fornecido durante a realização deste trabalho. Essa gratidão se estende à Professora Thais, da qual orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto. Agradeço também à equipe da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários do Médio Paraíba (InTECSOL/UFF) cuja colaboração e suporte foram fundamentais para a pesquisa. O comprometimento e a competência dos envolvidos enriqueceram minha jornada acadêmica e contribuíram para os resultados alcançados.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** A atuação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS)

**Autores:** Thaís Medeiros Paula da Silva (Estudante-bolsista); Samira Guimarães Leite (Estudante-colaboradora); Robson Roberto da Silva (Professor-orientador)

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN)/ Escola de Serviço Social (ESS)

## INTRODUÇÃO:

Este trabalho é resultado da pesquisa que buscou analisar a atuação do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), que foi criado em 2009 e é considerado um espaço coletivo, permanente, de organização política das/dos trabalhadoras/es do SUAS. Especificamente, a pesquisa procurou compreender, a composição, a atribuição, os objetivos e a estrutura de funcionamento do FNTSUAS, como também as principais pautas e debates realizados, além das ações/atividades desenvolvidas nesse espaço coletivo. A metodologia adotada, para alcançar esses objetivos, foi orientada pelo materialismo histórico-dialético, que guiou a pesquisa de natureza qualitativa. Essa, por sua vez, adotou o levantamento bibliográfico e documental, incluindo a legislação sobre o tema, como instrumentos de coleta de informações, sobretudo do material disponibilizado na internet, através do blogspot do FNTSUAS.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O FNTSUAS é composto por uma coordenação nacional, coordenação executiva, comissões permanentes e grupos de trabalho, com atribuições específicas, e a plenária nacional, que é o espaço maior de deliberação dentro da sua estrutura. Participam deste Fórum nacional diferentes entidades. Porém, apesar das relações estarem pautadas em objetivos relacionados à defesa do SUAS e das/os trabalhadoras/es, elas também são marcadas por conflitos e disputas políticas entre as entidades, sendo importante destacar aqui que o FNTSUAS, assim como os fóruns estaduais, regionais e municipais, não deve/devem se configurar/em como espaço/s de entidades, mas, sim, de trabalhadoras/es do SUAS. Porém, cabe apontar que este Fórum nacional, por ter como um dos princípios a afirmação da identidade do/a trabalhador/a deste Sistema como classe trabalhadora e como protagonista na qualificação da política de assistência social, vem procurando contribuir com a formação da consciência dessa classe social, mas muitos são os desafios impostos pela ofensiva (ultra)neoliberal.

Neste sentido, o FNTSUAS tem pautado e debatido temas relacionados à política de assistência social, mas sem desprezar a seguridade social e as particularidades das conjunturas nacionais, como o contexto do pós golpe institucional de 2016 e da Pandemia da Coronavírus Disease 2019 (COVID-19). Particularmente, os temas pautados e discutidos neste Fórum nacional estão ligados, principalmente, à precarização das condições e relações de trabalho e à realização de concurso público; à mesa de negociação, na perspectiva de contribuir com a gestão do trabalho neste Sistema e com a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais; à criação do plano de cargos e salários; de uma política de educação permanente; à realização de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, que considere as dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexualidade do público alvo atendido; à relação do poder judiciário com o SUAS; à construção da identidade das/dos trabalhadoras/es e das/dos usuárias/os deste Sistema; à pandemia da COVID-19 e seus rebatimentos na política de assistência social.

O FNTSUAS, ao pautar e discutir temas importantes como esses, também vem criando ações e atividades para enfrentar a ofensiva (ultra)neoliberal contra o SUAS e, de um modo geral, contra os demais sistemas de política e de direitos sociais. No blogspot deste Fórum, que foi criado em 2012 e constituiu-se em uma importante plataforma virtual das/dos trabalhadoras/es do SUAS, é divulgado um conjunto de ações e atividades, como atos, cartas, conferências, manifestos, moções, notas e seminários, que tratam de temas atinentes à

seguridade social, à política de assistência social e ao SUAS, principalmente à gestão do trabalho, aos espaços de controle social democrático e às formas de resistência e de luta dentro e fora deste Sistema, considerando as medidas contrarreformistas que atacam as conquistas democráticas. Além dessas ações e atividades, o FNTSUAS, no seu blogspot, possui uma Biblioteca do Trabalhador do SUAS, que reúne um acervo sobre esses temas importantes para a defesa deste Sistema, da gestão do trabalho e das/dos trabalhadoras/es.

### **CONCLUSÕES:**

Dessa maneira, pôde-se notar, com essa pesquisa, a importante atuação do FNTSUAS, considerado aqui um espaço coletivo contraditório. Tal Fórum pode aglutinar forças com outros espaços e entidades de defesa das/os trabalhadoras/es, que lutam pela construção do SUAS, dos demais sistemas de políticas e direitos sociais, e pela construção de uma sociedade sem exploração, opressão e injustiça social. Contudo, são muitos os desafios apontados por este Fórum para mantê-lo em funcionamento e também para organização e mobilização da classe trabalhadora na contemporaneidade. O próprio Fórum, como apontado, vem chamando a atenção para a construção da identidade das/dos trabalhadoras/es enquanto classe social nesse contexto (ultra)neoliberal de regressão de direitos.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao PIBIC/CNPq, à UFF, à ESS, e ao Professor-orientador.

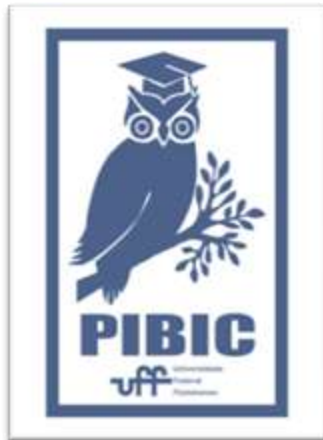


Imagem 1: Imagem PIBIC



## **CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

### **CULTURA NA SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA.**

**AUTORES: MIRYAN PAULUCCI LUNA (BOLSISTA) E PAULA  
DOS SANTOS KROPF (ORIENTADORA)**

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI/ ESCOLA  
DE SERVIÇO SOCIAL**

#### **INTRODUÇÃO:**

O projeto tem como objetivo central aprofundar o estudo da cultura, em sua amplitude conceitual, nos marcos do atual estágio do capitalismo. Neste enfoque, busca-se construir um espaço dedicado à reflexão e ao diálogo acerca da temática na contemporaneidade. Partimos da perspectiva de que a cultura é um processo integrante das relações de produção e reprodução da vida social. Assim, este estudo exerce lugar de relevância no campo do Serviço Social, dado que a profissão visa um processo formativo orientado a compreender a sociedade em sua dinamicidade e totalidade.

No percurso de pesquisa, ancorada no materialismo histórico-dialético, realiza-se a investigação bibliográfica e documental, conduzida por meio de encontros regulares, nos quais cultivamos a análise e discussão crítica em torno de fontes textuais e audiovisuais. Dentro disso, exploramos a potencialidade da produção artística para representar a realidade, observando também a relação entre a cultura e a lógica mercantil do capital, sem perder de vista a conjuntura brasileira e seus desdobramentos relativos ao tema.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Com a análise das contribuições teóricas de Raymond Williams, torna-se possível compreender a cultura como prática social, que abarca todo um modo de vida, para além da manifestação intelectual e artística. Sendo, simultaneamente, produto e produtora da realidade, possuindo dimensão ativa nesta produção. No contexto do capitalismo atual, a cultura expressa no cotidiano e na forma estética é atravessada pela completa mercantilização da vida social. Percebe-se que as condições necessárias para a manutenção das desigualdades decorrentes da dominação e exploração da classe trabalhadora são traduzidas em padrões que visam reafirmar a ordem instituída e legitimar relações sociais voltadas para a produção de valor. Diante disso, entendemos a cultura como um terreno permeado por transformações e conflitos inerentes às relações de poder, assim, sob um ângulo de negação desta organização social regida pela mercadoria, confere destacar a politização da arte. Nesta direção, o projeto faz o estudo de materiais artísticos, especialmente do teatro, em articulação com a leitura de textos, tais



como o ensaio "*Cultura e política: 1964-1969*" de Roberto Schwarz, acerca da disposição cultural no período pré-golpe e na subsequente ditadura militar.

Paralelamente, mergulhamos na peça teatral "*Ópera dos Vivos*", com concepção, criação e encenação pela Companhia do Latão, que lança luz sobre a relação entre cultura e trabalho, expondo suas contradições a partir da dimensão política – desde os anos 1960 até o tempo presente, sublinhando os traços constitutivos da sociedade brasileira. Através de uma perspectiva coletivizada e politizada, a peça aborda criticamente as lutas sociais, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o conseqüente avanço da tecnologia, trazendo de forma interligada as implicações desses processos na produção artística, bem como na capacidade de mobilização da esquerda e da classe trabalhadora. Portanto, verifica-se as possibilidades de representação da realidade no teatro, ao revelar um cenário nacional onde a busca por progresso ocorre às custas da supressão da memória e dos significados comuns, contribuindo para um exercício de compreensão.

Deste modo, fica evidente a relevância de contemplar os estudos da cultura no contexto da formação profissional em Serviço Social, uma vez que está proposto reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas da sociedade brasileira, observando sua natureza contraditória e as possíveis formas de superação, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

## **CONCLUSÃO:**

Conclui-se que o projeto de pesquisa, por meio dos estímulos e questionamentos gerados, nos permite compreender a formação de uma sociedade em sua gama de significados, os quais se constituem no percurso não linear da história. Sendo neste espaço que entendemos a importância da cultura, em sua relação com a experiência social e nossa identidade.

Para além, ressaltamos que o processo de construção de conhecimento delineado ao longo da pesquisa, priorizou assegurar um espaço comprometido com o pensar coletivamente, a partir do diálogo entre o conjunto de integrantes do grupo e da socialização do conhecimento. Com isso, ampliamos a pretensão de uma perspectiva crítica para além da esfera do conteúdo temático trabalhado, mas como elemento constitutivo da forma de efetivação da ação, evitando a subsunção absoluta à centralidade no produto ou em resultados, e concentrando a prática no processo de exercício do pensar.

## **AGRADECIMENTOS:**

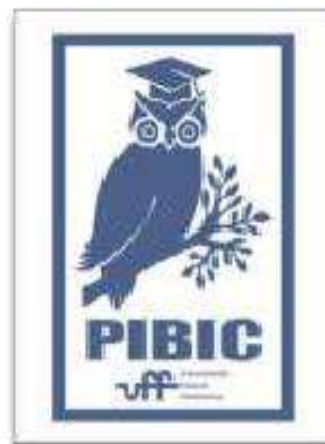
Agradeço à professora Paula Kropf e às minhas companheiras de pesquisa Ester Benevides, Lisa Sobreira e Sarah Fernandes, pelo acolhimento e por nossas trocas. Aproveito também para agradecer à disponibilidade do programa enquanto aluna-bolsista.

## REFERÊNCIAS:

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, 1996.

CARVALHO, S. Ópera dos vivos: estudo teatral em quatro atos da Companhia do Latão. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 1978.





## **Ciências Sociais Aplicadas**

### **Título do Projeto: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA - RJ: UM ESTUDO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS A PARTIR DO CONTROLE E DA GESTÃO SOCIAL**

**Autores:** Julia Patrocínio dos Santos; Carlos Frederico B. Kraemer

#### **VMD / ICHS**

#### **INTRODUÇÃO:**

O relatório está fundamentado no objetivo geral que se dedica em analisar o arranjo institucional na implementação da política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir do controle e da gestão social, tendo como referência a aquisição de produtos da agricultura familiar. Optou-se por estudar dois municípios que integram a região do Médio Paraíba no estado do Rio de Janeiro. Os municípios são Barra Mansa e Volta Redonda. Utilizou-se como referencial teórico o estudo sobre Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e os arranjos institucionais na implementação das políticas públicas, assim como Gestão social e Controle social. Foram estabelecidos três critérios de análise. Trata-se de um trabalho de caráter qualitativo, com levantamentos bibliográficos e bases documentais. A pesquisa de campo está planejada para ocorrer em outubro de 2023.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em linhas gerais partir da análise documental. Percebe que o município de Volta Redonda vem atendendo o percentual de 30% de aquisição da agricultura familiar dos recursos oriundos do PNAE. Já no município de Barra Mansa não há aquisição da agricultura familiar. Entretanto, só

com a pesquisa de campo será possível entender o procedimento de compra por parte de Volta Redonda, isto é, quem são os agricultores locais que estão vendendo para a prefeitura. No caso de Barra Mansa quais são os motivos da prefeitura não atender o que a lei exige

#### **CONCLUSÕES:**

Através das pesquisas realizadas no site da FNDE, foi possível identificar inconsistências na implementação da lei no município de Barra Mansa. Se torna evidente, portanto, que a implementação do PNAE e a alimentação escolar não estão sendo feitas da maneira correta, ou seja: de acordo com o que estipula a lei 11.947/2009. Apesar de Volta Redonda cumprir o que a lei exige é preciso refletir sobre se os agricultores locais ou da região acessam a política do PNAE. Na análise da política se faz necessário avaliar o CAE no exercício do controle social.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **AGRADECIMENTOS:**

É de extrema importância deixar registrado agradecimento a Universidade Federal Fluminense, que proporciona aos alunos uma educação gratuita e de qualidade, fazendo com que seja possível estar em projetos que irão

agregar na vida do estudante e seu futuro profissional. Agradeço ao financiamento do PIBIC que proporcionou minha bolsa e a viabilidade da pesquisa.





## **Análise do público do Clube de Astronomia: “Casa da Descoberta”**

**Breno Luís Carvalho de Oliveira Batista**

**Érica Cristina Nogueira**

**Departamento de Física/Instituto de Física/Casa da Descoberta**

### **INTRODUÇÃO:**

A Casa da Descoberta – o centro de divulgação científica da Universidade Federal Fluminense – atua de acordo com os preceitos da Nova Museologia (DIAMOND; HORN; UTTAL, 2016; NEUGEDACHTER & NOGUEIRA, 2022), buscando a integração museu-sociedade-público, e promovendo ações e exposições que permitam o envolvimento dos visitantes.

Dentre as diferentes atividades desenvolvidas pelo museu, está o projeto: “Clube de Astronomia Casa da Descoberta” responsável por realizar sessões de observação do céu noturno e de Planetário Inflável.

Neste trabalho, apresentaremos um resumo da análise do perfil do público que participou das atividades do Clube de Astronomia no período compreendido entre os anos de 2009 e 2019.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir do conceito de integralização da pesquisa de Mirian Goldenberg (2004), utilizamos o livro de assinaturas do Clube de Astronomia para coletar os dados fornecidos pelo público participante. Além disso, com o objetivo de conhecer o público e compartilhar

as experiências vividas pela equipe e pelos organizadores do Clube de Astronomia, participamos ativamente do projeto. Dentre os diversos questionamentos, buscamos responder, entre outras perguntas: quem é o público visitante? Qual a idade e perfil socioeconômico desse público? Quais foram os períodos mais e menos ativos do Clube de Astronomia?

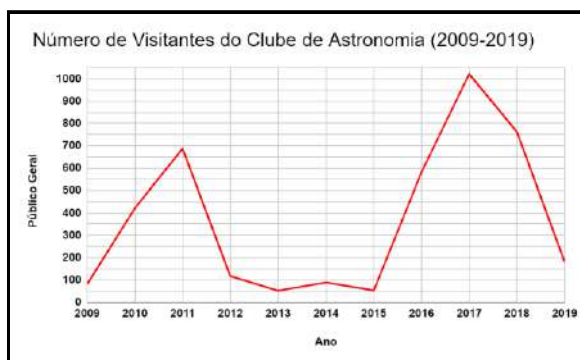
Para responder essas questões, realizamos o levantamento da documentação e registros referentes à presença do público no Clube de Astronomia da Casa da Descoberta. A partir da digitalização destes documentos, tabulamos os dados, separando-os em categorias identificadas de acordo com as informações: Idade, Cidade de origem, Instituição e Gênero - este baseado em uma análise prévia de origem e uso de nomes, separando em 3 categorias: Masculino, Feminino e Não identificável.

Após a consolidação dos dados e análise estatística detalhada, verificamos que o Clube de Astronomia da Casa da Descoberta recebeu 4.045 visitantes, durante os anos de 2009 a 2019.

No Gráfico 1, observamos que, no período de 2009 até 2011 houve uma tendência no aumento do número de participantes. Entre os anos de 2011 e 2012, houve uma queda abrupta desses valores que acreditamos estar associada com o cenário político da época e o número de sessões realizadas.

A partir de 2015, vemos uma nova tendência no crescimento do número de participantes. Este aumento está diretamente associado às ações de itinerância, a realização de oficinas do tipo 'mão na massa' e a realização da Exposição Labirinto das Estrelas.

**Gráfico 1 - Número de Visitantes do Clube de Astronomia no período de 2009 até 2019**



Fonte: Os autores

A partir de 2018, novamente, observamos uma tendência de queda no número de visitantes. Esta aparente redução já era esperada visto que, neste ano, não foram realizadas atividades diferenciadas. Mesmo assim, este foi o segundo

ano com o registro de maior público do Clube de Astronomia da Casa da Descoberta.

### **CONCLUSÕES:**

A pesquisa analisou a frequência do público do Clube de Astronomia da Casa da Descoberta e buscou traçar reflexões sobre os dados apresentados. Nos 10 anos de funcionamento analisados, foram recebidas 4.045 visitas durante as atividades realizadas pelo Clube de Astronomia.

É importante destacar que este valor não representa a totalidade de pessoas que participaram das atividades realizadas no Clube de Astronomia da Casa da Descoberta. Estimamos que este número representa somente uma parte desses visitantes, pois a assinatura no livro de registros é feita de forma voluntária.

O projeto, conhecido pela observação do céu e pelas sessões de Planetário Inflável, tem alcançado um público com um grande interesse em dialogar sobre ciência e os avanços tecnológicos, contribuindo desta forma para a democratização da ciência.

### **AGRADECIMENTOS:**

Os autores agradecem a Casa da Descoberta, a Universidade Federal Fluminense e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e ao CNPQ pelo auxílio financeiro concedido.





## **Ciências Sociais e Aplicadas**

### **PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO, MILITARIZAÇÃO DO ESTADO E RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONARO (2019/2022)**

**Autores: Carolina Silveira Samy Motta Pereira (Bolsista PIBIC /CNPQ/ UFF); Livia Giovanna Vidal de Brito (Bolsista IC – FAPERJ); Prof. Dr. Douglas Ribeiro Barboza (Orientador – PPGSSDR / ESS)**

**Departamento de Serviço Social de Niterói/ Escola de Serviço Social/ Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB)**

#### **INTRODUÇÃO:**

O projeto analisa as mediações históricas sob as quais algumas características de processos de fascistização vêm se reconstruindo, sob novas formas, no atual cenário político brasileiro, servindo de subsídio para o avanço das estratégias ultraliberais que, ao longo do período do governo Bolsonaro, intensificaram o processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil. A pesquisa possui um caráter predominantemente qualitativo – ainda que incorporando dados quantitativos de fontes primárias e/ou secundárias, organizando-se através de revisão bibliográfica sobre a questão do Estado, da democracia e dos processos de fascistização nos marcos dos principais autores da tradição marxista. Através da sistematização dos diferentes projetos de lei, decretos, emendas constitucionais e medidas provisórias efetivadas durante o período de janeiro de 2019 à dezembro de 2022, combinada com a revisão bibliográfica de estudos que abordaram as mudanças societárias e estatais associadas às estratégias de superação da crise capitalista no

Brasil com implicações para a política governamental e social brasileira, realizou-se o detalhamento das diferentes estratégias assumidas pelo Estado durante o período do governo Bolsonaro, tanto no tocante à desconstrução dos direitos do conjunto da classe trabalhadora quanto no que diz respeito às formas repressivas de neutralização das lutas dos trabalhadores e seus movimentos organizativos.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Togliatti (1978) e Poulantzas (1972) afirmam que o fascismo não deve ser considerado como algo fixo, um esquema ou um modelo de um fenômeno limitado ao século XX ou geograficamente confinado a duas formações sociais europeias, mas sim como algo em desenvolvimento, como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas, e que, por isso, pode assumir novas roupagens em outros contextos. Fernandes (1981) nos complementa afirmando que não se deve negligenciar outras formas de fascismo existentes, de menor



refinamento ideológico, que se baseiam fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de “totalitarismo de classe”.

Sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negociacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a ascensão ao Planalto da candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro foi assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado, aplicando o programa ultraliberal e elevando a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares (BARBOZA; ANDRADE, 2020).

#### **CONCLUSÕES:**

O Governo Bolsonaro ancorou-se em um modelo autocrático de gestão cuja combinação entre uma política ultraliberal e uma ideologia fascista não somente foi ineficiente e contraprodutiva nos propósitos de expansão comercial e dos setores produtivos, como também tornou possível a anulação de direitos constitucionais, desprotegendo a classe trabalhadora das mazelas sociais e jogando-a para condições de subalternidade e miséria extrema, retirando o Estado da arena pública na resolução desses problemas. Representou a vitória eleitoral da militarização da agenda

pública; a deslegitimação e desregulamentação das políticas sociais e a e a potencialização do pensamento reacionário, impondo um extermínio a todos os extratos da classe trabalhadora que passassem a ameaçar os interesses do grande capital.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos ao CNPQ e a FAPERJ por possibilitarem esta pesquisa através das bolsas de Iniciação Científica.

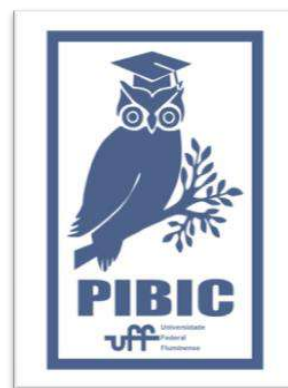
#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331.

FERNANDES, F. Poder e contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

POULANTZAS, N. Fascismo e ditadura. Porto: Portocalense Editora, 1972.

TOGLIATTI, P. Lições sobre o fascismo. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.





**Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS / CSA**

**Título do Projeto: PROJETOS URBANOS E CONFLITOS TERRITORIAIS NA ÁREA PORTUÁRIA**

**Autores: CAMILA GAVAZZI e MARCELE DA SILVA FIGUEIREDO**

**Departamento/Unidade/Laboratório: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (TUR) E PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU-UFF) / LABORATÓRIO GLOBALIZAÇÃO E METRÓPOLE, GRUPO DE PESQUISA GPDU UFF**

## **INTRODUÇÃO**

O projeto está vinculado ao PrInt CAPES e ao CNPq, ambos coordenados por Fernanda Sánchez nos Grupos de Pesquisa “Grandes Projetos Urbanos” e “Laboratório de História Oral e Imagem”. Intitulam-se, respectivamente, “Porto Maravilha - sujeitos, narrativas e disputas de lugar no grande projeto urbano: entre o branqueamento e a reinvenção” e “A cidade pós-olímpica: projetos urbanos, narrativas e disputas territoriais”.

Por sua vez, o PIBIC propõe uma leitura dos processos urbano-culturais na área portuária, reivindicada por alguns movimentos como a “Pequena África”. Esta região tem sido objeto de um grande projeto urbano, o “Porto Maravilha”, uma operação que liga agentes públicos e privados. Junto a esta ação, novas

desigualdades sócio territoriais são produzidas. Nos processos de renovação urbano-cultural emergem disputas em torno dos usos públicos da memória pelos diferentes grupos sociais.

Dentro desse contexto, o projeto de IC busca formular novas cartografias críticas da Área Portuária do Rio de Janeiro, com o objetivo de explorar noções chave a partir do pensamento descolonial latino-americano, quais sejam: desobediência epistemológica nos estudos urbanos, afirmação da negritude no espaço, narrativa espacial afrodiaspórica e disputas de lugar. A metodologia da pesquisa se pauta na aplicação de conceitos para compreender a área de estudo, apreendida em cartografias, colagens e mosaicos que representam uma síntese das dinâmicas, observadas em visitas de campo realizadas

por meio de diferentes percursos. Mais do que reparação, se trata de produzir um conhecimento que busque disputar sentidos e afirmar presenças no território.

Devido à abrangência do tema discutido, o trabalho foi dividido metodologicamente entre a análise da disputa de espaços de memória no âmbito material e imaterial, sendo o presente trabalho destinado à dimensão material.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área denominada como Pequena África representa a valiosa herança histórico-cultural da diáspora africana no Brasil, conformando a importância da sua contribuição para a formação do país. Apesar disto, por se tratar do porto de uma das principais capitais, foi e tem sido alvo de intervenções que descaracterizam suas raízes e lutas, visando criar uma nova imagem de cidade *world class* e atrair uma nova população. Essa realidade faz parte da ação gerada pelos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que, dentre outros efeitos, resultam no apagamento da memória e da cultura africana local, em busca da valorização imobiliária e do embranquecimento. Promovem, assim, a gentrificação e a invisibilização da população negra, que convive com os efeitos da falta de infraestrutura e investimentos. Dentre estes GPUs encontram-se o Porto Maravilha, o Reviver Centro e o mais recente, Porto *Maravalley*.

Como resultado de nossa pesquisa tivemos a construção do conhecimento de que tamanha desestruturação urbana e negação do direito à cidade não ocorrem sem

resistência. A região é marcada pelo contexto de luta contra a opressão e discriminação sofrida ao longo do tempo, o que configura a disputa de espaços. Isto posto, procedemos à análise dos repertórios da memória material, dos quais criamos cartografias que expressam processos de reinvenção urbano-cultural analisados. Daí emergem contradições, conflitos e resistências, que orientam as disputas em torno dos usos públicos da memória pelos diferentes grupos sociais.

A reestruturação urbana promovida pelo projeto Porto Maravilha surgiu, em 2009, com a intenção de se criar um novo modelo de cidade global fundamentado na ideia de centros urbanos inovadores e criativos, movidos pelo fluxo de pessoas, ideias e recursos. Essa visão globalizada, entretanto, deixa de fora a população que já residia na região portuária, tanto nas suas necessidades, quanto nas suas potencialidades.

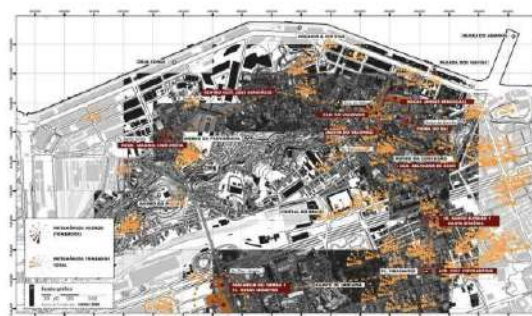


Imagem - Intervenções do GPU Porto Maravilha;

Neste trabalho buscamos, então, trazer à luz o que já habita o espaço, mas é apagado da cidade. Isso é evidente nos patrimônios, sendo expressiva a disparidade entre bens vinculados à memória e cultura negra no território, que representam apenas 6,2% do total patrimonializado (SANTOS, et al., 2017). Isto evidencia o racismo presente nesse projeto de apagamento dos registros

dos espaços de memória e preservação, que tem como objetivo um processo de branqueamento da cultura e da imagem do território.



*Imagem - Mapeamento de patrimônios totais tombados x patrimônios negros tombados;*

Em contrapartida ao apagamento, a presença aparece também na produção simbólica contemporânea, com papel significativo na expressão da subjetividade no espaço urbano. É a exteriorização corporificada no território, como demonstração de liberdade e ferramenta de disputa do lugar. As grafagens de arte urbana manifestam a cultura e as lutas de um povo, expressão afrodiaspórica que remonta à história, remarca territorialidades, festejos e afirmação de lugares de pertencimento.



*Imagem - Mosaico de expressões artísticas, pinturas e grafites;*

## CONCLUSÃO

Este projeto procurou uma nova compreensão do território do Porto do Rio de Janeiro por meio da produção cartográfica advinda de uma perspectiva afrodiaspórica. Desta forma, buscou-se reconhecer diferentes avenidas que construam a justiça epistemológica curativa, capaz de trazer novas imaginações que aprimorem o urbanismo e o reconstruam de um modo diferente, alternativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Renato Emerson dos. Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson (et al.). 1. ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** A atuação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS)

**Autores:** Samira Guimarães Leite (Estudante-colaborada/bolsista de iniciação científica da FAPERJ); Thaís Medeiros Paula da Silva (estudante-bolsista PIBIC/CNPq); Robson Roberto da Silva (professor-orientador).

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN) / Escola de Serviço Social (ESS).

## **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho resultou do projeto de pesquisa “A atuação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS)”, que também contou com uma bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Para analisar a atuação do FNTSUAS realizou-se, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de compreender a trajetória da política de assistência social no Brasil e, principalmente, compreender a construção do SUAS, considerando as condições e relações de trabalho neste Sistema. Apresenta-se, aqui, os resultados dessa pesquisa que foi de grande importância para apreender a atuação do FNTSUAS, tendo em vista que este espaço coletivo permanente busca, em linhas gerais, defender o SUAS, a gestão do trabalho e as/os trabalhadoras/es.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Na área da assistência social, é consenso que essa área no país, ao longo do século XX, orientou-se pela lógica assistencialista, fisiológica e caritativa, não tendo, portanto, o status de política pública; apenas com a Constituição Federal de 1988 tornou-se um dever do Estado e um direito do cidadão. A partir desse momento o marco jurídico-normativo dessa política de seguridade social (composto pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993; pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, de 2004; pela Lei de nº 12.435, de 2011/Lei do SUAS; pelas normas operacionais etc.), tem estabelecido que as ações sócio assistenciais devam ser organizadas através de um sistema descentralizado e participativo. Particularmente, a PNAS apresenta uma definição de um modelo de gestão descentralizado e participativo, que passou a ser denominado de SUAS. Em um contexto

adverso, a PNAS (2004) inovou ao eleger a política de recursos humanos como um dos eixos estruturantes do SUAS, tendo em vista que a sua gestão exige a capacitação de forma sistemática e contínua, a valorização do serviço público e de suas/seus trabalhadoras/es, com a criação de plano de carreira e concursos públicos. Em função dessas exigências, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Apesar da aprovação da NOB-RH/SUAS, este Sistema vem enfrentando muitos desafios relacionados às condições e relações de trabalho, como a redução de carga horária acompanhada de redução salarial; ínfima remuneração das/dos profissionais, o que gera rotatividade nos postos de trabalho; terceirização de serviços e de trabalhadoras/es; inexistência de concursos, que quando acontecem desconsideram as áreas profissionais, como psicologia e serviço social, ou seja, são concursos para esses profissionais, mas como técnicos; assédio moral praticado por determinados gestores, que também exoneram trabalhadoras/es que criticam a gestão e que desautorizam a participação de trabalhadoras/es nos fóruns; desfalque de profissionais das equipes dos equipamentos e dos conselhos municipais; fechamentos de CREASs; dificuldade de efetivar a gestão do trabalho e seu respectivo lócus nas secretarias/órgãos gestores e de implantar as mesas de negociação nas três esferas governamentais; e desafios ligados à participação das/dos trabalhadoras/es e dos espaços de organização

política, como o FNTSUAS e os fóruns estaduais e municipais.

A respeito do FNTSUAS, identificou-se que são poucas as bibliografias que tratam desse espaço político permanente e que o seu plano de lutas está organizado em três eixos centrais: relações e condições de trabalho no SUAS; consolidação do SUAS; e acesso aos serviços do SUAS. Particularmente, identificou-se neste plano ações relacionadas à defesa da educação permanente, da implantação das mesas de negociação e da gestão democrática do SUAS; à luta contra a terceirização irrestrita, as práticas assistencialistas, clientelistas e o primeiro damismo; e a favor da autonomia profissional de trabalhadoras/es, da revogação da Emenda Constitucional nº 95, da ampliação do orçamento estatal para o SUAS e da efetiva intersetorialidade da política de assistência social.

## **CONCLUSÕES:**

Em suma, notou-se que, diante de um contexto marcado por crise do capital, reestruturação produtiva, neoliberalismo e contrarreforma do Estado, o SUAS vem apresentando muitos desafios relacionados às condições e relações de trabalho. O FNTSUAS, articulado a outros espaços coletivos de organização e participação da classe trabalhadora, tem extrema importância no enfrentamento desses desafios, pois são responsáveis pela mobilização e organização das/dos trabalhadoras/es e pela construção de estratégias de enfrentamento do desmonte do SUAS, da seguridade social e dos direitos sociais.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à FAPERJ e à UFF pela oportunidade de participar do enriquecedor Projeto de Iniciação Científica; ao professor-orientador por todo o suporte durante esse processo; e à colega, também bolsista, com quem partilhei essa experiência.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**TÍTULO DO PROJETO: Assessoria técnica em habitação de**  
**interesse social: resgatando quatro décadas de atividade**  
**extensionista universitária do Núcleo de Estudos e Projetos**  
**Habitacionais e Urbanos, Pró-Reitoria de Extensão da**  
**Universidade Federal Fluminense (NEPHU-PROEX-UFF)**  
**Autoras: Adriane Brunherotto e Regina Bienenstein**

**Departamento/Unidade/Laboratório: PPGAU/UFF-NEPHU/PROEX/UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa “Assessoria técnica em habitação de interesse social: resgatando quatro décadas de atividade extensionista universitária do NEPHU-PROEX-UFF” é desenvolvida com bolsa IC-Faperj e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em arquitetura e Urbanismo e ao NEPHU, aprofunda a reflexão sobre Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), tema presente na discussão de gestores, universidades, movimentos sociais e entidades de arquitetos e urbanistas e de engenheiros. Toma como objeto de análise a produção de 40 anos do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), espaço que articula atividades de ensino, pesquisa e extensão iniciada em 1983 e assessora coletivos populares em suas lutas pelo direito à cidade e à moradia.

Resgata, organiza, classifica e analisa os resultados dessa experiência, preparando o material para ser divulgado entre pesquisadores, estudantes, profissionais, gestores públicos interessados na questão e coletivos populares que lutam pelo direito à cidade e à moradia, dando visibilidade à

contribuição de uma universidade pública socialmente referenciada.

Essas ações, desenvolvidas em contextos sociais, políticos e jurídicos diferenciados, incluem projetos e planos populares contra remoção forçada ou voltados para a recuperação e melhoria de assentamentos populares e de imóveis ocupados por famílias pauperizadas; projetos de equipamentos coletivos; Planos Diretores Participativos; Planos de Habitação de Interesse Social; pesquisas sobre tecnologias construtivas, metodologias participativas e dialógicas; monitoramento dos impactos de grandes projetos regionais e os impactos da Covid-19 nos territórios populares; projetos de geração de trabalho e renda; ações de formação política e social de moradores e lideranças comunitárias, estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir de referencial teórico conceitual, foi realizada a organização e análise das ações do NEPHU. Cada ação e projeto teve sua



localização, processos de desenvolvimento, agentes públicos e movimentos sociais envolvidos identificados, além de ser classificado por tema: Atividades de Ensino, Pesquisas e Ações de Extensão Universitária.

Foram temas das atividades de ensino projetos em situação de conflito, contra remoção forçada e despejo, projeto de redesenho urbanístico e urbanização de assentamentos populares precários, aproveitamento de imóveis vazios ou subutilizados para habitação de interesse social, projetos de melhorias habitacionais, projetos de equipamentos coletivos.

Os temas das pesquisas incluíram metodologia dialogal e participativa de redesenho urbanístico, alternativas e enfoques de regularização fundiária, tecnologias não convencionais (telhas de cimento, sanitário seco, taipa com uso de bambu), monitoramento dos impactos de grandes projetos regionais, reflexão sobre assessoria técnica em habitação de interesse social, política pública de habitação de interesse social, conflitos urbanos, impactos da pandemia no contexto da luta pela moradia.

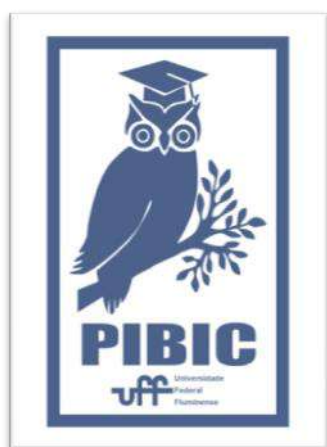
Os projetos de extensão, gerados a partir da solicitação dos moradores, incluem assessoria técnica, social e jurídica, elaboração de projetos

populares contra remoção, apoio à luta por condições adequadas de moradia, processos de regularização urbanística e fundiária, projetos de reforma de imóveis para habitação adequada, projeto de geração de trabalho e renda, elaboração de Planos Locais de Habitação Social, formação política e social e projetos de edificações: melhoria habitacional e centros comunitários.

A totalidade dos projetos foi também organizada de acordo com a década em que cada um deles foi desenvolvido, de modo a permitir compreender os desafios enfrentados e o grau de complexidade dos respectivos projetos.

## **CONCLUSÕES:**

O desenvolvimento da pesquisa explicita as mudanças nos cenários político, social e jurídico de todas as esferas de governo ao longo do tempo, percorrendo desde o regime militar, a Constituição Federal de 1988 com avanços relativos aos direitos sociais e à moradia, até tempos recentes da cidade vista como mercadoria, onde o trabalhador pobre não tem lugar. Mostra também a importância da luta popular na conquista do arcabouço jurídico que pode garantir políticas públicas que permitam avançar na direção de cidades de direitos. Evidencia como movimentos sociais diversos de Niterói e outras cidades da região buscam respaldo técnico na luta pela moradia em face do descaso público, além dos desafios enfrentados por um Curso de Arquitetura e Urbanismo e a importância da universidade pública socialmente referenciada no diálogo e



trabalho com a sociedade, respondendo às demandas e necessidades da população.

**AGRADECIMENTOS:**

Importante ressaltar o fundamental apoio da FAPERJ, por meio de bolsas de iniciação científica e da PROPPi e PROEX da Universidade Federal Fluminense que acolhe e dá suporte às atividades do NEPHU.



## Ciências Sociais Aplicadas

### Condições de mobilidade urbana em Campos dos Goytacazes a partir da estruturação socioespacial

Andrew Patrick Silva Pereira / Érica Tavares

Departamento de Ciências Sociais – COC

Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais – NESA

INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Norte Fluminense

## INTRODUÇÃO:

Este trabalho faz parte de um projeto que tem o objetivo de analisar o quadro da provisão de serviços coletivos urbanos em âmbito municipal, sob a ótica da capacidade institucional. Para o projeto de iniciação científica, é conferido um enfoque aos serviços de mobilidade urbana no município de Campos dos Goytacazes. Entre os objetivos da pesquisa está tratar sobre a organização social do espaço urbano e identificar as condições de deslocamento segundo diferentes áreas da cidade. Para isso, trabalhamos com análise de dados secundários a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e dados primários produzidos por uma pesquisa de *survey* na área urbana de Campos realizada pelo Observatório das Metrôpoles - Núcleo Norte Fluminense em 2022.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da análise dos dados secundários foi possível mapear traços da organização socioespacial no município e as desigualdades existentes, é perceptível que a cidade apresenta mecanismos de segregação que operam na clássica lógica centro e periferia, mas que, ao

mesmo tempo, apresenta processos de fragmentação urbana.

Conforme a figura 1, é possível analisar as condições de mobilidade, onde trabalhamos com a variável censitária de 2010 que questiona "Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de casa até o trabalho?". Nesse quesito, há uma considerável diferença no tempo de deslocamento casa-trabalho segundo as áreas da cidade.

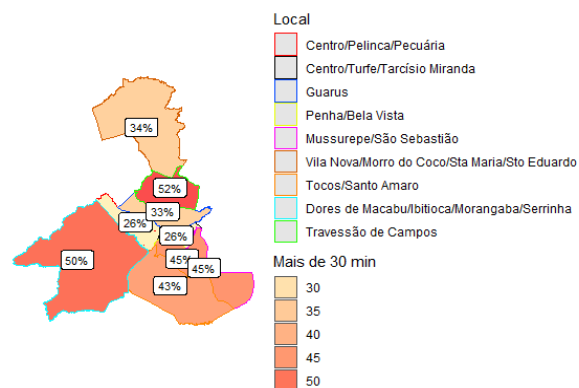


Figura 1: Tempo de deslocamento: Percentual da população que leva mais de 30 minutos no trajeto casa-trabalho segundo Áreas de Ponderação - Campos dos Goytacazes – 2010  
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Como visto, os melhores tempos de deslocamento são para quem mora nas áreas centrais (correspondentes aos subdistritos 1 e 2), com significativa presença do automóvel particular, como relava a outra pesquisa. Já para quem mora nos subdistritos 3, 4 e fora do

distrito sede, o tempo de deslocamento é maior – exceto para parte da população residente fora do distrito sede que realiza deslocamentos curtos, possivelmente dos que trabalham na própria localidade ou em área próxima.

Para realizar uma análise mais precisa da mobilidade urbana e com dados mais atualizados, utilizamos os dados do *survey* realizado na área urbana de Campos, conforme a figura 2, na qual foi tomada a população urbana dos quatro subdistritos do distrito sede.

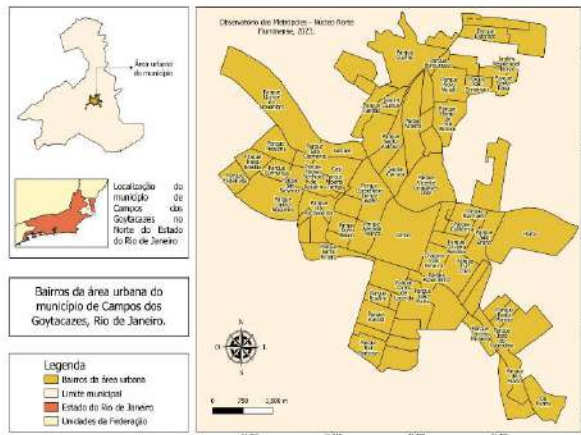
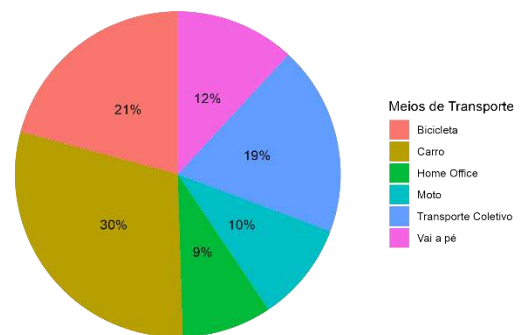


Figura 2: Área urbana de Campos dos Goytacazes. Fonte: Observatório das Metrôpoles – 2022.

Para este estudo, foram analisadas as seguintes variáveis: principal meio de transporte usado nos trajetos casa-trabalho e casa-escola; avaliação do transporte público que serve o bairro; avaliação dos serviços de mobilidade urbana prestados pelos órgãos públicos, entre outras.

Podemos observar pela figura 3 uma presença significativa dos carros, bicicletas e ônibus como

meios de transporte principais na área urbana de Campos. Em que pese a maior participação do uso dos carros, nota-se que o uso do transporte coletivo e da mobilidade ativa é expressiva no município (se somarmos as categorias, ônibus, bicicletas e a pé). Os ônibus e as bicicletas são necessários para muitos trabalhadores, especialmente os que não residem nas áreas centrais, revelando a importância de valorizar políticas de mobilidade urbana que criem boas condições para o uso destes meios de deslocamento, tanto os



públicos como os que promovem a mobilidade ativa, como bicicletas e caminhada.

Figura 3: Meio de transporte mais utilizado no trajeto casa-trabalho – Área urbana de Campos dos Goytacazes – 2022

Fonte: Observatório das Metrôpoles – 2022.

A partir das figuras 4 e 5 é possível analisar que a avaliação da população sobre os serviços de mobilidade urbana prestados pelos órgãos públicos no município é ruim, assim como o transporte público que serve o bairro.

dependendo da localização geográfica dos grupos populacionais.

## AGRADECIMENTOS:

Meus agradecimentos vão primeiro para minha

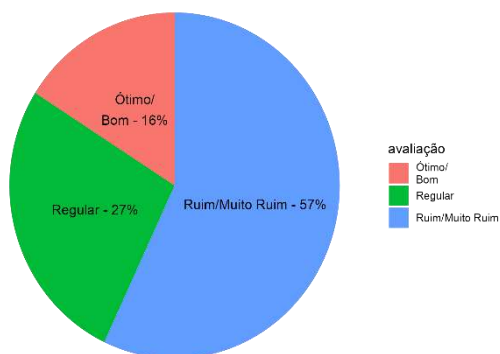


Figura 4: Avaliação dos serviços de mobilidade urbana prestados pelos órgãos públicos – Área urbana de Campos dos Goytacazes – 2022  
Fonte: Observatório das Metrôpoles – 2022.

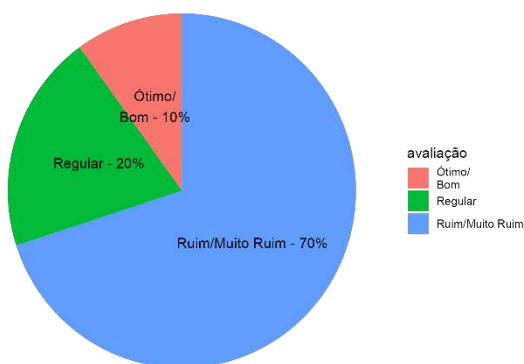
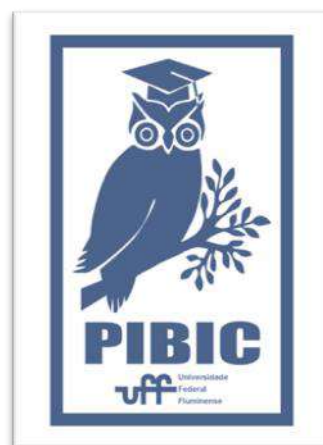


Figura 5: Avaliação do transporte público que serve o bairro pelos moradores – Área urbana de Campos dos Goytacazes – 2022  
Fonte: Observatório das Metrôpoles – 2022.

## CONCLUSÕES:

Os resultados revelam consideráveis diferenças nos modos de deslocamento entre os subdistritos e uma percepção problemática por parte da população da área urbana quanto aos serviços de transporte público. Por fim, pode-se apontar que as condições de mobilidade na cidade apresentam consideráveis desigualdades



orientadora Érica Tavares, para o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) e para o INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Norte Fluminense. Agradeço também ao programa da prefeitura de Campos dos Goytacazes “Mais Ciência” por conceder e financiar a bolsa de iniciação Científica que foi necessária para a consolidação deste presente trabalho. Também agradeço a Universidade Federal Fluminense (UFF) pela oportunidade e pelo incentivo à pesquisa e à produção de um trabalho científico de qualidade.





**Ciências Sociais Aplicadas**

**Patrimônio Cultural e Habitação: Experiências de  
Salvaguarda e reabilitação Urbana**

**Autores: Nathália Paixão Conceição Barros (Bolsista IC  
- FAPERJ), Andrea da Rosa Sampaio (Orientadora)  
Escola de Arquitetura e Urbanismo – TAR/ PPGAU -  
UFF**

## **INTRODUÇÃO:**

Partindo-se do pressuposto que o patrimônio habitado qualifica a moradia e valoriza a memória urbana, o foco da investigação situa-se na salvaguarda do casario residencial na área central e em núcleos antigos de habitação popular no Rio de Janeiro, que sejam protegidos como patrimônio cultural.

O projeto de pesquisa tem como objetivo documentar as tipologias de habitação popular protegidas como patrimônio cultural, particularmente aquelas relacionadas às tipologias industriais, na cidade do Rio de Janeiro, e analisar a implantação dessas tipologias e a relação entre elas. Pretende-se também investigar experiências de salvaguarda e reabilitação do patrimônio edificado verificando sua conservação no cenário de crise socioeconômica e pós-pandêmico.

Para tanto, a metodologia adotada parte da constituição de cartografias temáticas associadas a um banco de dados para documentar e proporcionar visibilidade aos bens de tipologia de habitação popular, consolidando um Guia do patrimônio edificado de habitação

popular no Rio de Janeiro. Propõe-se gerar um produto que contribua para a documentação de apoio para a temática do objeto de estudo, conferindo visibilidade a esse patrimônio identificado e trazendo insumos para a problematização da escassez de políticas públicas habitacionais e patrimoniais direcionadas a essas edificações. Com isso, ressignificar as moradias populares quanto ao seu valor como patrimônio cultural.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Para desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, foi necessária a criação de mapas utilizando o software de geoprocessamento Arcgis. Deste modo, foi possível cruzar dados sobre os bens geolocalizados, como por exemplo, o mapeamento de fabricas antigas e como a malha urbana se desenvolveu ao longo dos anos nesses locais.



Imagem 1: Georreferenciamento base cartográfica 1922

Fonte: Produção da pesquisa (2023)

Primeiramente, georreferenciamos a base cartográfica de 1922, escolhida por nesta já constar a localização das fábricas então existentes na cidade do Rio de Janeiro. Associadas à essas indústrias, foram levantadas vilas operárias, algumas ainda existentes e outras não. A partir do georreferenciamento desta base, foi possível mapear no Arcgis onde estavam localizadas essas fábricas. Após a realização desse primeiro levantamento, foi possível observar a configuração das vilas operárias com base nas fábricas.

A produção de uma base de dados contendo diversas camadas de informações que futuramente seriam analisadas para melhor compreensão espacial das regiões de análise, permite examinar a história industrial desses bairros e a associação das indústrias com a existência das vilas operárias. Com o objetivo de fazer uma marcação mais precisa dessas fabricas e vilas, adicionamos no arquivo de mapeamento as bases cartográficas de 1935 e de 1953/64, onde existentes. Nesses mapeamentos já foi possível perceber a aceleração de construção de vilas e conjuntos residenciais, bem como a demolição de vilas,

contribuindo para a documentação sobre a história da urbanização da cidade.

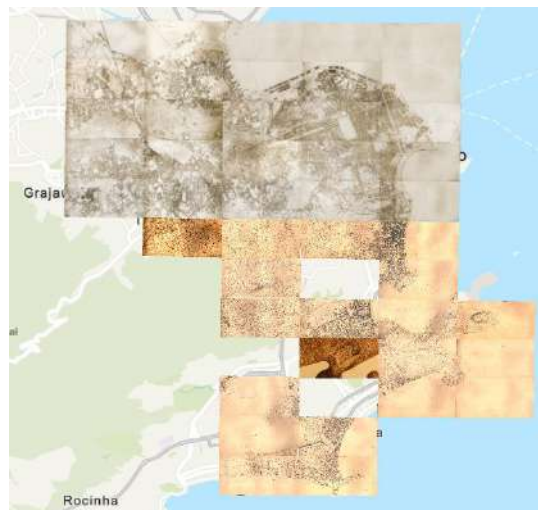


Imagem 2: Georreferenciamento base cartográfica 1935

Fonte: Produção da pesquisa (2023)

Além disso, fizemos um recorte desse mapeamento georreferenciado que vem sendo realizado, inserindo bases cartográficas apenas das áreas relevantes para o desenvolvimento dessa pesquisa. Com a consolidação desses mapas, conseguimos perceber a transformação desses núcleos consolidados a partir das fabricas e sua configuração nas diferentes bases cartográficas.

## CONCLUSÕES:

Buscou-se contribuir para a criação de uma série de mapas históricos, com bases cartográficas de diversos anos e que são preenchidos com diversas informações que são pertinentes para sistematizar os dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa. Desde modo, possibilitou-se analisar e interpretar o material elaborado e então gerar



reflexões propositivas, bem como, a utilização do material na finalização do aplicativo web ArcGis do Guia do Patrimônio Cultural e Moradia Popular, realizado com apoio da pesquisa FAPERJ /JCNE.

### **AGRADECIMENTOS:**

À minha orientadora, Andrea Sampaio, pelas correções e ensinamentos ao longo da minha trajetória acadêmica e desenvolvimento desta pesquisa;

Ao pesquisador pós-doutorado PPGAU – UFF, Guilherme Meirelles, por toda a sua dedicação em me ensinar o software Arcgis para que eu conseguisse desenvolver este trabalho de pesquisa.



**Área: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: Mapeamento dos grupos de pesquisa em Serviço Social na área da infância e adolescência**

**Autores: Beatriz Coutinho Fernandes; Juliana Thimóteo**

**Nazareno Mendes**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço**

**Social de Campos/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional**

### **INTRODUÇÃO:**

No âmbito da pesquisa, Serviço Social tem se tornado referência na área das ciências sociais aplicadas como produtor de conhecimentos, principalmente sobre as temáticas relacionadas à questão social e às políticas sociais. A pesquisa em Serviço Social colabora para a melhor qualificação na formação profissional e no trabalho profissional, como tem promovido avanços teóricos metodológicos, que contribuíram para o amadurecimento crítico da profissão.

Desde a gênese do trabalho profissional dos assistentes sociais, os serviços voltados para as crianças e os adolescentes foram foco da atuação, como uma das estratégias do Estado para o controle de classe. Porém, o Serviço Social foi rompendo com a dimensão do controle para avançar na direção de um projeto profissional e societário que visa a garantia de direitos por meio de políticas públicas universais.

Nesse sentido, a pesquisa é uma importante ferramenta, pois permite desvendar a realidade vivida pelas crianças e adolescentes e a partir dela, propor e desenvolver ações que atendam suas reais necessidades.

No âmbito acadêmico-científico, as pesquisas tendem a estar vinculadas aos grupos cadastrados no Diretório de Grupos do Cnpq. Portanto, mapeá-los permite identificar a estrutura da pesquisa no Brasil, no que se refere a crianças e ao adolescente no âmbito do Serviço Social e as principais temáticas abordadas. Nesse sentido, este trabalho se propõe a apresentar os resultados preliminares da consulta realizada no Diretório de Grupos do CNPQ, a partir dos descritores: crianças, infâncias, adolescentes, adolescência, juventude e jovens. Enfatizaremos o ano de fundação, universidades vinculadas, região e principais temas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No Diretório de Grupos do CNPq, há aproximadamente 372 grupos registrados na área do Serviço Social. Destes, 38 abordam questões relacionadas às crianças e aos adolescentes, representando 10,2% do total de grupos da área. Foi identificado que 79% possuem como ênfase as infâncias e as adolescências, 15,8% possuem apenas uma linha de pesquisa e 5,2% possuem uma palavra chave com criança ou adolescente. Ressalta-se que ainda será feita uma análise das

repercussões, pois há indicações de que alguns grupos não se encaixam na ênfase central da pesquisa.

Cabe destacar, que o tema da criança e do adolescente aparece relacionado às políticas sociais e direitos humanos, nos seus diversos setores como saúde, assistência social e educação ou às questões como racismo, violência, gênero e sexualidade. Além disso, o tema também aparece relacionado aos espaços ocupados pelas crianças e adolescentes, como na família e nas instituições, com destaque para os acolhimentos institucionais. Neste sentido, é possível perceber, ainda que preliminarmente, que os grupos tendem a investigar o tema a partir de uma perspectiva analítica que envolve direitos versus violações, evidenciando a complexidade das questões vivenciadas pelas crianças e adolescentes no Brasil.

Outro elemento a ser destacado é a criação dos grupos. O primeiro foi no ano de 1984. No entanto, foi a partir de 2013 houve o aumento significativo do número de grupos na área da infância e adolescência, com a criação de 25 novos grupos (65%). Esse dado evidencia que a ênfase na infância na área de Serviço Social não é atual, e que a criação dos grupos está relacionada aos processos de amadurecimento da profissão e revisão das bases de sua formação profissional, na direção de uma base teórica-metodológica crítica (Moraes, 2021), valorizando a pesquisa na formação. Além disso, também está relacionada ao processo de expansão das universidades públicas, por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidade e de uma política de valorização da pesquisa.

Também foi identificado que dentre as universidades e instituições vinculadas aos grupos, 21 são públicas e 9 são privadas, deixando evidente a maior participação das universidades públicas na pesquisa sobre infâncias e adolescências. No entanto, os grupos de pesquisa estão concentrados nas regiões sudeste e sul do país. Foi evidenciado, que 16 no Sudeste, 8 no Sul, 6 no Nordeste, 5 no Norte e 3 no Centro-Oeste.

Destacamos que a produção de conhecimentos na área de Serviço Social, ocupa lugar privilegiado nas universidades públicas, mesmo diante dos constantes ataques como cortes orçamentários e questionamentos de sua contribuição na sociedade capitalista.

### **CONCLUSÕES:**

A pesquisa na área do Serviço Social com ênfase nas crianças e adolescentes não é recente, mas sua ampliação e consolidação por meio dos grupos de pesquisa datam da segunda década do século XXI. Os dados indicam que os fatores conjunturais foram fundamentais para este processo.

Porém, este movimento não pode ser analisado desconectado de outros movimentos da categoria profissional, como da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que tem fomentado a criação de Grupos Temáticos nas áreas de atuação do Serviço Social. No ano de 2016, apoiou a criação do GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais, cujas ênfases são as infâncias, as adolescências, as juventudes e as velhices.

Os dados aqui apresentados são apenas o início de um longo processo de investigação,

que terá como desdobramentos, uma análise mais aprofundada destes grupos, envolvendo a identificação de suas pesquisas e produções.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos a parceria do GTP da ABEPSS Serviço Social, Geração e Classes Sociais para a realização da pesquisa, que tem possibilitado importantes trocas e reflexões a partir dos dados coletados e ao Programa de Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico - PROAES/DAA/UFF.

### **REFERÊNCIAS:**

MORAES, Carlos Antonio. Pesquisa em Serviço Social: aspectos históricos e atuais. In: GÓIS, João Bôsco Hora; SOUZA, Sidimara Cristina de. (org.). *Serviço Social e Pesquisa*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021. p. 17-42.

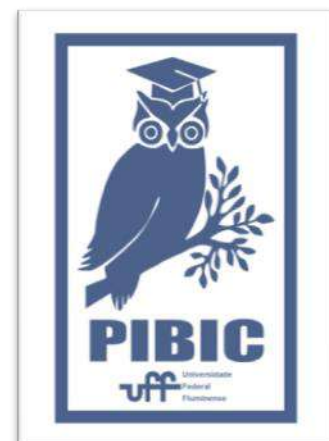


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

**Título do Projeto:** Questão urbana e Regularização Fundiária: a atuação do Serviço Social em equipes de assessoria técnica de interesse social

**Autores:** Francine Helfreich Coutinho dos Santos e Mariana Lourenço Leite

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Escola de Serviço Social

## INTRODUÇÃO:

A atuação profissional de assistentes sociais na política urbana ocorre desde o surgimento da profissão, nos anos de 1930, acompanhando os processos de industrialização e urbanização brasileira. A profissão assume distintas configurações ao longo de sua processualidade histórica, tornando necessário discutir sobre como assistentes sociais vem se apropriando das categorias teóricas questão urbana, regularização fundiária e assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS), nos estudos que se debruçam sobre o trabalho profissional nas políticas urbanas.

Partindo disso, este trabalho apresenta dados da pesquisa em curso intitulada “Questão Urbana e Regularização Fundiária: as possibilidades de atuação do Serviço Social em equipes de assessoria técnica de interesse social”.

A pesquisa parte de estudos bibliográficos e apresenta os dados quantitativos obtidos através do levantamento, da última década, dos Anais do Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Inicialmente, foram mapeados os trabalhos publicados, na última década, nos Anais do CBAS (2013-2022), e nos Anais do ENPESS (2012-2022).

No que diz respeito ao CBAS, o levantamento inicial revela que houve uma gradativa ampliação de trabalhos no campo da política urbana, conforme mostra o gráfico abaixo.

Evolução da Quantidade de Trabalhos sobre Questão Urbana

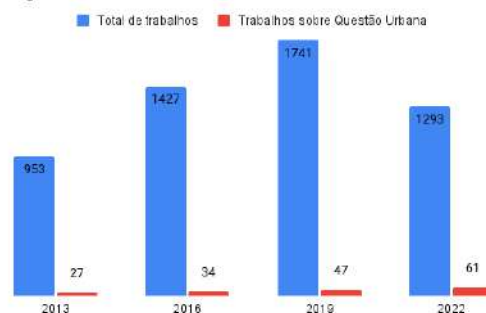


Gráfico 1 – Evolução da quantidade de trabalhos sobre questão urbana

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022)

A requisição profissional de assistentes sociais para atuação nas políticas urbanas, especialmente no âmbito de políticas habitacionais, cresceu.

Supomos que o crescimento dos estudos possa se relacionar ao crescimento substantivo das políticas habitacionais nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, principalmente, de um dos maiores programas habitacionais do país: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Já no período de 2018 a 2022, os programas habitacionais do país ficaram relegados às administrações municipais, o que interfere diretamente nas requisições profissionais, já que muitos municípios não possuem dotação orçamentária para tal.

Como posto, a ampliação do debate da questão urbana, e suas variáveis, no decorrer dos anos é bem evidente, contudo, ao tratar especificamente de regularização fundiária, temos um número bem ínfimo de produções.

Se colocarmos essas produções em números absolutos, temos que, do total de 5.414 trabalhos do CBAS publicados na última década, apenas 7 são sobre regularização fundiária. No que se refere ao ENPESS, este não destoa dessa discrepância encontrada no CBAS, posto que de um total de 5.189 trabalhos da década, há apenas 3 sobre regularização fundiária.

Quanto às particularidades do trabalho profissional em Assistência Técnica em Habitação de Interesse social (ATHIS), este campo de trabalho decorre da Lei Federal n.º 11.888/2008 (Lei da Assistência Técnica) que objetiva assegurar às famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) a assistência técnica pública e gratuita em prol do projeto e a

construção de habitação de interesse social. Embora sua promulgação tenha uma importância ímpar, muitas cidades brasileiras ainda não viabilizaram o acesso à ATHIS pelo poder público.

Tendo isso em vista, os dados a seguir expõem que, apesar dessa lei inaugurar mais um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais, a produção teórica sobre essa atuação ainda é incipiente.

Levando em consideração o universo de trabalhos publicados no CBAS na última década, apenas 23 trabalhos referem-se ao Trabalho Técnico Social (TTS) em habitação e/ou à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), enquanto no ENPESS, no mesmo período, apenas 15 trabalhos tratam desses temas.

Dado o exposto, a presente pesquisa se constitui como elemento de um amplo processo de estudo, pesquisa e levantamento de dados sobre a realidade profissional na política urbana, permitindo fornecer elementos para propor alternativas ao exercício profissional de assistentes sociais em equipes que trabalham nas políticas urbanas.

## **CONCLUSÕES:**

Consideramos que, com a ampliação das políticas habitacionais nos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), antecedentes a chegada do governo Bolsonaro, amplia-se o mercado de trabalho profissional e percebe-se o crescimento de produções teóricas que versam sobre a problematização do fazer profissional,

sobretudo, em ATHIS, embora ainda pouco sistematizadas.

Enfatizamos que os dados, ainda que de caráter propedêuticos, cumprem a função de salientar a importância da inserção dos assistentes sociais nas políticas urbanas, reiterando o caráter multiprofissional das mesmas e explicitando a ampliação da sistematização e pesquisa sobre o trabalho profissional, além de utilizar categorias teóricas que contribuem para problematizar a questão urbana e temas correlatos.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por fomentar a realização da pesquisa, contribuindo para a ciência brasileira.

Aos núcleos vinculados à pesquisa, que colaboram com discussões referente à questão urbana e seus desdobramentos: o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE/UFF).

Um agradecimento especial também para as/os profissionais de Serviço Social que vem contribuindo, ao longo dos anos, com produções teóricas que embasam pesquisas e possibilitam a socialização de conhecimentos.

Por fim, mas não menos importante, agradecemos às estudantes voluntárias que participam da pesquisa: Carolina Sant' Ana Duarte Ventura, Edenilza da Silva Cesário, Julia Silva Peres dos Santos e Luzia Roberta Marques da Costa, vinculadas à Escola de

Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, espaços esses também merecedores de agradecimentos.

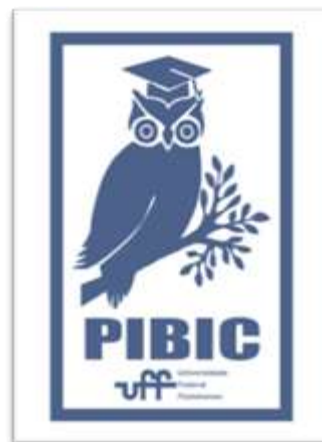


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Título do Projeto: Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho de assistentes sociais**

**Autores: Sara Elizabeth Mendes Lopes e Rodrigo Silva Lima**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN) / Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS)**

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho a seguir tem como objetivo apresentar as atividades e os resultados acerca da pesquisa "Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais" realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), campus universitário do Gragoatá, no Departamento do Serviço Social de Niterói.

O presente projeto de iniciação científica é coordenado e dirigido pelo professor Rodrigo Silva Lima e como integrante do grupo tem a aluna Sara Elizabeth Mendes Lopes como pesquisadora voluntária. Desse modo, o núcleo de pesquisa tem por objetivo traçar a relevância do ECA no trabalho dos assistentes sociais. Sendo assim, construindo um acervo de matérias a partir do levantamento de dados acerca da mudança na Lei do ECA durante os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando o incentivo aos estudos de maneira contínua, assim como também a pesquisa e a produção do conhecimento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Foi realizado um levantamento de dados do ENPESS do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), do

ano de 2022, levantando publicações e artigos realizados pelos professores e profissionais da área do serviço social cuja temática envolvia criança/adolescente/ ECA.

Outro assim, a partir de um levantamento de dados sobre quais instituições de Ensino superior oferecem disciplinas com a temática infância/ adolescência/ ECA do curso do Serviço Social foi realizado a separação entre instituições privadas e públicas de Ensino superior que possuem a oferta da disciplina em sua grade curricular.

Além disso, em andamento está sendo feito o levantamento dos grupos e núcleos de pesquisa da UFF que tratam da temática: infância/juventude/adolescência. E a partir do conhecimento das produções acadêmicas, uma possível articulação entre os pesquisadores locais, incentivando uma continuação de pesquisas, produções de materiais didáticos, artigos e trabalhos discentes acerca do tema.

## **CONCLUSÃO:**

A partir da análise feita da produção de materiais publicados no ENPESS, destaca-se a importância do incentivo a pesquisas a produção de conhecimento a respeito do tema de modo, cujo o material produzido é para o



conhecimento tanto de alunos estudantes da graduação, mas também dos profissionais que atuam na área.

Além disso, no momento de pesquisa das disciplinas nas universidades públicas e faculdades privadas foi observado a existência de poucas ofertas de disciplinas nas graduações de Serviço Social voltados para o temática.

Outroassim, durante a pesquisa analisamos a crescente quantidade de faculdades privadas que optaram por não ofertarem mais o curso de Serviço Social na modalidade presencial, adotando o ensino a distância (EAD). Logo, entende-se como problemática o novo modelo de ensino visto a defasagem existente no aprendizado online e como tal modalidade afetará a formação de futuros profissionais. Sendo assim, destaca-se também a pouca oferta de disciplinas com ênfase nas faculdades privadas, com a temática infância/ juventude/ ECA sendo uma problemática visto a importância do tema para a formação de profissionais. Logo, também se observa a necessidade de mais ofertas dessas disciplinas também nas universidades públicas.

Portanto, podemos destacar a relevância dessas coletas de dados para o conhecimento coletivo acerca da importância do incentivo ao conhecimento acerca do ECA, visto que a proteção à criança e adolescente perpassam todas as áreas de atuação profissional dos assistentes sociais.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao professor Rodrigo Lima pela oportunidade de ser pesquisadora voluntária do “30 anos do Estatuto da Criança e

do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais”, pelo apoio e incentivo dos colegas e pesquisadores Rebeca Azevedo, Nycolas Vellozo e Mariana Pereira. Assim como também agradeço aos colegas que compuseram o núcleo em 2022 e a oportunidade de dar continuidade a pesquisa iniciada por eles que fizeram a construção de um material enriquecedor. Agradecemos também a PROPPI pelo incentivo e pela bolsa de iniciação científica aos colegas e todos aos demais professores que compõe o NUDISS, Fábio Simas e Ebe Campinha.

Imagem 1: Imagem PIBIC





**Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**  
**Título do Projeto: Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho de assistentes sociais**  
**Autores: Mariana Pereira da Silva e Rodrigo Silva Lima**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Niterói (SSN) / Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS)**

## **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho tem por objetivo relatar as atividades e informar os resultados da pesquisa “Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais” desenvolvida no Departamento do Serviço Social de Niterói - Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* universitário do Gragoatá. O Projeto de Iniciação Científica é coordenado e orientado pelo professor Rodrigo Silva Lima, com Mariana Pereira da Silva e Sara Elizabeth Mendes Lopes como pesquisadoras voluntárias.

Diante disso, o grupo de pesquisa consiste em levantar as transformações em 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando a sua interface no trabalho de assistentes sociais. Bem como, A pesquisa visa perpassar os desafios para garantir a proteção integral e o estudo do ECA.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em primeira instância, pode-se destacar que foi feito o levantamento de universidades públicas e particulares que ofertassem disciplinas acerca do tema infância e juventude. Verificou-se que em algumas universidades particulares o Curso de Serviço Social não está

sendo ofertado presencialmente por número insuficiente de alunos em turmas e conseqüentemente não são oferecidas disciplinas que tratam da infância e juventude. Ademais, percebe-se também que a disciplina citada não é debatida em todas as faculdades pesquisadas e carece de maior articulação com as entidades representativas da categoria e nas atividades promovidas nas universidades.

Por meio dos levantamentos nos cursos de Serviço Social de Unidades de Formação Acadêmica que não estão alicerçadas no Ensino, Pesquisa e Extensão essa é uma problemática que deve ser debatida. Com isso, foi percebido também a dificuldade em comunicação em alguns cursos e, principalmente, nas faculdades privadas foram encontradas dificuldades nos canais de informação que serviam mais como intuito de divulgar bolsas para os cursos ou ofertas de parcelas das mensalidades.

Com isso, foi dada como tarefa também a criação de um glossário explicativo das principais temáticas institucionais que tratam a respeito do ECA, infância e juventude, tais como: artigos abrangendo acolhimento institucional, adoção, acolhimento familiar, etc. Com isso, foi-se reforçada a importância do ECA e identificados os principais artigos que

tratam das temáticas acima, mostrando que a partir dos levantamentos feitos muito desse viés precisa ser melhorado e apresenta-se a necessidade de continuar buscando caminhos para que os direitos estipulados ali garantam de fato a proteção integral dessas crianças e adolescentes.

Para tanto, o grupo teve como intuito realizar o levantamento dos grupos e núcleos de pesquisa da UFF que tratam da temática da infância e da adolescência, com o intuito de aproximar os pesquisadores locais, conhecer a produção acadêmica e estimular articulações e pesquisas conjuntas.

Com isso, participamos também de palestras que tratam da temática já mencionado, tratando também dos 30 anos do ECA, seus desafios e conquistas, a importância do mesmo e a defesa do Estatuto da Criança e adolescente. Dessa forma, pude observar o quanto o ECA mudou a realidade dessas crianças e adolescentes e assegurou seus direitos dada a realidade que se apresenta há antes da implementação do ECA, mas percebe-se também que caminhos devem continuar sendo traçados para melhorar esse cenário.

## **CONCLUSÕES:**

Portanto, o Núcleo de pesquisa deu continuidade ao trabalho iniciado em 2022 pelo grupo de pesquisadores do "30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais" sobre o levantamento de artigos e publicações e feita a discussão da importância da elaboração de mais pesquisas, artigos na

área que abrangesse o tema, visto a importância da produção desses materiais para estudos, pesquisas e aprofundamento acerca do tema infância e Juventude.

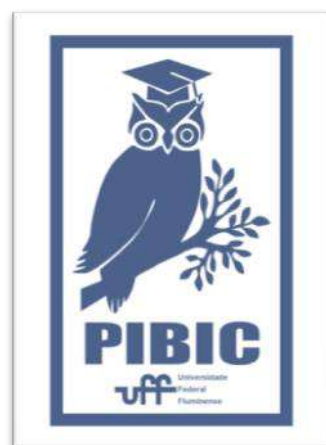
Como também, foi percebida a necessidade de matérias que tratem da temática de infância e adolescência nas universidades (principalmente nas privadas) e ser debatida a importância do serviço social nas mesmas.

Conclui-se também que o glossário foi de extrema relevância, visto que ajudou a permear os temas importantes da temática da pesquisa e reforçar a necessidade de os temas postos ali serem atendidos garantindo a proteção integral de crianças e adolescentes.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço imensamente ao professor Rodrigo Lima por ter me dado oportunidade de participar como pesquisadoras voluntárias da pesquisa sobre os "30 anos do ECA Do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais", pelo apoio dos colegas Nycolas Vellozo e Rebeca Azevedo e por todo conhecimento que já foi adquirido ao longo desse tempo, reforçando a necessidade de defesa do ECA e a necessidade de aprofundar os estudos no mesmo.

Imagem 1: Imagem PIBIC





**Ciências Sociais e Aplicadas**

## **REPRESENTAÇÃO DA FORMA E SUAS RELAÇÕES COM A CRIAÇÃO PROJETUAL**

**Luciana Nemer e Queren Rocha**

**TCA / TAR / GARF**

### **INTRODUÇÃO:**

A formação de arquitetos com base em fundamentos teóricos, combinados à prática do projeto, os distingue dos antigos construtores e está ligada ao processo de especialização do conhecimento que teve início no Renascimento.

Os arquitetos têm empregado métodos inovadores para expandir suas formas de representação. Além de sua função comunicativa. As representações arquitetônicas também servem a outras finalidades, como organizar o pensamento, tomar decisões e compreender as limitações do projeto, estimulando a criatividade dos arquitetos, permitindo a exploração e visualização livre de ideias no ato de projetar, bem como aprimoramento ou descarte dessas ideias.

Embora ao longo dos séculos a incorporação de novas estratégias de representação arquitetônica tenha resultado em mudanças graduais em suas abordagens de projeto, os avanços tecnológicos, crescentes, desde os anos 1960, aceleraram o processo.

Com a disseminação dos computadores pessoais nos anos 1980 e o subsequente desenvolvimento de ferramentas de Desenho Assistido por Computador (CAD) e Modelagem da Informação da Construção (BIM), transformações revolucionaram a maneira como

os arquitetos comunicam e enfrentam questões de representação projetual. Novos paradigmas de representação digital emergiram, permitindo a automação de procedimentos tradicionalmente baseados em papel, ao mesmo tempo em que facilitam a participação de múltiplas partes interessadas no fluxo de trabalho, tornando informações sobre design, construção, gerenciamento e manutenção de edifícios acessíveis a todos. Se faz imprescindível refletir sobre a evolução do processo de representação sob o olhar do desenho do arquiteto, abrangendo as nuances do projetar à luz da mudança cultural determinada pelas ferramentas projetuais.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A mudança dos métodos de representação de design da tradicional mídia em papel para uma abordagem digital, com o advento das ferramentas computacionais, desempenhou um papel fundamental nesse processo de transformação.



Figura 1. Acadêmica de arquitetura projetando na prancheta. Disponível em: <https://rebrand.ly/325cb2>

Nesse período, surgiu o que ficou conhecido como CAD, que substituiu os projetos manuais por representações digitais, possibilitando impressões em massa e reproduções simplificadas. Essa transição para o CAD trouxe consigo a capacidade de combinar abordagens tradicionais de projeção com o potencial oferecido pelas ferramentas computacionais.

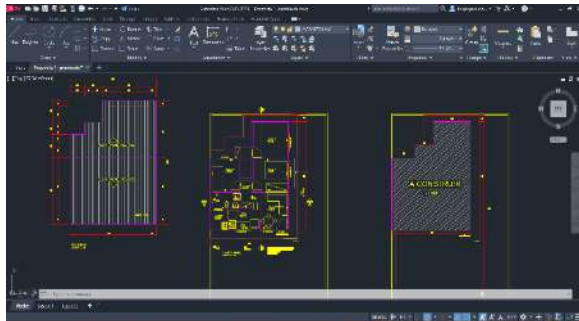


Figura 2. Projeto em CAD na interface do software AutoCad. Fonte: Autor, 2023.

Apesar de encontrar certa resistência inicial, a adoção gradual de métodos de projetos digitais se consolidou nas décadas subsequentes, evoluindo até se tornar uma prática amplamente aceita. No entanto, a maneira como os elementos construtivos diversos e suas relações no espaço era representada em desenhos utilizando CAD, ainda se assemelhavam àquela dos desenhos técnicos feitos à mão. O processo criativo facilitado pelo uso de ferramentas CAD, ou seja, pranchetas digitais, também trazia consigo o risco potencial de discrepâncias nos desenhos caso as alterações não fossem feitas com cuidado. Tais conflitos, decorrentes das informações inseridas, dificultavam a compreensão por outros profissionais que não tivessem o olhar do projetista principal.

A partir da década de 1980 emergiu um progresso no entendimento da abordagem de projeto, denominada de Modelagem da Informação da Construção ou Building

Information Modeling (BIM). A aplicação dentro do enfoque BIM é encaixada nas esferas da comunicação visual, unindo conceitos de visualização técnica, educativa, cognitiva e visual-comunicativa.

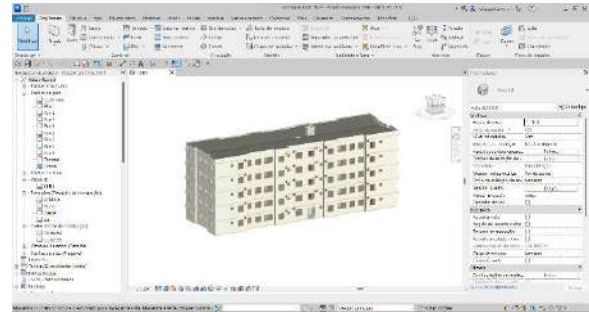


Figura 3. Modelo BIM na interface do software Revit. Fonte: Autor, 2023.

A ascensão da metodologia BIM representa uma transformação significativa no âmbito do projeto de arquitetura, prometendo maior eficiência e aprimorada colaboração. Apesar das promessas, o potencial pleno de BIM permanece em grande parte inexplorado, devido a resistências arraigadas em processos tradicionais e a não universal aceitação da metodologia, junto a isso, os custos para a implementação são barreiras principalmente para profissionais iniciantes e pequenas organizações.

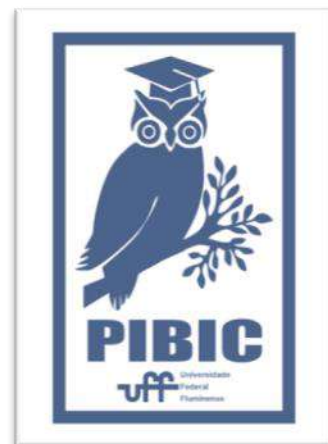
## CONCLUSÕES:

A evolução do processo de concepção e representação na arquitetura destaca as transformações introduzidas pelas ferramentas tecnológicas. A relevância da representação arquitetônica como meio de comunicação, organização cognitiva e base para tomada de decisões, transcende as abstrações mentais dos arquitetos, materializando suas ideias e influenciando o progresso do projeto.

A introdução das ferramentas tecnológicas, como o CAD e o BIM, desencadeou uma revolução na comunicação e no enfrentamento dos desafios de representação arquitetônica. A adoção gradual dessas ferramentas alterou a forma como os arquitetos representam projetos, promovendo a transição de representações manuais para digitais. No entanto, apesar desses avanços, é crucial reconhecer que a dependência excessiva das ferramentas digitais pode levar a uma perda da singularidade da concepção e enfraquecer as habilidades manuais e a compreensão profunda do processo de projeto. Nesse cenário, embora permeado por avançados softwares de modelagem e representação, o desenho à mão persiste como um elemento fundamental do processo criativo e da expressão arquitetônica.

### **AGRADECIMENTOS:**

Minha sincera gratidão vai para Luciana Nemer, cuja orientação foi fundamental para a conclusão deste projeto. Sem a sua ajuda inestimável nada disto teria sido possível. Obrigada pelo seu compromisso e pelas inúmeras horas que dedicou para me ajudar a realizar as pesquisas necessárias. Além disso, é importante agradecer o apoio do PIBIC por proporcionar a bolsista a oportunidade de contribuir com todo o processo de pesquisa.





**RESUMO DO PROJETO - MASCULINIDADES NA  
ENCRUZILHADA: AS NOVAS POSSIBILIDADES DE GÊNERO E  
SUAS PRODUÇÕES MUDIÁTICAS**

**Comunicação Social**

**Masculinidades na encruzilhada: as novas possibilidades de gênero e suas produções  
midiáticas**

**Prof. Dra. Danielle Brasiliense**

**Instituto de Artes e Comunicação Social/ Departamento de Comunicação Social/**

**Laboratório Mídia e Violência**

## **INTRODUÇÃO:**

Dentro das diversas possibilidades do ser masculino, algumas se destacam na nossa sociedade, por performarem de forma antagônicas. No mundo contemporâneo os mecanismos de opressão também se atualizam sobre os mesmos princípios conservadores. O primeiro subgrupo é também o mais antigo: os que buscam a manutenção do status quo através da submissão das mulheres e elevação dos homens a uma figura de poder e autoridade. Práticas que antes eram repassadas entre as gerações agora são até vendidos através de cursos e mentorias, que expõe a misoginia como um grande negócio que também dá lucro. É cada vez mais comum figuras masculinas que se intitulam coachs e gurus de masculinidades ganhando notoriedade na internet e alcançando milhares de seguidores. Um dos casos mais recentes de grande repercussão levantou a discussão a cerca do auto intitulado grupo “redpill” que mostra sob uma nova face da misoginia sob o discurso de valorização da masculinidade e culto aos atributos masculinos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A filosofia red pill coloca as mulheres no papel de vilãs e responsáveis pela má conduta dos homens. Para os integrantes desse grupo, as mulheres em sua maioria são interesseiras, maldosas e aproveitadoras e todo homem que não domina e subjuga uma mulher, pertence a uma classe inferior a eles. É preciso

compreender que este discurso extremamente nocivo para homens e mulheres, reforça a disparidade de gêneros que culmina em violências.

Entre os grupos escolhidos para representar esse ideal estão: Homens que vencem, Homens vencedores, Projeto Ardití, Código de Honra, Burke Instituto Conservador, Mundo Alfa, Fúria e Tradição. Todos eles partem da mesma premissa de ensinarem homens a serem “homens de verdade” ensinando sobre os mais variados temas: masculinidade, conservadorismo, sedução e psicologia feminina. De grupos a religiosos a institutos de ensino chama atenção a capacidade de monetização destes conteúdos que chegam a cobrar planos de assinatura para repassar adiante os ideais machistas disfarçados de “elevação do auto-valor masculino”. Para além da problemática dos que cobram por isso, está quem paga para consumir esse tipo de conteúdo deturpado que só traz prejuízos para a sociedade.

Do outro lado está o grupo dos homens que são combativos a essa masculinidade tóxica. Com debates propositivos, esses indivíduos têm a intenção de desconstruir os conceitos e práticas que contribuem para a manutenção dessa lógica masculinista. As discussões em que estes grupos estão envolvidos abordam: sexualidade, o papel do homem no combate à violência, imposições de gênero, paternidade, entre outras coisas. Além de abrir espaço para pensar as novas possibilidades de gênero que englobam o



mundo queer, sejam pessoas cisgênero, transgêneros, intersex e gênero fluido.

### **CONCLUSÕES:**

Assim como na teoria de Paul Preciado e Butler é possível compreender como cada sujeito se entende a partir dos discursos. O debate sobre as possibilidades de gênero evoluem com o passar do tempo, da mesma forma como os discursos conservadores tendem a evoluir seus mecanismos de opressão para a manutenção desses ideais. Cada indivíduo carrega múltiplos discursos constituídos socialmente por diferentes instituições (seja a família, a igreja ou a escola), dessa forma, enquanto um grupo tende a modernizar os conceitos e práticas para o bem-estar social, outros lutam pela manutenção dessas relações de poder.

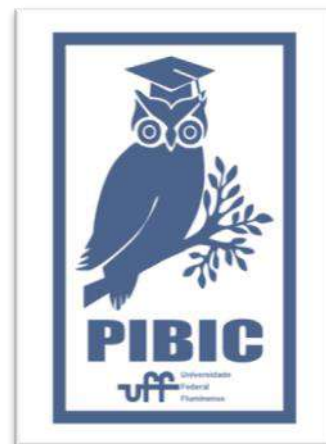
É preciso compreender, no entanto, a profundidade que estes discursos alcançam desde a forma que são construídos à disseminação, potencializada pela internet e as mídias sociais. Além da disseminação, outros fatores se mostram importantes no momento de avaliar a recepção do público a este conteúdo no meio digital. A forma como violências e silenciamentos se tornaram não apenas comuns, como lucrativas no ambiente virtual extrapola o discurso para a questão de gênero em si.

Além disso, como exposto pelo livro "Seis balas num buraco só" de João Silvério, a opressão masculina contra o feminino é uma construção

histórica e cultural que por séculos atravessa a sociedade destinando as mulheres um papel de inferioridade e submissão. O patriarcado falocentrico criou o mito do "homem macho" ou "homem de verdade" que não é nada além do resultado de homens ansiosos e inseguros por terem sua hegemonia e poder questionados. Assim, os impasses da crise identitária na masculinidade e na figura do masculino criaram a crise de poder do ultrapassado homem macho que sem saber como lidar com suas próprias questões, desconta a suas frustrações no feminino.

### **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer a professora Dra. Danielle Brasileira pela oportunidade de fazer parte dessa pesquisa com tema tão pertinente. Agradeço também aos meus colegas de pesquisa pelo apoio e parceria durante esses meses, fizeram toda a diferença.





**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS / CSA**

**Título do Projeto: PROJETOS URBANOS E CONFLITOS  
TERRITORIAIS NA ÁREA PORTUÁRIA**

**Autor: Luiz Paulo Ramos de Carvalho**

**Departamento/Unidade/Laboratório: DEPARTAMENTO DE  
URBANISMO (TUR) E PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA**

**ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU-UFF) / LABORATÓRIO  
GLOBALIZAÇÃO E METRÓPOLE, GRUPO DE PESQUISA GPDU UFF**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto está vinculado ao PRINT CAPES e ao CNPq, ambos coordenados por Fernanda Sánchez nos Grupos de Pesquisa “Grandes Projetos Urbanos” e “Laboratório de História Oral e Imagem”. Intitulam-se, respectivamente, “Porto Maravilha - sujeitos, narrativas e disputas de lugar no grande projeto urbano: entre o branqueamento e a reinvenção” e “A cidade pós-olímpica: projetos urbanos, narrativas e disputas territoriais”.

Por sua vez, o PIBIC propõe uma leitura dos processos urbanos culturais na área portuária, reivindicada por alguns movimentos como a “Pequena África”. Esta região tem sido objeto de um grande projeto urbano, o “Porto Maravilha”, uma operação que liga agentes públicos e privados, no bojo das Olimpíadas de 2016. Junto a esta ação, novas desigualdades sócio territoriais são produzidas. Nos processos de renovação urbano cultural emergem disputas

em torno dos usos públicos da memória pelos diferentes grupos sociais.

Historicamente, durante os períodos colonial e Imperial, o porto do Rio de Janeiro desempenhou um papel fundamental no contexto escravista das Américas ao se tornar um centro de comércio de escravizados, a maioria trazidos da África Ocidental. Com o tempo, a população afrodescendente se estabeleceu em diferentes partes da cidade, mas alguns permaneceram na região portuária mesmo após sua venda ou alforria, o que culminou na formação de comunidades negras neste entorno que combinado à realidade local de repressão, gerou também centros de resistência e irmandades. Assim, a área passou a abrigar uma vida social e cultural com a presença de celebrações, danças, músicas, religiosidades e outros aspectos do legado africano.





Imagem 2: Na página anterior, mosaico produzido com as 10 cartografias que compreendem o manual urbanístico de percursos, grafagens e corpografias. As cartografias apresentadas são:

- MT001 – Circuitos da Herança Africana
- MT002 – Patrimônios em Disputa
- MT003 – Guia Patrimonial da Pequena África
- MT004 – Arquitetura Negra
- MT005 – Religiosidades
- MT006 – Berços do Samba
- MT007 – Percursos do Samba
- MT008 – Zungú (Culinárias)
- MT009 – Redes de Ação Cultural
- MT010 - Artivismo

Além do manual, o ganho teórico e metodológico permite entender como esses repertórios espaciais de ação (Santos, 2021) propõem um novo princípio territorial de ordem, não como um território ou conjunto de população, mas uma mudança de foco da agência política para um espaço de diferença, cujos modos de vida se dão em contínua condição de marginalidade e não institucionalização (ROY, 2011), pela exclusão desses grupos na cidade pensada como modelo global. Por isso, com Roy propomos reconhecer esses espaços como formas de agência popular e auto-organização para além de moradia, ligada a uma espécie de habilidade específica de sobreviver e prosperar, onde essa relação gera ainda uma série de contradições específicas.

## CONCLUSÕES:

Em síntese, o estudo compreendeu como instituições de poder são mobilizadas na construção identitária em Estados de formação colonial e aponta que há na patrimonialização da Pequena África um processo de branqueamento cultural e da imagem do território. Portanto, entende-se que o legado olímpico tornou explícita a brutalidade do planejamento urbano estratégico pós-colonial numa forma de co-definição da modernidade ao produzir novas formas de solidariedade e horizontalidades subalternas. Em relação à área, com Roy descrevemos um espaço “entre”, um desenvolvimento diferente do central e da diferença, produzido de outra maneira, ao mesmo tempo que é um espaço de reestruturação urbana, de fluxo do capital, de policiamento e controle, de inovação e adaptação. Por isso, compreende-se este território como um espaço de cidadania insurgente e de disputa, como uma nova plataforma de fazer política emancipatória.



**Ciências Sociais Aplicadas**

**Inversões urbanas: cartografias da reprodução social**

**Livia dos Santos Sacramento e Mariana C. de Souza Pio**

**Professora Rossana Brandão Tavares**

**Departamento de Urbanismo/TCA/GPDU Urb.ANAS**

## **INTRODUÇÃO:**

O presente trabalho expõe os principais aspectos da investigação realizada que busca entender e analisar a precariedade urbana vivida por mulheres moradoras da área portuária do Rio de Janeiro e suas práticas espaciais, por meio da interseccionalidade, considerando os seus contextos urbanos e a partir disso produzir experimentalmente cartografias como método de pesquisa sobre a reprodução social nesse território, com o intuito de questionar a centralidade da vida e a dinâmica social produtiva, em detrimento da vida reprodutiva. Dando destaque à importância dessa inversão e centralizando o foco nas vivências dessas mulheres no debate ao direito à cidade, o resumo apresenta os avanços da pesquisa e o que foi aprendido neste processo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A socióloga Ana Clara Ribeiro aborda em um de seus textos que, de forma geral, são as grandes corporações as responsáveis pelo controle da cartografia. Portanto, a utilização para análise apenas a partir da visão hegemônica

historicamente produzida, como feito tradicionalmente ainda por grande parte dos intelectuais brasileiros em seus estudos a respeito do passado colonial, é um dos fatores responsáveis pela reprodução de equívocos na nossa história. (LIMA, 2000 Apud RIBEIRO, 2002<sup>1</sup>). Essas perspectivas descontextualizadas omitem outras narrativas e experiências praticadas no espaço, principalmente de classes mais vulneráveis.

Por meio da cartografia social, neste trabalho, buscamos inverter a perspectiva a respeito da situação social vivida pelas mulheres da zona portuária para além dos aspectos da chamada vida produtiva, aspecto estruturante das nossas cidades. Analisando o que o geógrafo Milton Santos chama de território usado, realizamos a análise não somente do espaço por meio de sua materialidade, mas também pelas ações e pela vida social que se sobrepõem nesse espaço.

Dessa forma, realizamos pesquisas bibliográficas a partir de textos sugeridos na disciplina "Interseccionalidade, gênero e corpo-território", ministrada pela professora orientadora, aliado a pesquisa de fontes

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002

documentais, jornalísticas, documentários, palestras e visitas a museus. Além da realização da observação participante e da produção de dados, vídeos e imagens para auxiliar na produção de cartografias da ação experimental, assim como entrevistas. Esse processo se deu num contexto de parceria de pesquisa e extensão com o Projeto Dialogi(cidade)/UERJ, quando pudemos nos engajar semanalmente nas reuniões realizadas na Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete, localizada na Gamboa, através das Rodas de Mulheres Multiplicadoras de Direitos. Atividade que o Urb.ANAs já participava, desde março de 2022, como caminho de aproximação das experiências vividas por moradoras de ocupações na região, em situação de vulnerabilidade e precariedade social e urbana.

Nesse sentido, nosso foco não é descobrir a equação-chave do problema da pesquisa, mas dialogar com ele. E foi a partir deste princípio que produzimos nossas análises e sínteses com vistas a compreender dimensões das *trajetórias de moradia das mulheres*, como modo de avaliar que caminhos epistemológicos podemos questionar a falta de centralidade das atividades da reprodução social a partir da perspectiva da vida cotidiana das mulheres.



**Fotografia da oficina de murais**  
Fonte © Acervo Urb.ANAs



**Cartografia sobre direito à moradia.** Fonte © Livia Sacramento e Mariana Pio (2023).

Diversas atividades foram realizadas, entre elas (i) a produção e colagem de lambe-lambes na Gamboa sobre o direito à moradia, com foco na difusão de informação às mulheres (maioria entre ocupantes da região) sobre como agir em situação de ameaça de despejo forçado; (ii) a realização de murais com as participantes da roda sobre a experiência na Roda, inspirada por leituras coletivas do livro *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, como forma de sistematizar histórias e reflexões compartilhadas semanalmente; (iii) e entrevistas sobre as trajetórias de moradia de algumas mulheres integrantes da Roda.

Essas atividades que chamamos de momentos de síntese coletivas, vem compondo as problematizações que temos realizado, assim como de experimentações cartográficas segundo esta experiência de campo.

## CONCLUSÕES:

Nossas conclusões visam problematizar o que tem sido o encontro entre trajetórias de moradia

de mulheres, moradoras da área portuária carioca, e nós, pesquisadoras do campo da Arquitetura. Mostramos reflexões derivadas de atividades de pesquisa extensionista, dando centralidade a reprodução social na vida urbana das mulheres. O movimento de inversões em Arquitetura tem nos conduzido a experimentação de produção de cartografias apoiada nas experiências vividas, sobre suas respectivas trajetórias de moradia.

*- Eu passei por todos esses caminhos, ver isso me fez eu levantar (Mônica)*

Sobre as trajetórias de moradia das mulheres: As mulheres em suas experiências interseccionadas por diferenças e desigualdades, trazem consigo os desafios da divisão política e sexual do trabalho. A mesma atravessa o modo de desenhar, organizar e produzir o espaço urbano, caracterizando existências e resistências das mulheres periferizadas frente ao desenho patriarcal das cidades. O autorreconhecimento de sua trajetória de moradia como um instrumento político e social de si e com outras mulheres, permite nesse processo um deslocamento do seu corpo, do espaço doméstico e reprodutivo da vida para o seu suposto contrário, o público e produtivo. A cidade do desenho patriarcal cria uma linha divisória entre o cuidado como ajuda e o trabalho produtivo remunerado. Os enfrentamentos dentro e fora de casa, ou mesmo na "porta de sua casa" (nos bairros, na vizinhança etc.) são expressos através de seus corpos pela presença e residência na área portuária, mesmo que em condições de precariedade social e urbana.



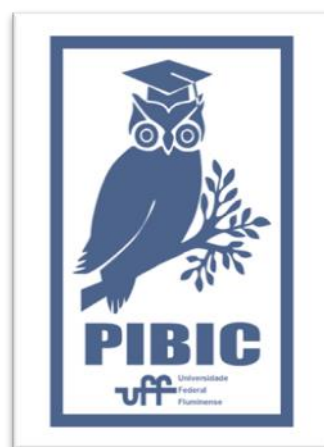
**Cartografia sobre as trajetórias de moradia – narrativas e imagens.** Fonte © Rossana B Tavares (2023)

É relevante salientar que nos deparando com possibilidades porque é surpreendente o quanto ficou palpável o entendimento acerca das viradas e inversões protagonizadas pelas mulheres. Isto é, onde deveria se impor os resultados de políticas excludentes e apartação social, conquistam “rápidas inversões de sentido das interações sociais, do desarranjo de regras

e de desvios inesperados das rotinas urbanas”<sup>2</sup>. A percepção delas sobre a importância de suas histórias para a luta pela moradia adequada, e também como caminho para refletir sobre a sua própria realidade, é revelador da potência destes corpos feminizados, lidos como desviantes por grande parte da sociedade. O atravessamento de preconceitos associados ao gênero, raça, monoparentalidade familiar, condição social e de moradia, as tornam estranhas, à margem, e impõe um estigma de destino “sem saídas”, e sem consciência das contradições vivenciadas.

**AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos ao Urb.ANAs e o Projeto Dialogi(cidade), coordenado pela professora Isabel Cardoso FSS/UERJ e bolsistas, CNPq e FAPERJ.



<sup>2</sup> RIBEIRO, Ana Clara. “Danças dos sentidos: na busca de alguns gestos.” in *Corpocidade: debates, ações e articulações*, editado por Paola Jacques, 24-41. Salvador: EDUFBA, 2010. 28.